

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

A FORMAÇÃO DO PT NA BAIXADA FLUMINENSE: UM ESTUDO SOBRE NOVA
IGUAÇU E DUQUE DE CAXIAS

JEFTE DA MATA PINHEIRO JUNIOR

NITERÓI

2007

JEFTE DA MATA PINHEIRO JUNIOR

A FORMAÇÃO DO PT NA BAIXADA FLUMINENSE: UM ESTUDO SOBRE NOVA
IGUAÇU E DUQUE DE CAXIAS

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em História da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. VIRGÍNIA FONTES

NITERÓI

2006

JEFTE DA MATA PINHEIRO JUNIOR

A FORMAÇÃO DO PT NA BAIXADA FLUMINENSE: UM ESTUDO SOBRE NOVA
IGUAÇU E DUQUE DE CAXIAS

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em História da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Mestre em História.

Aprovado em

de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr.^a. VIRGÍNIA FONTES

UFF

Prof. Dr. MARCELO BADARÓ MATTOS

UFF

Prof. Dr. GELSOM R. DE ALMEIDA

UERJ

Niterói

2007

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa a respeito da formação do Partido dos Trabalhadores (PT) na região da Baixada Fluminense, valendo-se do estudo particular de dois municípios: Duque de Caxias e Nova Iguaçu. A construção do PT situa-se num momento de crise da ditadura militar, especificamente na virada das décadas de 1970 para 80, ocasião em que as classes trabalhadoras no país retomavam a iniciativa política de massas. O PT, portanto, é fruto do esforço do proletariado brasileiro em recompor-se politicamente após a debacle provocada pelo golpe de 1964. Esse esforço de reorganização atravessou diversas frentes de atuação que confluíram durante a construção do novo partido, sendo este, conseqüentemente, fruto da colaboração de militantes de diversas origens. Faz parte do escopo desse estudo apresentar críticas a algumas abordagens sobre o PT que generalizam a experiência de apenas uma parcela dessas forças constitutivas do partido. Por conseguinte, o exame da constituição do PT na Baixada Fluminense se dedica a, além de apresentar essa trajetória em si, defender uma determinada teoria a respeito do partido. A principal hipótese é mostrar que o PT representava, na perspectiva de E. P. Thompson, uma fase superior na experiência de uma classe social, o que não pode ser entendido a partir de alguns reducionismos verificados – como sendo partido do “novo sindicalismo”, de “classe média” ou da “Igreja Católica”.

ABSTRACT

This dissertation searches the making of the Workers Party (PT) in Baixada Fluminense region, specifically studying two cities: Duque de Caxias and Nova Iguaçu. The building of PT occurs during a crisis in the military dictatorship, by the end of the 70's decade through the beginning of the 80's, when the Brazilian workers classes recovered its political initiative. PT is the result of the Brazilian workers recomposition, after its enfeeble provoked by the 64's coup d'état. This reorganization effort passed by a lot of political fronts that came together during the new party's organization, which became the result of many different militants' contribution. One of our requests here is to criticize some views about PT that generalize one of this party's constitutive parties experiences. So, our examination of PT's constitution in Baixada Fluminense requests the party's trajectory explanation in this region and about all the party. Our main hypothesis here is that, according to E.P. Thompson, PT was a social class superior phase experience, what cannot be understood according to some reductionisms, as the "new syndicalism party", "middle class" or "Catholic Church's party".

*Um tronco que prenda e retenha com segurança
Vagabundos indignos e preguiçosos, que a lei ofendem,
Indivíduos impudentes, por conseguinte punidos com dor
Que, apesar de tudo isso, dificilmente tencionam emendar-se.*

*Grilhões e argolas servem para prender
Malfeitores, que na maldade se deleitam,
Até que as sábias leis abandonem e repilam
Tais insidiosos abelhudos, que cometem todos os pecados.*

*Um chicote é um fio de barba, que tirará sangue
Das costas e do corpo, muito bem castigado.
De todos é o que age melhor,
A experiência ensina, e eles podem bem dizer.*

*Oh, dia doloroso! Agora a morte se aproxima,
Seu amargo agulhão transpassa-me até o coração.
Eu digo adeus a tudo aqui presente,
Desempenhando agora deploravelmente esse trágico papel.
Nem chicotadas nem ensinamentos poderiam me fazer mudar,
Por isso um exemplo deixe-me ser para vocês,
E todos os presentes, rezem por mim agora.*

Thomas Harman
ao julgamento de Nicholas Jennings – Londres, 1566.

Ao grande amigo, professor, ex-chefe e protetor
Paulo Henrique R. R. da Cruz

AGRADECIMENTOS.

Os dias do presente se transformam cada vez mais numa correria incessante, com toneladas de cobranças e necessidades a serem atendidas – algo muito bom para a manutenção das desigualdades existentes, pois faz a rotina de muita gente mergulhar na “passividade frenética”, expressão cunhada por minha orientadora. Nessas circunstâncias, esse estudo só pôde ser concluído em função de uma enorme corrente de solidariedade, cuja humanidade logrou quebrar a inércia do movimento circular e oferecer a mim possibilidades de dedicação e reflexão. Considero-as, gostem ou não, co-autoras desse pequeno trabalho acadêmico.

Tive a felicidade de conviver nesse tempo de mestrado com a profissional dedicada, rigorosa e, sobretudo, paciente que foi minha orientadora Virgínia Fontes. Longe de uma relação fria ou “técnica”, Virgínia transforma o trabalho de orientação numa rica troca coletiva, que não envolve apenas as pesquisas de seus alunos, mas um estudo permanente sobre a vida, as injustiças, a ciência e as necessidades de mudanças. Só por isso, valeu a pena ter cursado a pós-graduação. Agradeço, por tabela, aos colegas de GTO do passado e do presente, que são muitos e de quem pude aprender demais.

Foi também importante a convivência com colegas de graduação e pós-graduação, que com palavras de incentivo e observações críticas ajudaram a aumentar, um pouquinho que seja, a qualidade do trabalho aqui apresentado. Entre estes estão Bira, Zé Luís, Luigi, Carlos, Márcio, Berthier, Palestino, Richard e muitos outros. Em especial, devo mencionar os membros de minha banca de qualificação, Marcelo Badaró e Gelsom de Almeida, que fizeram uma leitura atenciosa e observações pertinentes, das quais tentei absorver o máximo das sugestões apontadas. Aqui tiveram participação também decisiva diversos companheiros de militância, cujo rigor teórico dos debates há muito tem servido de aprendizado. Faço questão de destacar a feliz convivência com os camaradas John Kennedy Ferreira, Ronald Rocha e Luciano Vasconcelos, numa jornada que já chegou a 10 anos.

A família também teve participação crucial, e lamento não ter palavras capazes de retribuir o carinho nos momentos de nervosismo e nem o café fresco nos estudos pela madrugada. Além do mais, viabilizaram as reflexões de um professor do Estado sem bolsa,

que os sucessivos governadores têm tentado transformar num miserável morto de fome. O “muito obrigado” especial para meus pais Angela e Jefte, aos manos Igor, Renata e Rachel, e à minha esposa Paula, revisora, animadora, massagista, terapeuta, etc. que com amor ajudou de todas as formas imagináveis. Além dos sogros, tios e sobrinhos que infelizmente não cabem nessa breve lista.

Não poderia deixar de mencionar alguns amigos que foram igualmente importantes, como Antônio Madeira (guru espiritual) e Daniela Alessandra, que só faltaram escrever por mim. Além desses, peço desculpas pelos furos ao grupo da música em Niterói, avisando que em breve retomaremos os ensaios. Precisei contar também com os serviços multi-uso de diversos colegas de trabalho, que cobriram ausências, sistematizaram provas e me renderam na maratona de aulas que foi necessário atravessar. Um agradecimento especial para as equipes de professores das escolas Herdy e Itapuca. Faço questão de registrar que pude contar com a compreensão também de parte importante das dezenas de alunos, que porventura precisaram relevar o mal-humor do professor.

Dedico também um agradecimento especial aos colegas do SEPE de Caxias, que sempre incentivaram a conclusão do trabalho, a todos os entrevistados, que foram solícitos e apostaram no tema proposto, principalmente o camarada Newton Menezes, e ao companheiro e amigo Percival T. Silva – que praticamente viabilizou com seu arquivo uma monografia de conclusão de curso e um capítulo dessa dissertação. Da mesma forma, cumpre reforçar que fui muito bem recebido e atendido pelos funcionários da AMORJ – UFRJ, Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Instituto Histórico da FEUDC, em Duque de Caxias e pelo pessoal da ASTAPE, também em Caxias.

Faço também um agradecimento póstumo ao brilhante amigo Paulo Henrique, que nos últimos momentos de vida não deixou de incentivar com ardor esse trabalho. Quando precisou passar pela mais dura provação em sua existência, afirmou que minha ausência não seria sentida, pois a dissertação era mais importante e ele poderia conhecê-la depois. Sua vida tristemente esgotou-se antes que eu pudesse retribuir.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAP. I – NOVA REPÚBLICA?	16
1.1 Crise da ditadura e os novos movimentos sociais	17
1.2 A agenda política da abertura	31
1.3 Os movimentos políticos na Baixada Fluminense	40
CAP. II – REFLEXÕES SOBRE A GÊNESE DO PT	52
2.1 Da idéia ao feito	55
2.2 O PT e os conflitos de classe	62
2.3 PT, sociedade civil e grande política	76
CAP. III – UM EXAME DO PT EM DUQUE DE CAXIAS	82
3.1 A intervenção militar em Duque de Caxias	82
3.2 O desenlace institucional	88
3.3 A retomada das mobilizações da década de 70	94
3.4 Conclusões sobre a formação do PT	120
CAP. IV – PT E MOVIMENTOS SOCIAIS EM NOVA IGUAÇU	123
4.1 As mudanças políticas no pós-64	127
4.2 MAB e organismos políticos	131
4.3 Considerações sobre o PT em Nova Iguaçu	144
CONCLUSÃO	152
BIBLIOGRAFIA	158

INTRODUÇÃO

O tema de estudo proposto, sobre o qual estão dedicadas as páginas que se seguem, é reconhecidamente um espaço de conflito. Não bastasse abordar um tema histórico recente, capaz de despertar a simpatia e a aversão no senso comum hoje em dia, nele também se demoraram diversos estudos acadêmicos – contraditórios por natureza, uma vez que o fazer-se da ciência concentra carga de posicionamentos ideológicos/ontológicos.

Partindo dessa premissa, o propósito almejado por nós não é o de saciar a curiosidade específica, comum em certas vertentes historiográficas, e enumerar um sumário descritivo de fatos e ocorrências típicos da cronologia de eventos responsáveis pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na Baixada Fluminense. Tampouco anunciaremos o caso do PT na Baixada como sendo único, exemplar característico da região, pois esse procedimento poderia derivar de uma suposta inconsistência de referências teóricas de cunho generalista.

Nosso trabalho, portanto, será apresentado de maneira analítica, submetendo as leituras e as fontes a **questões**, que foram apresentadas no projeto e reformuladas no decorrer dos estudos. Trata-se, sim, do já antigo paradigma da história-problema, inaugurado pela historiografia que rejeitava, dentro do campo da ciência, as abordagens empiricistas e positivistas.¹ Há, destarte, nos procedimentos que permitiram a produção desta dissertação, uma disposição ativa do pesquisador, que não se coaduna com uma perspectiva neutra ou isenta deste em relação ao exame histórico.

A posição do pesquisador nas ciências humanas, por vezes transformado genericamente em “intelectual”, aparentemente resulta do lado de fora das tensões sociais coletivas. Tal situação seria portadora de métodos mais eficientes de pesquisa, capazes de revelar as qualidades diretas do objeto “real”, ou de deixar o pesquisador à vontade para vôos de inspiração metafísica. Um desses intelectuais, Julien Benda, chega mesmo a definir quem seriam os “verdadeiros intelectuais”:

¹ CARDOSO, Ciro F. S. e BRIGNOLI, Héctor P. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

*“Aqueles cuja atividade não é essencialmente a busca de objetivos práticos, ou seja, todos os que procuram sua satisfação no exercício de uma arte ou ciência ou da especulação metafísica, em suma, na posse de vantagens não materiais, daí de certo modo dizerem: ‘Meu reino não é deste mundo’.”*²

Esse texto data de 1927, momento em que o autor apresentava críticas aos pretensos intelectuais que procuravam imiscuir-se com as vontades coletivas e os problemas práticos do mundo. O correto, para o autor, seria o posicionamento inverso, o de procurar se pôr além das coisas mundanas, num suposto “reino” superior. Em seu livro,³ Edward Said procura contrapor essa antiquada visão sobre o intelectual, com uma leitura mais recente e parcialmente inspirada em Gramsci. Mesmo assim, flertando com um naturalismo de matriz liberal, seu posicionamento reitera algumas qualidades próprias e superiores do homem, e involuntariamente absolve justamente aqueles intelectuais diretamente envolvidos nas causas dos problemas sociais de nossos tempos, ou pelo menos não os reconhece como “legítimos” intelectuais.

O que pretendemos ressaltar, do ponto de vista epistemológico, contrariando toda insistência acima relatada, é que não há ser social capaz de se posicionar acima (e nem ao lado ou abaixo) das configurações sociais coletivas, pois estão sempre completamente imersos nela e assim é a sua própria forma de existir. Atingir esse postulado prenuncia uma série de complexas conseqüências para o nosso estudo, porque significa constatar que não apenas o pesquisador, mas seu objeto de estudo se encontram implicados nesse intricado jogo de relações sociais. É por essa razão que Mário Duayer, baseando-se em Lukács,⁴ afirma que: *“(...) Marx já deixava claro, contra toda insistência do positivismo, contra todas as acusações de ideologia, que toda ciência estava predicada a uma ontologia. Ou, generalizando, que qualquer pensamento pressupõe uma ontologia.”*⁵

Ora, se este trabalho é conseqüência de hipóteses e questões levantadas ao objeto de estudo, e elas são fruto de um esforço teórico do pesquisador, é evidente que se encontram permeadas por seus pressupostos ideológicos ou ontológicos. Assim, esperamos que tais

² Julien Benda apud SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo, Cia. das Letras, 2005, p. 21.

³ SAID, op. cit.

⁴ LUKÁCS, G. “Os princípios ontológicos fundamentais de Marx” in *Ontologia do ser social*. São Paulo, L.E.C.H., 1979. trad. Carlos Nelson Coutinho.

⁵ DUAYER, Mário “Marx, verdade e discurso” in *Perspectiva*. Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Florianópolis, vol. 19, n. 1, 2001, p. 5.

posicionamentos estejam claros e coerentes ao longo do texto, porque disso dependerá as conclusões objetivadas com a pesquisa.

A suposição ontológica do existir social, todavia, ainda requer um tratamento relativo aos movimentos sociais e lideranças que foram entrevistadas por nós. Partiremos, neste particular, de reflexões suscitadas por Paulo Freire:

“E é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas idéias, suas concepções.

*Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-universais.”*⁶

Adiante completando:

*“Mas, se os homens são seres do quefazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o quefazer é práxis, todo fazer do quefazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O quefazer é teoria e prática. É reflexão e ação. Não pode reduzir-se (...) nem ao verbalismo, nem ao ativismo.”*⁷

Dessa forma, o que buscamos ao realizar as entrevistas não é a divulgação de sagas históricas pessoais, mas pistas capazes de compor a práxis histórica e social, chamada de “quefazer” por Freire. Não é a procura detida a uma análise parcelar, individual, mesmo porque uma memória individual é composta por lutas coletivas e compartilha seu entendimento sobre determinado fenômeno com outras pessoas, num processo que forja qualidades distintas e necessariamente pertencentes a um grupo social.⁸

Nesse sentido, o que procuramos fazer é pôr a região da Baixada Fluminense no vórtice dos movimentos políticos brasileiros que culminaram com o surgimento do Partido

⁶ FREIRE, Paulo. *A Pedagogia do oprimido*, São Paulo, Paz e Terra, 2003, 37ª edição, p. 92. Fica aqui o registro de que no ano da defesa dessa dissertação completa-se 10 anos de falecimento do educador.

⁷ Idem., *ibidem.*, p. 121.

⁸ No capítulo 11 de *O Capital*, intitulado “Cooperação”, Marx escreveu: “*O poder de ataque de um esquadrão de cavalaria ou o poder de resistência de um regimento de infantaria diferem essencialmente da soma das forças individuais de cada cavalariano ou de cada infante.*” Marx, K. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p. 378.

dos Trabalhadores, e isso significa olhar para as relações de classe como um todo coletivo. Na procura por fontes, obtivemos algumas entrevistas de lideranças do PT⁹ e nos deparamos com um enorme silêncio a respeito dos movimentos da Baixada em relação ao processo de construção das estruturas do partido em nível estadual. Mais significativo que um desconhecimento sobre esse assunto, é perceber que alguns enfoques sobre a trajetória do PT foram politicamente significativos em suas disputas internas e são capazes de explicar, em parte, essa ausência, assunto que abordaremos melhor no capítulo 2. Há, conseqüentemente, uma indisfarçável disposição de contrariar as visões dominantes ao se examinar o PT na região proposta.

Verificar, portanto, o passado dos movimentos sociais na Baixada Fluminense é colaborar para um esforço de entendimento coletivo sobre um assunto que continua atraindo a atenção de muitos pesquisadores. O que não ocorre sem razão, já que a esquerda do país atravessa, hoje, os dilemas de um novo ciclo histórico que se abre com a chegada do PT ao governo federal e os esforços de reunião e reconstrução das dissidências. Compreender, desse modo, a trajetória recente do mais importante partido de classe após o golpe de 64, é também participar diretamente desse esforço de reconstrução, de busca por novas diretrizes políticas de ação.

Assim, mais uma vez a Baixada Fluminense se mostra decisivamente importante. É impossível deixar de notar que essa região concentra, em termos calamitosos, a maioria dos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea. Segundo estudos de José Cláudio Alves, a Baixada Fluminense reuniu durante os anos 90, ao lado da capital do Rio de Janeiro, uma das maiores taxas de homicídios por habitantes em nível mundial.¹⁰ A articulação dessa violência contemporânea com a truculência das ações policiais e o modo de operar a política adotado pelas classes dominantes na região nos parece evidente, sendo um desafio enorme sua denúncia e desbravamento

Procedendo dessa forma, o que será abordado pela dissertação é uma trajetória significativa dos grupos humanos coletivos – classes sociais –, em uma região que, naquela época e hoje, não pode mais ser considerada secundária. A disposição de trabalhar com

⁹ Estão no acervo da Fundação Perseu Abramo e dispostas na internet.

¹⁰ ALVES. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias-RJ, APPH-CLIO, 2003. Os dados sobre esse assunto estão na página 26.

classes sociais, implicaria, segundo o historiador inglês Edward P. Thompson, além de abandonar os determinismos idealistas, percebê-las como formações históricas e, por essa razão, sujeitas a permanentes mudanças. Para o autor:

*“Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno **histórico**. (...)*

Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais.”¹¹

As mudanças operadas numa relação de classes, por outro lado, não ocorrem de maneira abrupta, extinguindo-se subitamente tradições anteriores no caminho das estruturas históricas. Isso significa admitir que os movimentos sociais do Brasil da década de 80 não começaram do zero, havendo uma importante tradição militante que também é responsável por seu surgimento. Da mesma forma, impõe a tarefa de perceber em que momento essa classe começa a se apresentar, no processo de confronto político com os setores dominantes, de maneira distinta – nascendo dessa luta a necessidade de novos organismos políticos. O PT, como será avaliado, foi uma tentativa de resposta dos trabalhadores brasileiros à conjuntura das lutas sociais de seu tempo. Nada há de mais importante no contexto atual que conhecer seu processo de formação e as experiências de classe acumuladas.

Com estas questões gerais por base, nosso trabalho está composto de 4 capítulos. O primeiro deles contém um estudo a respeito da situação política do país na época de surgimento do PT. Baseando-nos, principalmente, em referências bibliográficas, procuraremos identificar as principais questões envolvidas na crise da ditadura militar – dando destaque às contradições de classes imbricadas nesse processo político. Em especial, chamaremos atenção para a leitura de que o fim do regime militar não pode ser plenamente entendido como um projeto de poder formulado e forjado pelos setores dominantes. Ao

¹¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, Vol. I. Grifos do autor.

contrário, os “de baixo” participaram com organismos próprios, exercendo pressão e em certa medida condicionando o próprio ritmo da abertura, conquistando, nos interstícios do processo político, avanços não programados pela cúpula de Estado.

O segundo capítulo procura posicionar esta pesquisa a respeito da formação do Partido dos Trabalhadores. Há muita controvérsia envolvendo o assunto que, como apontamos, ainda está muito vivo na memória de militantes e pesquisadores. Explicitaremos que as posições políticas do presente, situação de que nenhum estudioso pode escapar, por vezes marcou determinadas imagens sobre o processo de fundação do partido. De acordo com a bibliografia estudada, tentaremos delinear o PT como um partido que emerge das fortes lutas iniciadas nos últimos anos da década de 70 e protagonizadas pelos trabalhadores brasileiros, com atenção para o fato de que esses setores envolvidos na construção do partido eram bastante diversificados, e que buscavam no PT justamente uma espécie de síntese histórica de suas experiências. Ao mesmo tempo, a construção de um novo veículo de tipo partido era uma necessidade política, já que segmentos importantes do proletariado rejeitavam a tese acolhida pelos comunistas, com organizações já formadas, de uma frente ampla para derrotar a ditadura.

O terceiro capítulo examinará mais de perto a retomada dos movimentos sociais em Duque de Caxias, procurando mapear as origens da militância “petista” na cidade. Para tanto, será necessário recuperar parte da história política recente do município, relacionando as mobilizações dos anos 70/80 com o processo de fundação do partido. O capítulo quatro tem basicamente o mesmo propósito, mas se dedicará ao caso de Nova Iguaçu. No processo de elaboração dessa dissertação, preferimos abrir mão da composição de um capítulo exclusivamente dedicado ao debate teórico com as hipóteses e metodologias da pesquisa. Assumimos o risco, com o intuito de facilitar a exposição de nossa matéria, de apresentar essas questões principalmente no corpo dos dois primeiros capítulos, e a tentar respondê-las nos capítulos subseqüentes.

CAPÍTULO I

NOVA REPÚBLICA?¹

“(...) o braço civil, que se desengajara antes dos militares, deixando o regime sem uma base social de sustentação política, abraçou a composição política que garantia ao grande capital nacional e estrangeiro uma transição sem ousadias e sem turbulências. Isso queria dizer, simplesmente, que a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democratização *sui generis*, que sairia das entranhas do regime, como sangue do seu sangue. Os militares, desde Geisel e principalmente sob Figueiredo, sonharam com essa forma de ‘transição’, que convertia o Brasil em uma imensa bacia de Pilatos.

Não era uma vitória da democracia, era uma nova derrota do republicanismo e um conchavo descarado (...)”

(Florestan Fernandes)

Este capítulo pretende traçar um panorama da situação política do Brasil no ocaso da ditadura militar, preparando assim o “terreno” para exploração de nosso tema. Não se trata, no presente texto, de apresentar uma abordagem inovadora sobre este assunto freqüentemente visitado por pesquisadores, mas de resgatar em alguns trabalhos consultados as conclusões e os ângulos de observação que nos são pertinentes.

Uma preocupação constante está em compreender a turbulência política atravessada pelo país como um processo intimamente ligado aos conflitos de classe. A crise do regime militar, e o esforço de seus líderes e patrocinadores por uma saída conservadora de “revigoramento” da república brasileira, é o momento em que se observa um ressurgimento de grandes manifestações populares, de lutas políticas protagonizadas, e crescentemente organizadas, pelas amplas massas.

¹ Tomamos este título emprestado do livro de Florestan Fernandes, que nos foi muito útil na reconstrução histórica pretendida pelo texto. FERNANDES, F. *Nova República?* Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

Desta forma, como se indicará, não endossamos os estudos sobre esta época exclusivamente focados no projeto de abertura da cúpula de Estado e, menos ainda, fundados nas vicissitudes e crises do cenário internacional – sem, no entanto, ignorar a concorrência de tais forças no complexo emaranhado político dos anos 80. Apenas pretendemos, de nosso ponto de vista, anunciar previamente que, dialeticamente, até no mais “cupulista” dos projetos se fazem presentes as pressões sociais coletivas.²

A breve leitura a ser feita sobre a ditadura brasileira, até mais que o contexto histórico, nos fornece mesmo a própria substância da pesquisa. Como será explicitado, o período autoritário acentuou intensas mudanças em curso na geografia econômica e populacional do Brasil, o que, na prática, fez emergir a Baixada Fluminense que hoje conhecemos. Os grandes movimentos políticos dos anos 70/80 se fizeram presentes nesta região de uma maneira muito própria, que não ganha destaque nas generalizações que cuidam do surgimento do PT. Nosso propósito, portanto, é jogar luz e estudar a trajetória específica da formação do partido nos centros urbanos da Baixada Fluminense. Desta maneira, esse capítulo ficaria incompleto se não contivesse uma parte dedicada a conhecer melhor esta região e a maneira pela qual as tensões políticas dos anos de abertura lá se manifestaram.

1.1 CRISE DA DITADURA E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

A virada dos anos 70 para a década de 80 experimentou um momento claro de crise no modelo de dominação de classe em curso no país. As mudanças na conjuntura política do Brasil apontavam nesta direção já em meados dos anos 70, ocasião em que pelo menos dois grandes acontecimentos abalaram os alicerces do regime militar brasileiro.

Em primeiro lugar está a grande crise do petróleo, de natureza inicialmente econômica, resultante da Guerra do *Yom Kippur*³ em 1973, que afetou diretamente o modelo de desenvolvimento industrial baseado no setor automobilístico. Seu impacto na

² Não faremos neste capítulo a confrontação de argumentos sobre as recentes pesquisas sobre a queda do regime militar no Brasil. Nos limitaremos, apenas, em descrever as interpretações que serão utilizadas como base para este texto de dissertação. Um balanço mais completo do debate historiográfico encontramos na tese: ALMEIDA, Gelsom R. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2000,

³ Feriado judaico que coincidiu com a data dos ataques militares do Egito a posições de Israel. A guerra que se seguiu, envolvendo outras nações do Oriente Médio, foi razão de um enorme aumento nos preços do petróleo.

economia brasileira, ainda que não tenha ocorrido de forma imediata, foi o de ser o primeiro e mais pesado dominó na cadeia de causas que estancaram o ciclo de crescimento da economia nacional. O aumento do preço de produtos derivados do petróleo (partindo de um patamar ao qual o preço jamais retornou) não atingiu apenas o setor automobilístico no país, como lembra o historiador Francisco Carlos Teixeira⁴, mas também teve efeito cascata sobre o transporte urbano e comercial, que sempre foram muito dependentes do sistema rodoviário no Brasil.

Mais importante, porém, foram as repercussões na estabilidade da economia internacional, que atingiram a mobilidade de investimentos, as relações comerciais e outros segmentos do ramo econômico. Como ficará claro mais à frente, a economia brasileira dependia muito do desempenho de alguns aliados estratégicos no plano internacional, que foram muito prejudicados pelos reflexos da crise de 73.⁵

*“A primeira crise do petróleo em 1973 teve como conseqüências para o Brasil, não só a elevação do preço do produto e derivados, mas o aumento dos juros no mercado financeiro internacional, encarecendo o abundante fluxo de poupança externa. A política desenvolvimentista do governo Geisel prosseguiu, em ritmo menos acelerado e com investimentos de maturação mais lenta, com taxas de crescimento em torno de 4% ao ano, contra a média de 10% a.a. no período anterior. Esta ‘marcha forçada’ da economia teve em 1979 o seu limite, com o início de uma política recessiva de ‘ajuste’, promovida pelo governo, conforme o receituário do Fundo Monetário Internacional.”*⁶

A crise, todavia, não atuou de forma isolada. Ela pôs a nu uma característica da industrialização e da economia brasileiras que foi aprofundada pela política do “milagre econômico”: a elevada concentração de renda. Segundo Francisco de Oliveira⁷, durante a ditadura houve uma expansão seletiva do mercado consumidor da indústria de bens duráveis no Brasil – um dos principais pilares da expansão econômica do período militar –, que se concentrava nas faixas média e alta de renda. Outros segmentos sociais, embora formassem a principal base da mão-de-obra deste crescimento industrial, viam

⁴ SILVA, Francisco Carlos T. da. “A modernização autoritária.” In LINHARES, Maria Y. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004. pp. 373-374.

⁵ Suas conseqüências foram tão importantes que alguns autores chegam a tratá-la como o ponto de virada onde o capitalismo, para se reerguer, começa a experimentar as teses conhecidas como neoliberais.

⁶ ALMEIDA, op.cit., p. 36.

⁷ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 95.

sua força de trabalho ser explorada ao ponto de não participarem do consumo dos produtos que mais alavancavam o crescimento da indústria nacional.

A isto soma-se outra característica da economia do regime militar importante de ser assinalada, a de que as empresas, na busca de novo impulso à manutenção das taxas de acumulação, inauguraram uma expansão fundada na obtenção de monopólios de mercado. Esse modelo, segundo o mesmo autor, levou a um crescimento geral dos investimentos e, ao mesmo tempo, a uma articulação estratégica entre o capital produtivo e financeiro. Um dos dilemas do período posterior ao “milagre” residia na procura de medidas que impedissem que a ciranda financeira (atividade de menos risco ao capital) gerasse problemas à continuidade da expansão do setor produtivo, o que se observou nos anos seguintes à crise.⁸ O fato é que a crise pôs um freio à continuidade do crescimento econômico e da expansão do setor produtivo em altas taxas no país, ritmo que servia de disfarce às desigualdades avassaladoras que ele próprio produzia.

Aquilo que os historiadores costumam chamar de “arrocho salarial” foi justamente a base deste processo concentrador, onde as rendas mais baixas do proletariado brasileiro não obtiveram reposições proporcionais ao aumento do custo de vida no mesmo período e sustentaram a lucratividade dos investimentos. Esse fenômeno pode ser percebido, por exemplo, com a análise do decrescente valor relativo do salário mínimo.⁹ Ademais, trazemos dois dados também bastante reveladores. Segundo a Fundação IBGE, entre os anos 1961 e 63, o país possuía 27 milhões de pessoas consideradas “desnutridas” (38% sobre o total da população); já em 1974/75 – apesar das altíssimas taxas de desenvolvimento econômico registradas pelo Brasil, os “desnutridos” eram 71 milhões de pessoas (ou 67% da população brasileira).¹⁰ A mesma fonte indica que a renda nacional estava dividida da seguinte maneira em 1960: camadas pobres, 17,4% do total; médias, 27,4%; ricos, 54,8%; enquanto que no ano de 1976 os números eram: pobres, 13,1%; médios, 21,7%; ricos, 65,2%.¹¹

Não enveredaremos pelo caminho dos números, e nem é nossa disposição iniciar uma análise metodológica sobre as estatísticas do IBGE. Nosso intuito apenas é o de reforçar os argumentos de Francisco de Oliveira e destacar que os problemas da

⁸ Os efeitos deletérios desta política foram duramente sentido pelos trabalhadores brasileiros nos anos 80, questão que foi retomada pelo autor em outro trabalho mais recente: OLIVEIRA, Francisco. *O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

⁹ Há uma interessante tabela de dados sobre este assunto, produzida pelo DIEESE, em: MATTOS, Marcelo B. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998, p. 92.

¹⁰ Dados da Fundação IBGE, retirados de SILVA, Francisco Carlos T. da. “A modernização autoritária.”, op. cit., p. 374.

¹¹ Idem.

segunda metade da década de 70 não se devem somente à crise conjuntural de 73, mas aos primeiros sinais de falência do modelo do “milagre”, numa conjuntura especialmente desfavorável em termos internacionais.¹² O que a literatura especializada no assunto tem debatido, com grande intensidade, é a exata medida da crise dos anos 70 – se ela encerraria um ciclo excepcionalmente positivo do capitalismo ocidental ou se abriria nele uma crise de caráter estrutural, opinião a que nutrimos maior simpatia. Não havendo espaço, aqui, para explorar as inúmeras variáveis deste debate, ficamos com o raciocínio de José Luís Fiori, que apresenta um caminho interessante para se compreender as dimensões da crise econômica que da época estudada. Para o autor, na crise dos anos 70 os antigos expedientes que a ditadura dispunha para enfrentá-la não mais poderiam prevenir o recrudescimento dos conflitos sociais.¹³ O aporte imediato de recursos advindos de nações aliadas no plano internacional não estava mais disponível, pois os próprios países centrais sofriam com os efeitos da alta do petróleo. Da mesma forma, a mordada violenta às oposições políticas não era mais capaz de conter o aprofundamento das lutas populares, diante sobretudo das conseqüências de anos de contração salarial.

Olhando pouco mais para frente, os anos 80 parecem confirmar a tese de que o problema enfrentado tinha efeito estrutural, sendo responsável pelo fim do ciclo de expansão acelerada da economia e também por seus primeiros sinais de recessão no Brasil em décadas, incluindo-se aí o tratamento da crescente dívida externa. Francisco Carlos Teixeira parece atingir conclusão semelhante:

“A mudança dramática da conjuntura mundial, em especial a partir de 1973, com o choque do petróleo, produz um forte impacto sobre o modelo em prática. Esgotam-se as fontes de financiamento, elevam-se os gastos estatais e fecham-se os grandes mercados mundiais. O modelo, em seu conjunto, altamente dependente de conjunturas favoráveis, chegava à exaustão.”¹⁴

Embora seja possível objetar algumas das sentenças descritas acima, há poucas dúvidas de que os problemas enfrentados no campo da economia desarmavam, de certa forma, a campanha ufanista promovida pelos governantes brasileiros. A realidade com

¹² Como comenta José Luís Fiori, o governo brasileiro ainda tentou insistir nas medidas nacionais-desenvolvimentistas responsáveis pelos resultados do “milagre”, que só foram abandonadas ao final do mandato de Ernesto Geisel. FIORI, J. L. “Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal” In *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 12, nº. 1 (45), jan-mar/1992.

¹³ FIORI, J. L., op. cit. p. 83.

¹⁴ SILVA, Francisco Carlos T. da., op. cit., p. 375.

que ela se chocava era a construção de um país violento, crescentemente desigual e em cuja crise econômica se observava um número cada vez maior de pessoas lançadas a condições precárias de vida. Nesta conjuntura, os movimentos de oposição ao regime militar aproveitaram o flanco aberto para intensificar e reorientar o conteúdo de suas manifestações políticas. Por esta razão, a face irmã dos problemas enfrentados pela ditadura no período mencionado estava no plano político. Que não se entenda aqui, entretanto, uma relação determinista entre a crise econômica e o forte embate que viria à tona na segunda metade dos anos 70. Por outro lado, não fazer uma relação dialética entre as duas dimensões da crise seria compartimentar a realidade e ignorar seus aspectos de totalidade e sincronia.

Os setores progressistas e a esquerda brasileira combateram o golpe e o autoritarismo do novo governo – resultado da associação entre militares e a burguesia atemorizados pela força das plataformas de reforma no início dos anos 60¹⁵ – desde o seu início, por meio de movimentos e correntes políticas que passaram pela experiência de diversas estratégias de luta. Nos distanciáramos muito de nosso propósito na tarefa de enumerar e estudar os diversos caminhos do combate à ditadura no Brasil, já que foram muitas as diferenças de concepção e movimento postas à prova pelos setores dominados. Um sumário interessante destes movimentos, em termos latino-americanos está sintetizado por Michel Löwy numa importante coletânea de documentos sobre o marxismo e a América Latina.¹⁶

Para nosso argumento, é necessário destacar que a virada dos anos 70/80 conheceu um processo de reorientação das lutas dos “de baixo” que é impossível de ser olvidada. Éder Sader chegou a reconhecer nesta trajetória o que chamou de uma “nova configuração de classe”,¹⁷ olhando para o proletariado brasileiro como uma classe organizada em novos padrões e estruturas. Como nosso tema de pesquisa tem por objeto o Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação nascida das entranhas do combate popular contra a ditadura militar, torna-se necessário conhecer melhor as formas de luta e organização de classe que estiveram em sintonia com esta conjuntura histórica.

O livro de Sader, no campo dos estudos das ciências humanas, pertence ao final de uma geração de trabalhos científicos sobre a formação do PT e a retomada dos

¹⁵ Investigando as relações entre a burguesia nacional, a corporação militar e os interesses imperialistas, nasceu a memorável pesquisa de René Dreifuss: DREIFUSS, R. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe.*, 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1981.

¹⁶ Nos referimos aqui à introdução do livro: LÖWY, M. *O marxismo na América Latina.* São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹⁷ SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena.* São Paulo, Paz e Terra, 1988.

movimentos sociais no início dos anos 80. Alguns trabalhos foram contemporâneos destes movimentos, não raro produzido por militantes no calor das mobilizações. No final da década de 80, o tema se encontra com um nicho razoavelmente consolidado de estudos acadêmicos, também influenciado pelas novas teorias sociológicas (onde se inclui a história) e a manifestação de um amplo movimento de crítica às teses marxistas e, com maior propriedade, às simplificações economicistas do marxismo. É por esta razão que será importante ressaltar a leitura teórica que fizemos do estudo de Sader, que muito tem a contribuir neste tema.¹⁸

No livro citado é nítida uma permanente necessidade de apontar os exageros e vícios do estruturalismo marxista nas ciências humanas, responsável por metodologias que, segundo o autor, impunham determinações em demasia sobre os sujeitos históricos, não lhes cabendo muita autonomia enquanto realizadores da história segundo suas consciências. Ressalte-se que no mesmo trabalho há uma preocupação em evitar, de outro lado, as posições individualistas e essencialistas liberais. Estas, segundo ele, tratam as estruturas sociais como nada além de abstrações irreais, frutos da imaginação fértil do pesquisador, incapaz de enxergar uma história dirigida por indivíduos autônomos, de cujas escolhas racionais brota o conjunto social.

Trabalhos posteriores e contemporâneos, muitos deles influenciados pelo que se convencionou chamar de “pós-modernismo”, iriam mesmo combater análises ancoradas em quaisquer perspectivas de estrutura social ou classe – que se veriam estilhaçadas em diversos pequenos grupos sob determinações de cunho culturalista.¹⁹ Retornamos, portanto, ao reconhecimento de que, se continua atual e necessária a crítica ao economicismo, por outro lado verificamos na crise política-institucional-econômica da ditadura brasileira uma clara conseqüência nas relações de classe.

Destarte, tomaremos do historiador E. P. Thompson²⁰ algumas diretrizes metodológicas importantes para observar o Brasil dos anos 70 e 80. O historiador inglês, a partir de leituras em parte inspiradas em Gramsci, sempre se preocupou em combater, assumindo como seu o suporte teórico acumulado pelo marxismo, as formulações economicistas. Em poucas linhas, pode-se afirmar que os desacertos

¹⁸ Uma boa discussão historiográfica sobre essa questão está no capítulo 1 do livro: MATTOS, Marcelo B. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

¹⁹ Duas referências formuladas recentemente nos são importantes para a crítica a este tipo de interpretação: CARDOSO, Ciro “História e paradigmas rivais” In CARDOSO, C. E VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da história*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1997; e também WOOD, Ellen “O que é a agenda pós-moderna” in FOSTER, J. e WOOD, E. (orgs.) *Em defesa da história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

²⁰ Na leitura de Thompson, nos concentramos no seguinte trabalho: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001. NEGRO, A. L. E SILVA, S. (orgs.)

estruturalistas estavam, na opinião do pensador inglês, mais relacionados a um certo desvio de matriz idealista. Tratava-se da tentativa de construir modelos de análise mais ou menos abstratos, onde a explicação supostamente científica da realidade social seria encaixada, ainda que com desconforto, nas categorias analíticas previamente elaboradas. O que era perdido, nesta forma de proceder, era o momento dinâmico da vida social, sendo abandonada também a metodologia calcada na dialética. Decorria daí uma super-ideologização da pesquisa, onde a necessidade de validação da teoria em questão sobrepunha-se à busca da “verdade” fenomenológica.

Pretendendo oferecer um caminho diverso à pesquisa histórica, Thompson propõe que para utilizar a idéia de classe em estudos sobre o capitalismo moderno é necessário que os homens e mulheres pertencentes a este grupamento social em questão se reconheçam como classe. Esse reconhecimento só é possível de ser verificado na medida em que se empreende determinada luta ou se defende um projeto típico da classe, ou de classe. A maneira pela qual este coletivo humano chamado de classe toma forma e constrói sua plataforma classista é através do conflito, da disputa de interesses e de objetivos entre classes diferentes. Essa luta, portanto, configura a própria existência da classe, sendo capaz de conformar, dar corpo e unificar os segmentos sociais em contradição.

A classe social, segundo Thompson, desta forma, forja sua consciência no processo de luta. É no ambiente do embate político que ela molda sua plataforma política, do estado bruto às proposições finais. Esse processo político, criativo e contraditório é chamado por Thompson de *experiência*, ou o meio através do qual as classes e coletivos sociais constroem uma determinada identidade.

Citamos o estudo de Éder Sader porque, apesar do autor assumir algumas das críticas metodológicas típicas da época em que foi produzido – quando muitos cientistas endossaram o fim das estruturas e das classes sociais –,²¹ nele há um esforço de síntese (também inspirado em Thompson) que nos é muito valioso. Nos referimos à nova “configuração de classe” como o resultado de um processo histórico no qual a classe trabalhadora emerge recomposta a partir de novos objetivos, plataformas políticas e formas de agir. Essa nova configuração teria, para o autor, sua gênese fundada em três campos que foram se construindo e amadurecendo no decorrer dos anos 70, chamadas

²¹ As múltiplas críticas ao estruturalismo, endossadas por Sader, o levaram algumas vezes a recorrer a Foucault, autor muito cultuado pelos críticos do marxismo que sustentavam o fim das classes sociais.

por ele de “matrizes discursivas”.²² Os novos “personagens”, desta forma, se apresentam com origens diversificadas, mesclando os três segmentos segundo as especificidades da dinâmica de luta nas suas manifestações particulares, ora dando mais peso a uma delas, ora representando a síntese de todas elas.

Acompanhando a sugestão de Sader, as três forças que incidiram diretamente sobre a reorganização do proletariado brasileiro foram: a) o “novo sindicalismo”, e o ciclo de greves que iniciaram em fins dos anos 70 em São Paulo e se espalharam pelo Brasil; b) as bases progressistas e leigas da Igreja Católica, que assumiam crescentemente uma clara postura de crítica à ditadura militar; c) a atuação da esquerda socialista brasileira, que reorientava sua estratégia de combate após a derrota dos movimentos “foquistas”²³ no Brasil. Outros trabalhos, como veremos à frente, desdobram esse conjunto de três forças em um maior número de sujeitos coletivos. Acreditamos que a síntese proposta aqui é suficiente para uma visão geral a respeito da questão em termos nacionais, contanto que não se transforme em uma camisa-de-força, com a obrigatoriedade de ser reproduzida para todas as realidades específicas do país.

O “novo sindicalismo” explodiu na cena política brasileira principalmente a partir do ciclo de greves do ano de 1978, que desencadeou uma espiral de movimentos que duraram até a década seguinte e atingiram o coração do sistema produtivo brasileiro – a indústria automobilística do estado de São Paulo. No entanto, não se trata de um fenômeno restrito à região do ABC paulista²⁴, tampouco de algo completamente “novo”. Os trabalhos de Marcelo B. Mattos²⁵ e Eurelino Coelho²⁶ (este último a partir de uma densa leitura bibliográfica e teórica) mostram bem a forma pela qual o

²² SADER, op. cit., p. 44. Atentamos para o fato de que “matrizes discursivas”, expressão inspirada nos escritos de Michel Foucault, não é um termo que dê conta da complexidade desses três segmentos da classe trabalhadora brasileira. Não se trata apenas de um “discurso” ou uma plataforma centrada em sua existência subjetiva. Em nossa opinião, esse fenômeno seria melhor tratado pelo termo práxis, que analisaremos mais a frente quando abordamos as contribuições teóricas de Antonio Gramsci.

²³ Muitos dos grupos revolucionários brasileiros e da América Latina, com o sucesso da guerrilha cubana, assumem a estratégia do foco revolucionário (atribuída a Guevara) – com base em uma guerra popular camponesa. Foram muitas as divergências na frente “foquista” de resistência armada à ditadura, sendo esta referência abrangente demais. Ver: LÖWY, M. op. cit. pp. 53-54. Sobre isso consultamos também a 3ª parte – “Repressão contra tudo e contra todos” do livro *Tortura nunca mais*. Petrópolis, Editora Vozes, 1985. Publicado pela Arquidiocese de São Paulo; e documentos reunidos em CARONE, Edgard. *O PCB 1964 a 1982*. São Paulo, Difel, 1982. Vol. III.

²⁴ Os trabalhos consultados apontam que houve manifestações espalhadas em todo o Brasil. A insistência na referência ao sindicalismo paulista se deve ao fato de ser uma numerosa parcela do operariado brasileiro, além da importância relativa do setor metalúrgico na economia nacional. Os movimentos de greve naquela região tiveram um importante impacto político nacional.

²⁵ MATTOS, op. cit.

²⁶ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2005, mimeo.

movimento operário brasileiro conseguiu resistir ao período de terrorismo de Estado, apesar da farta utilização do aparato repressivo, inclusive durante as greves que vão de 1978 a 1980.²⁷

Mesmo com a severa desarticulação do movimento sindical brasileiro após os protestos de 1968/69, com a perseguição a militantes clandestinos de diversas organizações, o sindicalismo independente e combativo conseguiu sobreviver nos subterrâneos da liberdade (parafrazeando Jorge Amado), tendo atuação importante junto a uma nova geração de militantes sindicais nos anos 70. Estes, apesar de estarem dentro da estrutura sindical oficial, lideraram na segunda metade dos anos 70 lutas sindicais que se caracterizam pela combatividade e estratégias de pressão sobre o governo e empresários, prática que os conduziram a uma proximidade com a oposição sindical de esquerda.²⁸

O processo de recessão econômica crescente após a crise de 73 teve um impacto muito grande sobre os setores médios do operariado brasileiro, principalmente aqueles diretamente ligados à expansão industrial do setor de bens duráveis. Assim, o arrocho salarial e a ameaça de demissões formaram as condições estimuladoras, ou a fagulha responsável por detonar o enorme barril de pólvora representado pelo novo ciclo de mobilizações sindicais, o chamado “novo sindicalismo” por eles próprios, como aponta Ricardo Antunes.²⁹

Uma síntese importante do impacto político deste movimento pode ser percebida na seguinte passagem da tese de Coelho:

“Na medida em que lutavam contra o arrocho, os grevistas questionavam simultaneamente a política salarial e a própria política econômica dos governos militares. Que este desafio não tenha sido subestimado pela ditadura fica evidenciado pelas medidas repressivas tomadas contra os grevistas – intervenção em sindicatos, prisão de lideranças, apreensão de material de propaganda, censura, interdição de espaços para reuniões e assembleias. No caso das greves dos metalúrgicos do ABC fica evidente que a repressão endureceu a cada nova investida dos

²⁷ Também foram importantes para nos esclarecer trechos dos seguintes trabalhos: RODRIGUES, Leôncio M. *Partidos e Sindicatos*. São Paulo, Ática, 1990. (principalmente o capítulo 1); e ANTUNES, Ricardo. *Crise e poder*. São Paulo, Cortez, 1984. (aqui a segunda parte, intitulada: “O ressurgimento operário: por uma política de massas”)

²⁸ ALMEIDA, op. cit. p. 105.

²⁹ ANTUNES, op. cit. pp. 45-48. Essa tese defendida por Ricardo Antunes não é unânime entre os estudiosos do movimento operário brasileiro nesta época. Entretanto, ela correlaciona bem duas realidades que procuramos aproximar: os desafios impostos pelo arrocho salarial (a concentração de renda) e a fragilidade econômica do governo brasileiro no final dos anos 70.

trabalhadores, chegando ao ápice na greve de 1980, quando houve vários confrontos de rua entre grevistas e a polícia e quando quase toda a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo e Diadema, que liderava a mobilização, estava na cadeia.

Entretanto, a despeito de todo o aparato repressivo acionado contra os trabalhadores, desta vez a repressão não conseguiu derrotar e imobilizar o movimento como em 1968.”³⁰

O sindicalismo brasileiro no final dos anos 70, desta forma, retornava combativamente ao cenário político nacional por ter sobrevivido à violência do governo brasileiro, por ter aprimorado estratégias de luta de massas a partir de um importante legado militante e, finalmente, por encontrar uma conjuntura de intensa pauperização dos trabalhadores no país. Sua força foi avassaladora. O número de greves entre os anos 78, 79 e 80 não parava de se multiplicar, e o movimento que havia começado em São Paulo aos poucos começou a contagiar outras regiões do país e a incentivar trabalhadores de outros ramos que também sofriam com o sindicalismo oficial e o arrocho salarial. Assim, esse movimento cada vez mais ultrapassava as fronteiras das lutas estritamente econômicas, se associando a outros segmentos de classe no combate político à ditadura.

Outra fração da classe trabalhadora citada por Éder Sader estava organizada politicamente em organismos nascidos do meio religioso. O golpe militar de 1964 também teve conseqüências importantes no seio de movimentos políticos ligados à religião católica no Brasil, onde rapidamente se percebeu uma minoritária presença do pensamento progressista inspirado na tradição socialista. A repressão do governo brasileiro perseguiu, por esta razão, de forma seletiva e dura, os núcleos progressistas da Ação Católica (AC)³¹.

Para o pesquisador Ralph Della Cava,³² o período posterior a 68/69 – auge da tortura e assassinato de militantes de esquerda no país – interveio na situação política da Igreja de maneira importante, por um lado suscitando críticas em meio à própria ala

³⁰ COELHO, E. op. cit. pp 36-37.

³¹ Alguns movimentos católicos da década de 60 já ensaiavam teses semelhantes ao pensamento progressista religioso consagrado pela teologia da libertação. Sobre este assunto, consultamos: DELLA CAVA, Ralph. “A Igreja e a Abertura” in KIRSCHKE, P. e MAINWARING, S. *A Igreja nas bases em tempos de transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L e PM editores, 1986; BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*, Brasiliense, 1981; DOIMO, Ana M. “Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade” In KIRSCHKE, P. e MAINWARING, op. cit.

³² DELLA CAVA, op. cit.

conservadora da Igreja pelos excessos do regime e pela quebra da promessa dos militares de uma breve intervenção armada; e de outro lado reforçando a necessidade de uma organização católica mais enraizada na sociedade, pois o período acentuou sua trajetória de distanciamento em relação às camadas populares.

Particularmente, o ano de 1968 marcou sobremaneira as futuras ações católicas na América Latina. Neste ano, na cidade de Medellín, Colômbia, foi realizada a II Conferência dos Bispos da América Latina (CELAM), convocada para debater e implementar as resoluções do Concílio do Vaticano. As intenções, entretanto, resultaram tímidas diante das conseqüências do encontro. No mesmo trabalho de Della Cava, encontramos a respeito da conferência de Medellín que:

“As denúncias dos bispos contra a ‘violência institucionalizada’, seu compromisso de ‘unir-se aos pobres’ e seu implícito ‘mea culpa’ por quatro séculos de aliança com as classes dominantes haviam tido como redatores teólogos e intelectuais da Igreja e acabaram sendo aceitos entusiasticamente pela maioria dos bispos, e mesmo endossados pelo pontífice então em exercício, o Papa Paulo VI.”³³

Estava lançado o conhecido espírito de Medellín, que mexeu com as organizações eclesiais brasileiras e latino-americanas.³⁴ Aos poucos a CNBB, que permanecia em disputa, foi tomando uma configuração mais ao centro, liberando o trabalho do clero de base e a organização dos leigos, e também sendo mais veemente nas críticas ao regime militar. Iniciativas importantes ocorreram neste período: em 1970, inicialmente a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz do Vaticano, e depois o próprio Papa Paulo VI condenaram a tortura no Brasil; no mesmo ano que Dom Paulo Evaristo Arns, nomeado arcebispo de São Paulo (maior arquidiocese católica do mundo), denunciou a prisão e tortura de membros da Igreja, principalmente no Quartel General do Segundo Exército, que se tornaria famoso por sua truculência. No início dos anos 70 os conservadores já estavam politicamente na defensiva, pois as iniciativas públicas da Igreja já retiravam a legitimidade do regime militar, ao mesmo tempo em que articulavam uma campanha aberta pelos “direitos humanos.” A dimensão deste tipo

³³ DELLA CAVA, R. op. cit., p. 16.

³⁴ Diversos trabalhos tratam das matrizes teológicas-ideológicas em questão nos debates relativos ao encontro de Medellín, sobretudo a formulação da Teologia da Libertação (de influência decisiva nos debates). A profundidade do tema, entretanto, torna uma abordagem muito sintética arriscada, por incorrer em possíveis simplificações e desviar o tema fundamental proposto. Cabe destacar o já mencionado deslocamento da hegemonia do debate interno entre a hierarquia, e mencionar a influência das teorias de esquerda de uma maneira geral, e em particular do marxismo entre estes teólogos.

de inflexão do catolicismo brasileiro é poderosa, por se tratar da principal religião do país e de uma organização com recursos e representantes espalhados por todos os cantos do território brasileiro. Contraditoriamente, portanto, à medida que o regime editava os atos institucionais e a perseguição política tornava-se mais intensa e violenta, abria-se um movimento com receptividade ao discurso progressista.

É com este pano de fundo, no início dos anos 70, que surge no nordeste uma forma alternativa de organização dos católicos leigos e de catequese da população mais pobre – as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Seus novos instrumentos e métodos de evangelização começaram a ser intensamente utilizados entre 1975 e 1976, durante os conhecidos Encontros Nacionais realizados em Vitória (ES). A arquidiocese de São Paulo em 1976 apresentou seu primeiro plano bienal para organização e construção de CEB's na Grande São Paulo, repetindo o feito em 1978, para organização de trabalhadores de baixa renda ou desempregados que viviam nas periferias urbanas.

Surgia no Brasil, a partir deste movimento, uma nova força política cujas influências capilarizadas mobilizavam milhões de pessoas. O movimento religioso das CEB's foi prioritariamente abraçado pelos católicos de esquerda, que assumiam o socialismo como projeto social e combatiam abertamente a ditadura brasileira. Ainda que essa plataforma estivesse longe de ser unânime entre os setores da Igreja, sua intervenção fora intensa e responsável por laços de solidariedade com outros movimentos, como a formação de associação de moradores, auxílio às correntes políticas ilegalizadas pela ditadura e apoio aos novos movimentos sindicais.³⁵

Alguns números foram levantados sobre o impacto da organização das CEB's. Frei Betto estimou, em 1981, que existiam ativamente 80 mil CEB's com cerca de 2 milhões de militantes em todo o país³⁶, e o trabalho de Éder Sader cita ainda as pesquisas: a de Roseli Elias, que em 1979 indicou a existência de 50 mil núcleos organizados com 1,2 milhão de pessoas (publicada no Cadernos dos CEAS, nº 69), e também de A. Pierucci, que em 1974 detectava 40 mil CEB's e, em 1979, 80 mil segundo estatísticas recolhidas na CNBB³⁷. O que importa entre todos estes números, não descartando as disparidades encontradas por estes autores, é a enorme eficácia da

³⁵ Sobre a interação do catolicismo progressista com o movimento sindical, o assunto foi bem explorado por DOIMO, Ana Maria. "Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade" In KIRSCHKE, P. e MAINWARING, op. cit.

³⁶ BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*, Brasiliense, 1981, p. 17.

³⁷ Seu estudo foi publicado na revista *Novos estudos*, Cebrap, em abril de 1982.

estratégia de constituição de CEB's, que desempenhou um papel importante nas disputas internas da Igreja, além da força de mobilização social deste movimento, que claramente se opunha à ditadura militar. Em pouco tempo, as CEB's obtiveram uma rápida multiplicação, que se concentrava nas populações de trabalhadores pobres.

É necessário deixar claro que não se trata, em nosso estudo, de imaginar uma colaboração integral e harmônica entre os diversos movimentos políticos e sociais, desconsiderando suas diferenças de origem e organização. Esses mesmos católicos, em certa medida, eram reconhecidos como “anti-comunistas”³⁸, o que – contraditoriamente – não impediu a Ação Popular (AP), organização de forte origem religiosa dos anos 50, de ingressar no Partido Comunista do Brasil (PC do B) durante a década de 70. O esforço de síntese realizado por Sader, e endossado por nós, não pode ser compreendido como uma igualação dos organismos sociais típicos da classe trabalhadora brasileira e suas organizações políticas. Ele corresponde a um ressurgimento da luta política de massas, orientada para o combate à ditadura, a partir de novas estratégias e organizações políticas.³⁹ A experiência que forjou uma nova configuração de classe é composta também de elementos contraditórios, de disputas e desarmonia.

A terceira força resulta das derrotas dos movimentos revolucionários baseados na guerrilha rural e urbana, que ocorreram em nível continental e marcaram uma importante mudança de rumos da esquerda latino-americana.⁴⁰ Segundo os trabalhos consultados, a cruenta repressão foi responsável pela desarticulação de um grande número de correntes que combatiam a ditadura. No caso brasileiro, um exemplo emblemático é a necessidade do mesmo Partido Comunista do Brasil (PC do B) de realizar seu encontro nacional em meados dos anos 70 completamente na clandestinidade, sob os cuidados do governo albanês. Esta derrota das guerrilhas armadas, que deixou acéfalas e desestruturadas algumas organizações políticas brasileiras, marcou uma mudança de rumos na estratégia das esquerdas que passaram a se concentrar na luta institucional e nas mobilizações de massa.

³⁸ ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo, Kairós, 1979.

³⁹ É importante mencionar que, grosso modo, uma divisão se abateu sobre o pensamento de esquerda no Brasil atravessando todo este período e também a década de 80. Deveriam os socialistas brasileiros lutar pelo fim do autoritarismo militar em associação com frações da burguesia, ou a luta correta seria pela implantação diretamente do socialismo no Brasil? Que significado teria a palavra democracia? Um exemplo destes embates teóricos pode ser encontrado em uma torrente de artigos publicados na revista *Teoria e Política*. São Paulo, Editora Brasil Debates.

⁴⁰ Há um panorama bem interessante destes movimentos no já citado trabalho de Michel Löwy e também num recente verbete de SADER, Emir. “Esquerda” In SADER, Emir (org.) *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro, LPP e Boitempo, 2006.

Assim, o combate popular à ditadura, no plano dos seus movimentos organizados, contava com estruturas oxigenadas – sindicais, associativas e até religiosas. Ao mesmo tempo, mobilizavam-se em torno de novos temas, como a anistia e a democracia, com o objetivo de reconquistar um ambiente mais aberto para levar adiante lutas mais avançadas.

Estas vertentes não podem ser compreendidas de maneira compartimentada. Retornamos ao ponto de vista do artigo de Ana M. Doimo⁴¹, ao lembrar que militantes católicos prestavam assessoria a sindicatos do ABC paulista (Frei Betto protagoniza uma das histórias mais conhecidas), e que ambos eram parceiros de comunistas e socialistas na construção de associações de bairro nas metrópoles brasileiras. Deste modo, ressaltamos que a síntese proposta por Éder Sader não é, de forma alguma, produto apenas da imaginação científica, mas observável como fenômeno desta *experiência* de classe no país.

É por esse motivo que reproduzimos aqui um trecho da tese de Eurelino Coelho, onde se reforça o essencial caráter de classe de todo o embate que culminou com o processo de transição conservadora à democracia liberal.

“As interpretações que omitem ou secundarizam a determinação de classe das lutas naquele período desviam-se do essencial. Nas lutas sociais daquele contexto atuam claramente dois contendores principais: setores da classe trabalhadora e representantes do capital. O caráter de classe das lutas é mais evidente no caso das greves, que foram momentos de enfrentamento direto entre patrões e empregados. Mas havia outros movimentos “explodindo” na mesma conjuntura. Assim como as greves não vieram do ar, também estes movimentos têm suas raízes plantadas ao longo dos anos 70, freqüentemente associados a organizações da Igreja Católica. Mas qual o sentido das lutas contra a carestia, pela posse da terra ou por transporte ou moradia dignos? São todos confrontos travados por sujeitos contra formas de carência material que resultam do fato de que se apropriam somente de uma parcela desproporcionalmente pequena da riqueza social. Esta situação, por sua vez, é determinada pela condição de classe: não sendo proprietários dos meios de produção, somente podem adquirir os meios de sobrevivência com aquilo que obtém mediante a venda da sua própria força de trabalho. As condições em que esta venda tem de ser realizada (que podem variar muito) e mais os mecanismos de exploração do trabalho podem determinar uma forte deterioração do preço desta mercadoria, o que se expressa como restrição do

⁴¹ DOIMO, op. cit..

poder de adquirir meios de vida, ou seja, carência material. Se é assim, a luta contra a alta de preços dos alimentos ou pelo direito de morar são formas de luta contra situações de carência que decorrem do próprio modo capitalista de produção e que afligem aqueles que, possuindo ou não vínculos formais de emprego, vivem do seu próprio trabalho. A protagonista dessas outras lutas específicas, também marcantes no período das grandes greves, foi, sim, a classe trabalhadora, ao contrário do que pensa a maioria dos estudos recentes sobre os movimentos sociais, que desconsidera a centralidade da condição de classe e privilégio, em suas análises, as dimensões dos conflitos que podem ser interpretadas como lutas por direitos e por cidadania.”⁴²

Com o perdão por introduzir uma citação extensa desta forma, queremos enfatizar uma característica fundamental do pensamento de tradição marxista que é a elaboração de sínteses históricas. Perceber a centralidade da luta de classes neste período da história brasileira, significa caminhar em direção à compreensão sistêmica e coletiva das relações humanas, indispensável, em nossa opinião, a uma relevante pesquisa histórica.

1.2 A AGENDA POLÍTICA DA ABERTURA.

Para analisar mais de perto o período de crise do regime militar, seguindo a pista sugerida por Florestan Fernandes⁴³, estudaremos o Estado brasileiro a partir de algumas conceituações teóricas propostas pelo pensador italiano Antonio Gramsci. Seus escritos sobre o estado capitalista moderno ajudam a compreender a articulação das forças no período de transição política, a partir dos conceitos de *sociedade política* e *sociedade civil*.

Para alcançar as proposições teóricas da obra de Gramsci, optamos por introduzir uma objeção importante aos trabalhos que relacionam classes sociais e Estado a partir de uma perspectiva dogmática e estruturalista, à qual também se opõe Thompson. Sem querer entrar em minúcias a respeito deste multifacetado universo teórico, pretendemos apenas precisar o raciocínio exercitado nesta pesquisa.

⁴² COELHO, op. cit., pp. 43.

⁴³ FERNANDES, Florestan, op. cit.

A primeira contribuição que mencionamos foi formulada pelo historiador Ciro Cardoso⁴⁴, que em recente trabalho aborda a questão através da antiga contenda no campo do marxismo a respeito dos planos *base* (ou infra-estrutura) e *superestrutura*. Tais expressões se encontram entre os escritos de Marx e Engels, mas sua transformação em categorias mais ou menos rígidas, segundo Ciro, adquire forma mais precisa no processo de “passagem de Marx ao marxismo”. A partir daí se inauguram diferentes formas de utilização destes conceitos, que assumem diferentes sentidos entre os autores marxistas.

A base, ou infra-estrutura, se refere à organização social propriamente dita, ao modo de produção, às relações sociais materiais determinadas historicamente; enquanto que na superestrutura se situariam as instituições, crenças, costumes, ideologia (no sentido mais primitivo – como falsa consciência, pois este é um termo cuja variação semântica é grande) necessários aos processos em curso na infra-estrutura. De acordo com Ciro, essa diferenciação aparece já em Marx, ainda que ele não seja rigoroso na separação destas duas dimensões. De qualquer forma, o que importa aqui é assinalar uma diferenciação fundamental captada pelo autor: em Marx e Engels (ainda que não haja uma uniformidade de sentido) os dois planos são mencionados apenas analiticamente, com o objetivo claro de demonstrar que se trata uma relação contígua. Certa tradição marxista, ao fossilizar estas categorias, fez o movimento em sentido contrário ao sugerido por Marx (mesmo que percebamos que em seus escritos há margem para este tipo de argumentação), separando em definitivo as duas dimensões e aprofundando algumas deformações daí decorrentes – como, por exemplo, a redução da dimensão da infra-estrutura à economia simplesmente, o determinismo da base sobre a infra-estrutura, etc.

*“O principal significado das palavras nos argumentos originais foi de relação, mas a popularidade dos termos tendeu a indicar: a) categorias relativamente fechadas, ou b) áreas relativamente fechadas de atividade”.*⁴⁵

Gramsci é um autor que, no campo do marxismo, faz coro no combate ao dogmatismo e ao economicismo, típicos de uma tradição de leituras positivistas da obra de Marx. O autor italiano estuda a relação entre estrutura e superestrutura sob um ângulo de observação que redefine o conceito de sociedade civil, discutindo em

⁴⁴ CARDOSO, Ciro. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Ensaios. Bauru-SP, Edusc, 2005.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 82.

consequência o papel do Estado nas sociedades modernas. Estas são concepções importantes para perceber o lugar social tanto das classes quanto dos intelectuais, que são nosso objeto neste trabalho. Como insistimos ao expor as contribuições de Thompson, ele subverte os determinismos economicistas e rearticula as estruturas e superestruturas em torno da práxis – ou da unidade indissociável das dimensões subjetiva e objetiva da existência humana.

A sociedade civil, para Gramsci, não é apenas parte integrante do momento das estruturas – oposta ao Estado, mas uma mediação também presente no campo da “superestrutura”. A síntese estrutura / superestrutura, que é o espaço da chamada “grande política”, está presente continuamente em duas frentes: a sociedade civil e a sociedade política (a “teoria do Estado Ampliado”, que, ao invés de autônomo em relação à sociedade em geral, passa a se encontrar submerso nas suas lutas e contradições). Essa formulação abandona, como já mencionamos ao citar Ciro Cardoso, as teses estruturalistas do marxismo, ou centradas em apenas um dos aspectos da totalidade social, sem abdicar, por outro lado, do estudo de estruturas sociais.

O termo sociedade civil em Gramsci (que também é Estado) passa a representar então o âmbito dos aparelhos privados de hegemonia, que se referem às formas de organização social constituídas com o objetivo de disputarem projetos globais de sociedade, exercendo por esta razão, via de regra, a função de suporte e veículo no combate entre as classes. Seja no sentido da manutenção de determinada dominação, ou para movimentos de contra-hegemonia. Estão na sociedade civil partidos, associações, sindicatos e outros tipos de organização capazes de apresentar ou sustentar um projeto político universal, que somente pode existir com um definido caráter de classe.

*“A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes (...)”.*⁴⁶

A sociedade civil representa, na trilha do caminho que apontamos com a citação de Ciro Cardoso, uma parte da sociedade (tradicionalmente, da estrutura) que se organiza e exercita diretamente o confronto de projetos na sociedade capitalista, interferindo e mediando os embates no campo da sociedade política (as instituições do

⁴⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Edição Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Vol. III., p. 24

Estado, em termos clássicos) e na política geral (de cunho ideológico como parte da superestrutura).⁴⁷ As associações privadas da sociedade civil, assim como as instituições da sociedade política, se tornam nesta perspectiva as posições estratégicas assumidas por determinado projeto político, algo muito semelhante à “guerra de posição” – expressão militar utilizada por Gramsci para ilustrar seu funcionamento.

A partir destas observações, dirigimos um olhar de conjunto à crise atravessada pela ditadura militar no Brasil. As dificuldades no plano da economia, os embates políticos públicos em torno da luta pela democracia, além das pressões sofridas pelo governo brasileiro em torno das mudanças atravessadas pelo mundo nesta mesma época, eram sinais muito fortes de que a ditadura teria obstáculos poderosos para manter a dominação de classes como estava. Serão as observações teóricas propostas por Gramsci que nos permitirão lançar um olhar de conjunto sobre o Estado brasileiro e compreender de que forma se alteraram as relações de força na sociedade brasileira, no final dos anos 70, com a preservação da dominação burguesa.

Havia problemas e pressões sobre governo o brasileiro vindos de fora e da realidade política de crise interna, que atuaram alterando a velocidade das medidas adotadas e acelerando a urgência da procura por saídas. O que pretendemos defender é que a “abertura” política brasileira, ou a essência das mudanças operadas nesta época, foi extremamente condicionada pelas forças de classe daquele período histórico. Os setores dominantes olhavam para abertura como um mecanismo capaz de assegurar a continuidade de sua autoridade em posições estratégicas do Estado brasileiro, ainda que, para isso, fossem necessárias concessões de cunho “democráticas”.⁴⁸ De outro lado, os “de baixo” lutaram em certo momento por mudanças muito mais profundas que as emersas durante os anos 80. Compartilhamos, assim, das opiniões expressas por Florestan Fernandes:

*“É mister, pois, que se diga: a ditadura militar sofreu uma derrota, mas é uma derrota que se caracteriza pela autopreservação. As forças conservadoras descobriram, pelo movimento das diretas, que a inquietação social campeava mais solta e mais forte que em 1964. Avançaram no sentido de **uma***

⁴⁷ Observações pertinentes a esses apontamentos estão em: BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.

⁴⁸ Pusemos aspas na palavra democrática pois seu significado foi razão de intensas disputas políticas e teóricas na época, que não estiveram restritas aos círculos acadêmicos. Há um interessante sumário deste debate em: ALMEIDA, Gelsom R. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2000. pp. 20-23.

composição pelo alto, respeitando o seu braço armado, já que, ‘em tempos de democracia’, ninguém sabe qual será a veneta do Povo... Uma retaguarda guarnecida por militares e, em especial, por militares saídos da aventura ditatorial, tismados por ela e ansiosos por encontrar no ‘governo eleito’, em composição com antigos sócios civis à testa do poder e do comando de partidos importantes, uma sólida garantia de transição prolongada.”⁴⁹

Do ponto de vista das disputas referentes ao cenário eleitoral, a crise econômica, a insatisfação popular e a atuação mais contestadora do MDB levaram o partido a vencer as eleições parlamentares de 1974, que foram mantidas pelos militares para dar um colorido supostamente democrático à ditadura brasileira. O avanço institucional da oposição legalizada se ampliou nas eleições de 78 e se transformou numa irretorquível derrota da ditadura nas eleições de 1982 (que incluíram a escolha de governadores para os estados). É neste trânsito que ocorre o decreto da Anistia (79), a revogação do AI-5, e a esmagadora vitória eleitoral do PDT no estado do Rio de Janeiro (1982), partido que assumia sua identidade com o antigo PTB do pré-64. O retorno do país a um governo de via “democrática” seria sacramentado com a derrota em 1984 no colégio eleitoral do candidato explicitamente apoiado pelos militares, e também com a aprovação da nova constituição em 1988. Nascia aí a chamada “Nova República”.

O gradual avanço da oposição no meio institucional, entretanto, produziu grande irritação nos círculos de poder da sociedade política brasileira, abrindo uma fase de reação da chamada “linha dura” entre os militares – que também se opunha aos planos institucionais de “abertura” assumidos pelo presidente Geisel. Aqueles, da “linha dura”, organizados em torno da “comunidade de informações”,⁵⁰ com o apoio dos DOI-Codis e do Ministério do Exército, lançaram uma nova onda de violência concentrada na perseguição ao PCB, principal núcleo de esquerda do MDB. Os crimes e atentados terroristas perpetrados pelos agentes do governo se multiplicavam na segunda metade dos anos 70, e a complacência do poder central com tais atos impulsionaram os movimentos de crítica ao regime organizados pela sociedade civil.

Atentados contra OAB, Igrejas, ABI sensibilizavam a chamada opinião pública cada vez mais para as propostas dos movimentos de oposição à ditadura.

⁴⁹ FERNANDES, Florestan. op. cit. p. 22. Grifos do autor.

⁵⁰ O texto de Francisco Carlos aponta por esta expressão todo o conjunto policial e militar envolvido nos atos de espionagem, tortura e repressão em geral aos movimentos políticos no país.

“É um momento de impasse, em que a oposição, fortalecida pelas vitórias nas urnas, exige maiores concessões, e o poder militar, pressionado na sua retaguarda pela linha dura, procura manter o controle do processo de abertura, bem como de seus objetivos iniciais.”⁵¹

O crescimento das tensões políticas no Brasil, durante a segunda metade da década de 70, foi responsável pelo confronto de todo um eclético conjunto de plataformas e programas institucionais para o país. Entre eles estão os diferentes projetos de poder entre os militares; o fortalecimento da participação mais radical do MDB no cenário político nacional, que venceria novamente as eleições parlamentares de 78; além de mobilizações típicas da sociedade civil em suas múltiplas formas: desde as confederações de indústria, organizações de grandes agricultores; até as de caráter popular: como os sindicatos, a atuação da Comunidades Eclesiais de Base, associações comunitárias e demais movimentos sociais.

Quando insistimos nas observações formuladas por Florestan Fernandes, é para não haver confusão quanto a maneira de compreender historicamente este processo. Não é possível, por exemplo, reunir tais tendências em grupos de reformadores e conservadores. Incorreríamos, assim, no erro de não observar que entre os reformadores há projetos de essência contrastante – oriundos de setores sociais distintos e politicamente divergentes. O que estava em jogo nos confrontos visíveis na sociedade civil e política eram interesses que correspondiam a desígnios de classe.

O crescimento da contundência da crítica à ditadura e a atuação mais dura do MDB geraram uma crise política internamente aos militares que paralisou de certa forma o programa de abertura controlada. Sua retomada se deu de forma acelerada a partir das crescentes mobilizações populares em torno da bandeira das eleições diretas. O projeto Geisel-Golbery enfrentou muitas resistências internas nas forças armadas, mas ainda assim triunfou com a nomeação do general João B. Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), para a presidência em 1979.

A pressão exercida pelos setores progressistas da sociedade civil pautou como uma das primeiras medidas de continuidade do processo de abertura a anistia, sendo a principal preocupação dos comandantes militares, neste momento, garantir que com ela não haveria espaço para “revanchismos”. E assim ocorreu em 28 de agosto de 1979,

⁵¹ SILVA, Francisco Carlos T. da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985” In FERREIRA, J. e DELGADO, L. (orgs.) *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, Vol. 4, p 267.

com a promulgação do decreto de anistia ampla – sem discussão com a oposição, que concedia perdão aos perseguidos políticos e aos crimes militares. A medida deu novo ânimo às insubordinações e atos terroristas da “linha dura”, uma vez que ela perdia importante influência na máquina de Estado e o controle de alguns órgãos repressores.

O artigo de Francisco Carlos indica ainda que as pressões crescentes da oposição para que o regime apurasse com rigor os ataques anônimos, além da incidência de outro importante ciclo de crise econômica a partir de 1981, atingiram o governo Figueiredo e desestabilizaram a ditadura. Este cenário se completa e agudiza nos primeiros anos da década de 80 com o lançamento da campanha por “Diretas Já”, que mobilizou amplos setores da sociedade brasileira, inclusive com participação importante do PT. Aqui consuma-se a “derrota” mencionada por Florestan, sendo praticamente inevitável a transferência do controle da sociedade política aos civis. O que estava em jogo era a melhor maneira pela qual isto poderia ser feito, e como manter a vigilância necessária contra a ameaça de baixo. O desafio passava a ser a elaboração de uma proposta de república onde as trincheiras da burguesia permanecessem avançadas e dominantes.

A disputa presidencial de 1984 é um momento de destaque neste processo, principalmente depois da derrota da emenda “Dante de Oliveira”, que traduzia em termos legislativos a proposta de eleições diretas para presidente. A vitória de um candidato da “oposição” ao regime, ainda que moderada e nascida de dentro da própria burguesia brasileira, transformou a queda da ditadura militar em um caminho sem retorno.

Foram formadas duas candidaturas num período de intensa modificação da realidade político/partidária nacional. O principal partido herdeiro dos quadros dirigentes da ditadura brasileira foi o Partido Democrático Social (PDS), agremiação influenciada pela plataforma política da “linha dura”, explícitos defensores da permanência do regime autoritário. Uma fração oriunda do PDS, em consequência das disputas sobre a candidatura do partido à presidência, formou a Frente Liberal (FL). O novo partido era comandado por lideranças com relevante destaque eleitoral como José Sarney (que havia sido presidente do próprio PDS), Jorge Bornhausen, Marco Maciel, além de outros quadros da base governista ditatorial que gozavam de grande influência sobre suas bases eleitorais regionais, como empresários e fazendeiros.

Um outro partido teve vida curta, o PP, reunindo setores conservadores do MDB liderados por Tancredo Neves e por parte dissidente da antiga Arena. O conturbado cenário político, com a decretação da eleição vinculada, fez o PP retornar ao interior do

MDB antes das eleições indiretas para presidente. Assim, a disputa presidencial de 1984 ocorreu com a oposição entre as candidaturas de Paulo Maluf (PDS), representando o grupamento conhecido como “linha dura” da ditadura, contra a aliança Tancredo Neves (MDB) / José Sarney (FL), chapa de interlocutores do projeto Geisel-Golbery.

A reorganização partidária de que estamos tratando ainda incluiu neste momento político segmentos importantes da classe trabalhadora brasileira que fundaram o Partido dos Trabalhadores, nossa principal matéria de estudo. O novo partido, que obteve registro legal em 1981⁵² e participou das eleições municipais e estaduais de 1982, no caso presidencial de 1984 denunciou a disputa no colégio eleitoral como sendo mais um produto de acordos entre as lideranças políticas conservadoras, responsáveis pela derrota do movimento em defesa das eleições diretas. O resultado foi a abstenção do partido no processo de escolha do novo presidente. Outros partidos recém criados apontaram um tímido apoio à candidatura reformadora. É necessário também destacar que a maneira de proceder das negociações políticas institucionais manteve muito distante a participação da oposição mais à esquerda internamente ao MDB, principalmente em relação aos comunistas.

A vitória de Tancredo Neves simbolizou, por conseguinte, a passagem do controle sobre a sociedade política à administração civil, ao mesmo tempo em que a realizou de maneira elitista, afastando do centro de poder a oposição mais à esquerda e os novos movimentos sociais. Apesar da inevitabilidade da saída de cena dos generais do centro do poder, o resultado da corrida presidencial refletiu boa parte das aspirações da abertura controlada, como fica evidente no “Acordo de Minas” que garantiu a formação da chapa vitoriosa e a nomeação de políticos conservadores do PDS para alguns ministérios.⁵³

Olhando globalmente para o crepúsculo da ditadura militar no Brasil é impossível não perceber que, se é verdade que os militares sofreram uma derrota com a passagem da chefia de Estado ao controle civil, não se pode afirmar que se operou uma mudança radical nos espaços de poder no país. A tese de Florestan Fernandes é a de que o processo de abertura transferiu parte do comando político do país à esfera civil incluindo aí, centralmente, sua sociedade civil organizada, em cujo centro de gravidade estavam as mesmas classes que já dirigiam o Estado durante a ditadura brasileira. Isto

⁵² Algumas versões sustentam que a ditadura brasileira somente concedeu o registro legal ao PT como uma estratégia para dividir a oposição, e assim obter vantagens eleitorais.

⁵³ TEIXEIRA, op. cit.

não quer dizer que simplesmente inexistiram mudanças, mas que o processo de transição foi dirigido pelos setores dominantes da sociedade brasileira. O frágil governo que nasceu em 84 dependia do apoio de forças sociais entrincheiradas na sociedade civil, com seu caráter de classe praticamente inalterado.

Desta forma, um Estado forte ainda era indispensável para a manutenção da dominação burguesa no Brasil, e os limites claros da proposta de “redemocratização” indicam que o Estado brasileiro continuou forte apesar de apoiado em novos alicerces. O projeto de transição “lenta, gradual e segura” era o que garantiria a sobrevivência desta condição. Segundo Florestan:

“[para o projeto de abertura] Determinar o sucessor e as condições políticas da ‘transição’ constituíam dois objetivos centrais, mas não os mais importantes. O essencial consistia (...) em impedir um deslocamento de poder, com uma acumulação de forças políticas acelerada das classes subalternas. O que os militares temiam era ainda mais temido pela massa reacionária da burguesia.”⁵⁴

Mais a frente, completa concisamente este raciocínio:

“Esse era o desdobramento que mais convinha às elites econômicas, culturais e políticas das classes dominantes. Esvaziar a praça pública, recolher as bandeiras políticas ‘radicais’, matar no nascedouro o movimento cívico mais impressionante de nossa história – restaurando de um golpe as transações de gabinete, as composições entre os varões ‘liberais’ da República, o mandonismo político.”⁵⁵

Há poucas dúvidas de que o impacto dos movimentos sociais de fins dos anos 70 (que impressionaram tanto Florestan a ponto dele nomeá-los como os mais significativos da história republicana) e a força de uma importante parcela da sociedade brasileira, entre os quais o proletariado, empurraram a ditadura a uma situação de falência iminente. De outro lado, a “transição democrática” foi a saída encontrada por parte da burguesia brasileira para não agudizar a crise aberta com a insolvência do poder autoritário. Como afirmamos no início deste capítulo, concordando com a abordagem defendida por Eurelino Coelho, retirar o protagonismo histórico desses personagens coletivos é encarar o processo histórico de maneira elitista, privilegiando os projetos de

⁵⁴ FERNANDES, op. cit. p. 27. Grifos do autor.

⁵⁵ Idem.

gabinete.⁵⁶ É fazer, portanto, o caminho contrário ao sugerido por Thompson e estacionar, estranhamente, no reverso do economicismo – já que se trataria de um reducionismo centrado na dimensão subjetiva e superestrutural, ou, quem sabe, num certo “politicismo”.⁵⁷

1.3 OS MOVIMENTOS POLÍTICOS NA BAIXADA FLUMINENSE.

Até aqui temos nos referido genericamente à Baixada Fluminense como sendo o espaço de nossa pesquisa. É inevitável, todavia, especificar melhor o significado deste termo e delimitar com maior precisão os movimentos que serão estudados nas outras partes desta dissertação. Nos valem, de início, dos apontamentos da historiadora Marlúcia Santos Souza, que realizou uma importante pesquisa relacionada ao município de Duque de Caxias.⁵⁸

Segundo ela, há múltiplas definições para a Baixada Fluminense provenientes de diversas origens, como órgãos do poder público, pesquisas acadêmicas, trabalhos de memória, etc. Acompanhando sua sugestão, reproduziremos aqui apenas o recorte inspirado por um critério fisiográfico, que aponta a região da Baixada como sendo composta pelos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Japeri, Nilópolis, Magé, Guapimirim, Paracambi, Seropédica e Itaguaí.⁵⁹

O que sustenta esta seleção é o fato de todas estas cidades se situarem em uma depressão geográfica compreendida entre a região de serras e a Baía de Guanabara, à excessão da cidade do Rio de Janeiro. Com poucas variações, é mais ou menos este o

⁵⁶ Eurelino Coelho faz uma excelente crítica sobre alguns trabalhos acadêmicos que tratam da “transição” e retiram do centro da preocupação histórica os movimentos de classe. Nesta perspectiva, muitas vezes, se tem a impressão de que o regime militar saiu de cena apenas porque os militares foram voluntários a fazê-lo. COELHO, op. cit. pp. 39-40.

⁵⁷ Muito se fala sobre um retorno de um ramo historiográfico que cuida da história política. Parece chegar a uma conclusão semelhante a aqui exposta um recente e famoso artigo: RÉMOND, Réne. “Uma história presente”. In RÉMOND, Réne (org.) *Por uma história política*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996, trad. Dora Rocha.

⁵⁸ SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2004.

⁵⁹ SOUZA, op. cit. pp. 5-7. Outro texto interessante consultado por nós é o de MARQUES, Alexandre dos S. “Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas.” In *Pilares da História*. Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, ano 4 – número 6, abril 2006. Outros critérios e uma definição política e social para a Baixada Fluminense pode ser encontrada em: ALVES, José Cláudio. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias-RJ, APPH-CLIO, 2003.

espaço reconhecido pelo senso comum como parte da Baixada Fluminense. E aqui, por força da definição, torna-se necessário explicitar a impossibilidade desta pesquisa em estudar genericamente toda a região da baixada.

Trata-se de uma área muito vasta, que compõe também a conhecida região metropolitana do Rio de Janeiro. Sua amplitude e o grande número de municípios implicados nos faz verificar ainda uma enorme diversidade social e econômica, que não deve ser ignorada apressadamente. Sendo assim, de qual Baixada Fluminense iremos tratar?

Toda esta região no final do século XIX era parte de apenas dois municípios, ou vilas na formalidade da época, Estrela e Iguaçú. Logo, sua fragmentação e dispersão é um fenômeno típico da história republicana brasileira durante o século XX (precisamente, após a década de 40), estando todo o complexo desenvolvimento desta trajetória muito bem montado pela pesquisa de Marlúcia Souza. Resta-nos, aqui, fazer uma opção sobre que realidade da Baixada contemporânea deve debruçar-se esta dissertação. Há, grosso modo, dois grandes complexos sociais envolvidos: de um lado os grandes centros urbanos da Baixada, relacionados com o desenvolvimento industrial do pólo Rio-São Paulo no período pós-Vargas; de outro a realidade rural, marcada pela dispersão da população entre as propriedades agrícolas.

Deve-se destacar de antemão que ambas conheceram um movimento popular e contestador organizado, principalmente após os anos 40/50, havendo até solidariedades recíprocas entre trabalhadores rurais e urbanos. Todavia, para o estudo do surgimento do PT, parece ser mais profícuo dedicar nossa pesquisa à realidade urbana e aos seus movimentos de classe, circunscritos em nossa periodização, pois uma abordagem genérica que incluísse a realidade rural escaparia nossa capacidade de obtenção de fontes históricas. As razões para privilegiar o espaço urbano, como ficará claro adiante, também estão relacionadas ao forte desenvolvimento industrial conhecido pela região, que abrigou um articulado movimento sindical com uma trajetória em muito semelhante à genericamente observada por nós no resto do país. Qual seja, enfrentou a dureza da repressão policial (no caso da Baixada, reforçada pelas milícias privadas e grupos de extermínio típicos da região – que contavam com a complacência dos poderes oficiais)⁶⁰, a desarticulação de boa parte dos movimentos existentes, o longo caminho

⁶⁰ Há uma importante pesquisa de doutorado que estudou as ligações entre a violência e a construção do poder político na Baixada Fluminense: ALVES, José Cláudio. *Baixada Fluminense: a violência na construção de uma periferia*. São Paulo, USP, 1998.

da resistência e a posterior reorganização dos trabalhadores na segunda metade da década de 70.

Mesmo fazendo esta diferenciação, ainda sobram realidades urbanas muito distintas em todo domínio da Baixada Fluminense. Desta forma, as fontes consultadas se dedicam exclusivamente aos movimentos urbanos das cidades de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Esta demarcação responde a dois critérios importantes. O primeiro deles foi uma maior facilidade de acesso a documentos desses municípios. O segundo, e certamente mais relevante, é o fato de Nova Iguaçu e Caxias serem cidades-mãe que deram origem a outros municípios, já que uma série emancipações ocorreram após os anos 90 (casos de Mesquita, Belford Roxo e Queimados). Ademais, são as duas cidades mais populosas da região até aqui referida como Baixada Fluminense.

Segundo a pesquisa de Marlúcia Souza, as produções históricas a respeito da região da Baixada Fluminense são muito antigas e passaram por algumas fases de características razoavelmente comuns.⁶¹ Os primeiros escritos, dos anos coloniais até o século XIX, são livros de memória que relatam a vida de importantes fazendeiros, autoridades reais ou pessoas conhecidas da região, além de relatos de viajantes que passaram por entre aqueles domínios.

Os escritos do século XX já têm uma origem diferente. Nas suas primeiras décadas, foram muitos os trabalhos que enalteciam as qualidades naturais da região, com o pragmático intuito de garantir a simpatia do governo federal (geograficamente muito próximo) para investimentos públicos ou no desenvolvimento industrial da Baixada. De outro lado, as velozes mudanças impingidas na Baixada Fluminense incentivaram um grande número de produções memorialistas que pretendiam preservar seu passado agrícola e cafeeiro que cada vez mais parecia se distanciar. Trata-se de:

“Uma historiografia que tentava reagir às conturbações experimentadas nessa imensa periferia urbana como: o rápido crescimento populacional, a subalternização, a violência, a idéia de atraso, a visão de lugar desprovido de identidade e de História. Pretendia-se negar a imagem de periferia meramente depositária de mão-de-obra barata e desqualificada, ou seja, de uma periferia nomeada de dormitório, imagem tão veiculada pela imprensa.”⁶²

⁶¹ SOUZA, op. cit. pp. 11-26.

⁶² Idem, ibidem, p. 13. Para sustentar a argumentação são citadas as seguintes obras históricas: LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município – dados gerais*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1958. MEDEIROS, Arlindo. *Memória histórica de São João de Meriti*. Rio de Janeiro, Edição do autor, 1958. MEDEIROS, A. *Reportagens fluminenses*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1929.

Nesta mesma época, entre os anos 50-70, o IBGE se esforçou para produzir também materiais de natureza geográfica e econômica sobre a região. Nota-se, pelos anos de sua produção, que tratava-se do período em que as mudanças demográfico-sociais estavam operando de maneira mais intensa.

Do ponto de vista acadêmico, somente a partir dos anos 70 os historiadores se debruçaram, com trabalhos científicos modernos, sobre as diferentes épocas do desenvolvimento social da Baixada Fluminense. São desta década os primeiros artigos, dissertações e livros que tiveram por objeto de estudo específico a história desta região.⁶³

Em seguida, é possível identificar uma última fase desta produção escrita, que pode ser resumida da seguinte forma:

“Durante as décadas mencionadas, 1980 e 1990, dissertações e teses foram elaboradas em diferentes instituições acadêmicas. Sociólogos, antropólogos, urbanistas, geógrafos, assistentes sociais e historiadores realizaram estudos específicos, nos quais a Baixada emerge como importante campo de pesquisa. Trabalhos sobre movimentos reivindicatórios dos moradores, baile funk, mobilização camponesa entre 1950 e 1964, presença do proletariado urbano nas ocupações de terra, atuação política da Igreja Católica, transição da fruticultura para os loteamentos urbanos, organização dos quilombos de escravos foragidos no século passado, violência na construção do poder político local, atuação de militantes feministas, trajetória de lideranças políticas, etc.”⁶⁴

Para arrematar os temas trabalhados neste capítulo, faremos um breve sumário a respeito da situação dos conflitos políticos típicos do processo de queda da ditadura militar numa perspectiva local. Desse modo, nos aproximaremos de forma abrangente do momento histórico dos anos 70/80 nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, deixando de lado as questões mais específicas que serão recuperadas no decorrer dos capítulos 3 e 4.

O município de Nova Iguaçu, na baixada fluminense – região do Grande Rio de Janeiro, conheceu um dos movimentos mais espetaculares de crescimento registrados no

⁶³ A dissertação de Marlúcia Souza traz um curioso sumário destes trabalhos, entre os quais se destacam, segundo a autora, os de Rui Afrânio Peixoto, Waldick Pereira e Ney Alberto.

⁶⁴ Id., ibid. p. 20.

Brasil. Dados reunidos pelo pesquisador Scott Mainwaring⁶⁵ mostram que a população do município aumentou de 359.364 para 1.094.805 habitantes entre 1960 e 1980, ao mesmo tempo em que a porcentagem de moradores das áreas rurais caiu de 28,34% para 0,29%. Tudo em um espaço de apenas 20 anos.

A transformação em ritmo acelerado foi resultado, principalmente, da ampliação do parque industrial das grandes capitais do sudeste brasileiro, acompanhada pela forte migração vinda do nordeste do país e de outras regiões interioranas para as grandes cidades do centro-sul.

“Nova Iguaçu é uma cidade operária, constituída por uma mão-de-obra em geral não qualificada, com muitos migrantes. Em 1980, 55,5% do toda da população é composta de migrantes. De 374 mil pessoas na força de trabalho, em 1980, 76 mil estavam na indústria; 155 mil em serviços; 54 mil na construção civil; 48 mil no comércio e 19 mil no setor público (IBGE, censo 1980).”⁶⁶

É uma população composta em sua enorme maioria, portanto, de trabalhadores que encontraram condições de vida bastante difíceis. Os dados citados deixam clara a impossibilidade dos serviços públicos municipais e da infraestrutura da cidade acompanharem o vertiginoso aumento do número de seus habitantes, instalando-se um crescimento territorial desordenado. Poucos eram os que tinham acesso à água encanada, esgoto e até eletricidade, sendo também um problema a devastação ambiental na região, as valas de detritos sanitários abertas entre as comunidades, o acúmulo de lixo, falta de pavimentação das ruas, etc. Disparavam naquela época os casos de mortalidade infantil, problemas para o atendimento de saúde (que viraram a ser a mola propulsora dos novos movimentos reivindicatórios da cidade nos anos 70), drama comum a toda região da Baixada Fluminense.

Os recursos municipais eram investidos prioritariamente na manutenção e ampliação do parque industrial, realidade que convivia com a ausência de preocupação com a população trabalhadora e a falta de transparência na aplicação dos recursos públicos – práticas típicas das administrações sob a ditadura, que forçosamente, com os decretos de intervenção, se alinhavam ao partido do governo federal: a Arena. A

⁶⁵ MAINWARING, S. “A Igreja católica e o movimento popular: Nova Iguaçu 1974-1985” In KIRSCHKE, P. e MAINWARING, S. *A Igreja nas bases em tempos de transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L e PM editores, 1986.

⁶⁶ SILVA, Percival Tavares. *Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974 / 1992*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1994, mimeo., p. 26.

violência estava disseminada na baixada fluminense, e parte importante do problema se devia aos famosos esquadrões da morte (financiados por proprietários e comerciantes da região), que Maiwaring estima terem assassinado cerca de 2.000 pessoas durante a década de 70.⁶⁷ Os alvos, comumente, eram a população pobre e desassistida da região.

*“A crônica escassez de serviços urbanos, resultante da limitação dos recursos legais e da política de Estado de favorecer investimentos produtivos e a instalação de serviços nas áreas residenciais mais abastadas, (...), gera uma situação de extrema penúria para os habitantes”.*⁶⁸

Este conjunto de fatores, além do acuartelamento da ditadura no país, torna a cidade de Nova Iguaçu um ambiente inclinado à organização de movimentos que reivindicavam, originalmente, melhorias nos serviços públicos e na qualidade de vida. Organizações pioneiras podem ser encontradas desde a década de 40 e 50, quando foram formadas as primeiras associações de moradores, mas a realidade se transformara profundamente durante o período do regime militar. É importante destacar esta tradição porque ela foi incentivada pelos governos de orientação trabalhista, principalmente nos primeiros anos da década de 60, e também porque estabeleceu raízes que seriam recuperadas mais tarde pelos novos movimentos populares dos anos 70.

Mainwaring destaca que a ditadura militar foi implacável com as lideranças populares de Nova Iguaçu, desarticulando quase todo o conjunto de movimentos anteriores a ela. Os principais dirigentes foram presos ou assassinados, tornando a sobrevivência das organizações de moradores extremamente marginal. Os resquícios foram reunidos pelos militantes católicos, que abrigavam e protegiam clandestinamente os remanescentes destes movimentos de bairro. Por outro lado, o terrorismo de Estado e a perseguição às lideranças estudantis e sindicais fizeram com que esta militância, ao se esconder, transferisse parte de suas energias às iniciativas de organização popular nos bairros mais pobres.⁶⁹ Esse esforço seria importante para a retomada das lutas políticas alguns anos mais tarde.

⁶⁷ MAINWARING, op. cit., p. 75. Um estudo específico sobre o problema da violência urbana na Baixada Fluminense consultado por nós é: ALVES, José Cláudio. *Baixada Fluminense: a violência na construção de uma periferia*. São Paulo, USP, 1998.

⁶⁸ MAINWARING, op. cit., pp. 75-76.

⁶⁹ Há uma entrevista interessante com um veterano militante (João Batista de Assis) sobre esse fenômeno, que inclui importantes lideranças e intelectuais. Ver: SILVA, op. cit. p. 29.

Foi principalmente a partir da baliza dos anos 70, com a retomada da luta política de massas contra a ditadura, que a realidade da cidade começou a mudar. No caso específico de Nova Iguaçu, os setores progressistas católicos foram os maiores responsáveis pelo mínimo de sobrevivência do movimento popular associativo e por sua reativação e protagonismo, situando a cidade na vanguarda do processo de conquistas do catolicismo de esquerda. A nomeação de D. Adriano Hypólito para diocese de Nova Iguaçu no ano de 1966 quebrou uma continuidade de anos de sacerdotes identificados com o setor conservador da Igreja no município.

As comunidades de base em Nova Iguaçu começaram a ser organizadas já no início dos anos 70, se tornando em pouco tempo um importante movimento popular com grande capacidade de mobilização política em torno das questões emergenciais do município e dos problemas políticos do país naquela localidade. Um retrato dos enfrentamentos que estavam por vir foi o seqüestro e tortura de Dom Adriano Hypólito no ano de 1976 e o atentado a bomba contra a catedral da cidade em 1978.

O ano que marca a retomada dos movimentos populares associativos de Nova Iguaçu é 1974, quando tem início uma iniciativa local de restabelecer as organizações de bairro e a luta política contra a situação e pauperização da região. A iniciativa foi apoiada pela diocese da cidade, que contava com uma representação da agência internacional para desenvolvimento de trabalhos comunitários chamada Caritas. Rapidamente, e com o apoio de D. Adriano Hypólito, começaram a se formar associações de moradores nos bairros da cidade com o objetivo de reivindicar melhorias estruturais nos bairros mais “carentes”, como o acesso à luz, esgoto, asfalto, etc. Não tardou para que o trabalho em conjunto com os católicos progressistas caminhasse em direção a um aprofundamento teórico sobre razões das péssimas condições urbanas da cidade, articulando a realidade local com avaliações acerca da situação geral do país e da região.

O movimento durante o ano de 1977 começou a ser chamado de *Amigos do Bairro*, recuperando o nome de uma associação anterior, havendo trocas de experiência entre as diversas associações e a formação de um jornal para divulgação de suas ações. O desenvolvimento efetivo do movimento resultou na criação, em março 1978, de estruturas formais para seu gerenciamento durante o terceiro encontro entre entidades de base, com a fundação do Movimento de Amigos do Bairro (MAB) e o estabelecimento de sua primeira coordenação geral. Desta forma, se tornava politicamente autônomo de

seus vínculos com a religião e se aproximava de maneira efetiva das outras organizações trabalhadoras do país.

O crescimento não foi apenas burocrático, mas resultado de uma ampliação da capacidade de mobilização e engajamento em diversas regiões, incluindo definitivamente o MAB no mapa político da cidade. Os instrumentos de pressão se tornavam mais efetivos, e o MAB passou a enfrentar diretamente a prefeitura de Nova Iguaçu na defesa de melhorias urbanas e na oposição política a alguns prefeitos. É imperioso mencionar que não é fruto do acaso o surgimento em Nova Iguaçu de um importante movimento de trabalhadores na mesma época em que explodiam as greves do “novo” sindicalismo. Era um momento claro de recrudescimento das lutas de classe, e o movimento sindical também atuava na cidade, muito embora a forma mais incisiva de mobilização na política local, de acordo com os trabalhos consultados, tenha sido através do movimento de bairro. Estamos, portanto, diante de um processo particularmente interessante da recomposição da classe trabalhadora na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em 1979 o MAB, de acordo com Percival Silva⁷⁰, passou a se corresponder mais proximamente com outros movimentos país afora, enviando apoio e mensagens de solidariedade aos grevistas do ABC e às manifestações políticas no Rio de Janeiro, com destaque à greve de professores da capital no mesmo ano. Estes são sinais de um crescente amadurecimento político do movimento, que percebia as imbricações da realidade social do país e a necessidade de uma luta articulada contra a ditadura.

O governo municipal já não podia mais ignorar as questões de caráter popular levantadas pelo MAB, iniciando um novo período na vida política da cidade. Mainwaring cita como exemplo uma assembléia realizada pelo MAB no mesmo ano que reuniu 3.000 participantes, com representações de 60 bairros do município, contando também com a presença de importantes figuras públicas da oposição, como o caso do senador Saturnino Braga. *“A assembléia conseguiu também obrigar o governo municipal a aceitar reuniões semanais com representantes dos diferentes bairros de Nova Iguaçu. O MAB havia ingressado numa nova fase, mais madura, tornando-se o mais importante movimento popular de Nova Iguaçu.”*⁷¹

⁷⁰ Id., *ibid.*, p. 87.

⁷¹ MAINWARING, *op. cit.*, p. 82.

No início dos anos 80, o MAB passou a viver o dilema da maioria dos movimentos populares da época, encarnado na reorganização partidária do país. A maioria dos dirigentes do movimento se dividiu entre o apoio ou participação no PT e no PMDB (tratava-se, na prática, de apoio às organizações comunistas que ainda se abrigavam no partido e tinham grande influência no movimento popular do município), separação que era reflexo das diferentes concepções ideológicas que atravessavam o movimento popular de uma maneira geral. O ritmo da abertura se intensificava, já havia sido decretada a anistia, chegavam às ruas os protestos exigindo as eleições diretas. Uma hipótese a ser explorada por nós em capítulos adiante é de que a divisão que destacamos entre a direção do MAB corresponde uma notável politização do movimento.⁷²

O governo de Leonel Brizola (PDT), eleito em 1982, e o poder municipal em Nova Iguaçu, administrado pelo mesmo partido, inauguraram um processo de concorrência com o MAB nas comunidades pobres da cidade, que foi razão de duros embates até a chegada da campanha pelas diretas em 1984. O desenvolvimento histórico do MAB, com seus embates políticos e as diferentes concepções concorrentes em sua trajetória, tem se tornado cada vez mais objeto de estudo em pesquisas acadêmicas, como no caso da dissertação de mestrado de Percival Silva, que colaborou diretamente com nossos esforços de pesquisa.⁷³

Em Duque de Caxias, da mesma forma que na cidade de Nova Iguaçu, a expansão urbana acompanhou o processo de industrialização impulsionado pelo governo federal a partir da Era Vargas. Mais precisamente, Caxias conheceu um desenvolvimento acentuado de seu centro urbano a partir da década de 50 (emancipada em 1943), que continuou em ritmo acelerado nos anos seguintes.⁷⁴

O surto mais impressionante de crescimento da cidade ocorreu durante os anos 60, quando se verificavam as conseqüências de investimentos realizados em anos anteriores. Foi na década de 50 que a expansão urbana do Rio de Janeiro conectou Caxias ao grande conglomerado metropolitano do Rio de Janeiro, época que coincidiu

⁷² O que genericamente designamos por “politização” é apenas uma referência à formulação geral de um programa de classe, dentro da perspectiva mencionada como “experiência” nos termos propostos por Thompson, ou, como preferimos, à “grande política” segundo Gramsci.

⁷³ SILVA, Percival T. op. cit.

⁷⁴ A maior parte das informações coletadas sobre o município de Duque de Caxias se referem à tese de SOUZA, op. cit.

também com obras como a abertura da Avenida Brasil (via arterial do trânsito da capital), além da construção das rodovias Dutra e Washington Luís. Entre 1957 e 1961 ocorreu ainda a criação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), o estabelecimento na cidade da primeira empresa do ramo petroquímico (que produzia borracha), além da já existente Fábrica Nacional de Motores (estabelecida ainda durante o Estado Novo) no distante distrito de Xerém.

Estatísticas recolhidas por Marlúcia Souza⁷⁵ apontam que o desenvolvimento econômico durante estes anos atraiu um forte fluxo migratório para a cidade, fazendo com que a população residente crescesse em 161% ao longo da década de 60.

Crescimento populacional das cidades da Baixada Fluminense.⁷⁶

Ano	1950	1960	Crescimento Aproximado
Estado	2.297.194	3.367.738	47%
Nilópolis	46.406	95.111	105%
Nova Iguaçu	145.649	356.645	145%
São João de Meriti	76.462	190.516	149%
Duque de Caxias	92.459	241.026	161%

Assim, Duque de Caxias sofria com os mesmos efeitos deletérios da veloz e desordenada expansão urbana verificada em Nova Iguaçu. Aliás, parece ter sido este um destino comum a todos os municípios do entorno da capital do Rio de Janeiro, onde se abriga uma população particularmente pobre e desassistida de serviços públicos.

Em Duque de Caxias, segundo a pesquisa de Marlúcia, antes da chegada dos militares ao comando do país havia uma forte organização comunista entre os trabalhadores da cidade. Sua industrialização precoce (com o estabelecimento da Fábrica Nacional de Motores – FNM) foi responsável pela formação de um atuante sindicato influenciado por militantes ligados ao PCB. O partido, ainda durante os anos 50/60, não tardou em estabelecer uma estratégia que permitisse a organização de um movimento camponês nas áreas rurais da Baixada Fluminense.

⁷⁵ Id., *ibid.*, p. 114.

⁷⁶ Dados fornecidos pelo IBGE, retirados de SOUZA, *op. cit.* p. 115.

Por esta razão, o estabelecimento da ditadura militar percorreu um caminho particularmente violento na cidade.⁷⁷ As resistências nos primeiros momentos do golpe foram muito fortes. O PCB era um partido enraizado no movimento popular local, com uma atuação política muito significativa na cidade. Os trabalhos consultados apontam que o partido chegou a ter atuação muito destacada nos processos eleitorais, ainda que sem registro, mobilizando votos para candidaturas do PTB e, mais tarde, para o MDB. Foram muitas as lideranças comunistas originárias de Caxias nos principais movimentos que eclodiram nos anos 67 e 68.

Aos poucos, para fazer face aos confrontos políticos da cidade, foram tomando conta da administração municipal integrantes dos grupos para-militares financiados pela burguesia regional, realidade que persistiu até a intervenção militar no município. O município foi declarado “Área de Segurança Nacional” em 19 de julho de 1971, sendo nomeado provisoriamente o presidente da câmara municipal para exercer o cargo de prefeito. Sucederam-se quatro interventores, e somente foram realizadas eleições municipais na cidade em 1985, com a vitória de Juberlam de Oliveira (PDT).

PREFEITOS DE DUQUE DE CAXIAS DURANTE A DITADURA:

Joaquim Tenório Cavalcanti (UDN)	Eleito	01/1963 a 01/1967
Dr. Moacyr do Carmo	Eleito	01/1967 a 07/1971
Gal. Carlos de Medeiros	Interventor	07/1971 a 03/1975
Cel. Renato da Fonesca	Interventor	03/1975 a 03/1978
Cel. Américo de Barros	Interventor	03/1978 a 05/1982
Hydekel de Freitas	Interventor	05/1982 a 12/1985
Juberlam de Oliveira (PDT)	Eleito	01/1986 a 12/1988
Hydekel de Freitas (PFL)	Eleito	01/1989 a 12/1992

⁷⁷ A tese já citada, nas páginas 204 a 206, demonstra através de entrevistas como as lideranças sindicais industriais e camponesas resistiram ao golpe com iniciativas de greves políticas que foram duramente reprimidas.

Além das precárias condições de vida da população migrante que chegava a Caxias, a privatização da FNM gerou em 1977 demissões em massa (mais de três mil trabalhadores em apenas um ano) o que impulsionou a rearticulação do sindicato no ano seguinte. Seguiu-se um intenso calendário de protestos e greves, entre as quais a mais importante paralizou a produção na fábrica por 42 dias em 1981. Não foram os únicos, seguiram-se mobilizações de outras categorias importantes no município como os petroleiros e os professores.

“Silêncio, fraudes e privatização são marcas deixadas pela ditadura. Em 1968, a FNM foi privatizada, passando para a Alfa Romeo, em meio à revolta dos trabalhadores e ao inquérito aberto para apurar a existência de fraudes. Em 1976, a fábrica passou para o domínio da Fiat, e os operários iniciaram a convivência com a racionalização da produção, a automação, a intensificação dos ritmos de trabalho e a hiperexploração da força de trabalho.”⁷⁸

Desta forma, Duque de Caxias e Nova Iguaçu são cidades cujas realidades sociais se integravam plenamente no processo de lutas empreendido pelos trabalhadores brasileiros. Não marginalmente, mas absolutamente inseridas em um amplo processo que culminou com a recomposição da classe em novas organizações e novas estratégias, das quais participa diretamente o PT.

Na medida em que a situação dos trabalhadores nos municípios se tornava mais delicada, os movimentos sociais se organizavam e a violência da repressão juntamente. Os grupos de extermínio permaneceram ativos e administrando a prefeitura através dos partidos oriundos da base do governo (PDS, PFL e outros de menor relevância) em alianças eleitorais mais ou menos estáveis. Segundo Marlúcia Souza⁷⁹, uma reportagem publicada pelo Jornal do Brasil em 6 de junho de 1987 apontava que nos trinta anos anteriores, os grupos de extermínio da Baixada Fluminense haviam assassinado aproximadamente 15 mil pessoas. Os números, por si, chamam a atenção a respeito da relevância social de se estudar a formação da Baixada, o que, no nosso caso, se dará através dos organismos de resistência e protagonismo político por parte da classe trabalhadora.

⁷⁸ Id., *ibid.*, p. 209.

⁷⁹ Id., *ibid.*, p. 212

CAPÍTULO II

REFLEXÕES SOBRE A GÊNESE DO PT.

“A proposta do Partido dos Trabalhadores não nasceu do projeto de ‘reformulação partidária’ dos dirigentes do governo. Sua legitimidade advém, portanto, das bases operárias e populares que se juntaram na sua construção e não das leis outorgadas de cima para baixo, à margem da soberania popular.”

(Declaração política do MPT, 13 de outubro de 1979.)

A matéria a que se dedica esta dissertação é a construção do Partido dos Trabalhadores (PT) na região da Baixada Fluminense. Para que sejam expostas as principais questões abordadas por este estudo, não seria possível seguir em frente sem antes introduzir, ainda que genericamente, o que em nossa compreensão foi o PT ou qual seria seu significado histórico. Isto supõe olhar para seu processo de formação procurando entender o papel desempenhado pelo partido num momento intenso da vida política no Brasil – os anos da abertura política. Além disso, significa também assumir um posicionamento, o mais claro possível, sobre o papel do PT nas circunstâncias históricas de nossa pesquisa.

Assim, neste capítulo pretendemos investigar o sentido histórico da construção do partido, submetendo as leituras realizadas ao esforço analítico de superar a mera reprodução do discurso aparente e superficial. Não iremos nos concentrar nos episódios marcantes da cronologia de vida do partido (embora não seja possível deixá-los de lado), apenas procuraremos assinalar as passagens mais interessantes e capazes de dar vida à argumentação que será proposta. É aqui, precisamente, que se anuncia um problema.

A importância do PT na história brasileira, numa aproximação de acordo ainda com o senso comum, está estampada na vida política hodierna, uma vez que se trata do partido do atual presidente da república reeleito. Mais do que isso, em sua trajetória o

PT foi galgando posições importantes no cotidiano político do Brasil, sendo presença constante nas lutas sociais, noticiários políticos, etc. O PT, nos seus mais de vinte anos de existência, ganhou reputação internacional, servindo como modelo partidário para outras organizações pelo mundo, sobretudo na América Latina.

Esta importância do partido acabou se tornando proporcional ao tamanho da bibliografia acadêmica e militante disponível. Sua extensão tem como efeito uma sólida relação de pesquisas sobre as quais nosso trabalho se baseia, outras cujos propósitos teóricos/políticos receberão observações críticas de nossa parte, e ainda aquelas que não pudemos ter conhecimento ou contato. Na revisão que fizemos deste material, não encontramos razão para uma nova teoria sobre o PT, de maneira que buscamos através destes trabalhos construir uma síntese capaz de oferecer diretrizes de estudo à Baixada Fluminense. Nosso propósito será, portanto, a partir de algumas destas importantes pesquisas, investigar uma relevante parte da formação do partido, de onde retiramos hipóteses relevantes ao nosso tema de dissertação sobre o partido na região da Baixada.

O ponto fundamental em que iremos apoiar nossa leitura está na viva ligação do partido com o recrudescimento dos conflitos de classe no país, através do já estudado período de “abertura política”. Entendemos que nada há de fortuito ou paralelo entre essas duas realidades, que se alimentam e explicam mutuamente.

Há na relação entre partidos e luta de classes não apenas a construção de modelos teóricos ou um instrumental analítico de cunho subjetivista / academicista, supondo uma distância segura e isenta entre nossa pesquisa e os tais conflitos de classe. Como bem lembrou o historiador Eric J. Hobsbawm, a respeito das pesquisas históricas sobre temas relativos à história operária:

“É óbvio que a grande maioria desses historiadores é, mesmo hoje, composta de membros ou simpatizantes do movimento operário, representando uma ou outra das tendências políticas ou ideológicas desse movimento.”¹

O que aqui pretendemos ressaltar (à guisa de introdução) é que, no nosso entendimento, é no seio do confronto entre projetos sociais distintos, e em geral antagônicos, que são forjadas as realidades históricas, ao menos nas sociedades capitalistas modernas. De outra forma, o que temos designado como luta de classes – obedecendo as sugestões de Gramsci e Thompson – é justamente o terreno onde

¹ HOBBSAWM, E. J. “História operária e ideologia” In *Mundos do trabalho*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, p. 16.

organizações coletivas, essencialmente classistas, plasmam e condicionam as complexas realidades sociais. Não por meio de um determinismo absolutista, mas impondo limites, exercendo pressões e estimulando os sujeitos sociais.

É por essa razão que o tema escolhido por nós atinge muito fortemente a realidade política contemporânea. É fácil encontrar, hoje, ensaios que ao resgatar a trajetória do partido indicam em sua origem uma série de pecados capitais, responsáveis na essência pelo atual programa do PT – como se fosse absolutamente previsível que o partido rebaixaria sua plataforma e dirigiria futuramente o governo federal preso à lógica de acumulação do capital. Tal teleologia, improvável até à mais maquiavélica das conspirações, reconforta aqueles que nos idos das décadas de 70 e 80 sustentavam estratégias diferentes dos militantes petistas.

Outra tese comum é a de um certo saudosismo, com a supervalorização da experiência original do PT e a defesa, como redenção da plataforma socialista no Brasil, do retorno à uma experiência partidária “bem sucedida” na primeira fase de sua história. Não se percebe, deste modo, que o desenrolar dos embates políticos provocam mudanças dialéticas nas próprias estruturas típicas da sociedade civil, ou nos entes diretos das relações de classe. Foi daí, e não simplesmente da cooptação burguesa, que surgiu a hegemonia do atual programa político do PT.² A experiência de classe, ao construir no conflito a própria classe, concebe, remonta e adapta simultaneamente seus organismos e instrumentos de luta. Não em função de um devir cósmico, mas como produto das ações de sujeitos coletivos conscientes diante de importantes dilemas políticos.

Estas leituras nos remetem novamente a Hobsbawm. O autor inglês adverte que este tipo de relação muito próxima entre tema de pesquisa e pesquisador precisa ser imperiosamente matizada. Entre outros problemas,

“Se não formularmos primeiro questões e pesquisarmos o material à luz dessas questões, corremos o risco de produzir meramente uma versão arqueológica esquerdizante, trabalho que é equivalente ao dos diletantes folcloristas.”³

² Duas teses de doutorado recentes trataram da trajetória do PT e acentuam essa perspectiva: as já citadas ALMEIDA, Gelsom R. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2000; e COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2005, mimeo.

³ HOBBSAWM, op. cit, p. 21.

E são estas questões, muitas das quais decorrentes de observações teóricas, que permitirão a esta pesquisa alcançar algum nível de conhecimento original e científico. Caminhamos assim novamente nas trilhas de Gramsci:

“Objetivo significa sempre ‘humanamente objetivo’, o que pode corresponder exatamente a ‘historicamente subjetivo’, isto é, objetivo significaria ‘universal subjetivo’. O homem conhece objetivamente na medida em que o conhecimento é real para todo o gênero humano historicamente unificado em um sistema cultural unitário (...).”⁴

Dessa forma, neste capítulo defenderemos uma determinada proposição a respeito da organização do PT que, apesar de ser uma dívida em grande parte a outros autores, embasará os problemas propostos aos capítulos subseqüentes. Ao mesmo tempo, será necessário apresentar em linhas gerais (pois não almejamos o esgotamento do tema) a crítica a outras interpretações muito difundidas.

2.1 DA IDÉIA AO FEITO.

Há alguma divergência entre os pesquisadores a respeito de que movimento teria lançado inicialmente a idéia de organização do Partido dos Trabalhadores. A já citada tese de Eurelino Coelho faz uma abordagem particularmente interessante sobre este tema. Segundo ele, foram diversos os segmentos da classe trabalhadora brasileira a assumir o projeto de construção de um novo partido classista no final dos anos 70.⁵

Essa multiplicidade, todavia, contrasta com a visão dominante nas pesquisas pioneiras sobre o PT, onde se demonstra que o partido teria descendido diretamente (e quase exclusivamente) do “novo sindicalismo” do ABCD paulista.

O livro de Moacir Gadotti e Otaviano Pereira⁶, por exemplo, afirma que

“A idéia da criação do novo partido, oficialmente foi amadurecendo como semente já lançada, desde, por exemplo, a Conferência dos Petroleiros realizada na Bahia, em 1978, com a

⁴ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, vol. 1.. p. 134.

⁵ COELHO, op. cit., pp 50-53.

⁶ GADOTTI, M. e PEREIRA, O. *Pra que PT – Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989.

presença de Jacó Bittar, então presidente do Sindipetro de Campinas e Paulínia.”⁷

Esta é uma certidão de nascimento mais ou menos presente na maioria dos trabalhos consultados sobre a história do PT. É possível reparar também no foco em torno do sindicalismo de São Paulo, já que a verbalização da idéia na Bahia precisou de posterior explicitação da presença de representantes do estado na conferência. A este evento, segue-se uma reunião em 11 de dezembro do mesmo ano no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, onde a proposta de criação do partido foi apresentada novamente por Lula, Paulo Skromov, José Cicotte e Jacó Bittar.⁸ O livro continua sua narrativa citando uma série de eventos da agenda de construção do PT que culminam na distribuição da “Declaração política de São Bernardo”, em 13 de outubro de 1979.

O estudo de Leôncio Rodrigues⁹, percorre caminhos um pouco distintos da maioria das outras pesquisas que versam sobre o PT. Sua proposta é olhar criticamente alguns consensos fundados nos trabalhos pioneiros sobre o partido.¹⁰ Para ele, em linhas gerais, a maioria dos autores sustentam que o PT seria uma grande inovação na política brasileira, e que sua singularidade, no fundamental, se deveria ao encontro entre as propostas de socialismo e democracia.¹¹ Opondo-se frontalmente a estas teses, Leôncio Rodrigues sugere que se há uma particular característica do partido é a de que nele convivem plataformas políticas muito distintas, cujas relações nem sempre seriam harmoniosas.

Há alguns outros pontos que precisamos destacar nesta abordagem. O primeiro deles é fato de que, para o autor, o que unificaria estes diferentes segmentos políticos em um só partido seria a ligação comum à Igreja Católica.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 28.

⁸ Id., *ibidem*, p.29.

⁹ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos. Escritos de sociologia política*. São Paulo, Ática, 1990.

¹⁰ No caso, são citados pelo autor os textos de: WEFFORT, Francisco – artigos de jornal; MENEGUELLO, Rachel. *PT. A formação de um partido – 1979-1982*. São Paulo, Paz e Terra, 1989; MOISÉS, José Álvaro. “Partido de massas: democrático e socialista” In SADER, Emir (org.) *E agora PT?* São Paulo, Brasiliense, 1986; KECK, Margaret. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991. Nota-se que, à exceção de Margaret Keck, são todos intelectuais envolvidos diretamente na organização do PT. Neste particular, seria possível também acrescentar o livro de Moacir Gadotti e Otaviano Pereira.

¹¹ Os significados dos termos socialismo e democracia estão no centro dos embates políticos sobre o PT, e da esquerda de uma maneira geral. Não seguiremos adiante aqui, pois certamente nos distanciaríamos demais do ponto em que pretendemos chegar mais à frente. Cumpre apenas registrar a interessante abordagem deste assunto presente em FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. São Paulo, Cortez, 1991. O texto foi elaborado como uma contribuição ao primeiro congresso do partido.

“Referimo-nos, em primeiro lugar, à tese de que o PT, por ter surgido do movimento sindical e dos movimentos sociais e populares, seria um partido que ‘veio de baixo’. Essa afirmação encerra apenas meia-verdade e faz crer que o partido surgiu única e exclusivamente dos pobres, dos dominados, das massas de trabalhadores, enfim, de todos os que estão colocados à margem das instâncias de poder. Na realidade não foi bem assim. O PT surgiu dos movimentos sociais, mas dos movimentos sociais controlados ou influenciados pela Igreja Católica, que está longe de ser, no Brasil, uma instituição fraca, marginal ou ilegítima.”¹²

O segundo ponto de vista do autor que queremos registrar, também no caminho de comprovar a impropriedade do PT como um partido operário, é o que Rodrigues vai chamar de adesão em massa da intelectualidade ao partido no decorrer da década de 80 – setor que se tornaria dominante nas instâncias de direção do partido em 1988.¹³ Assim, conclui, *“o PT deveria ser entendido do ponto de vista sociológico como um partido de classe média ou, mais exatamente, de **um** setor das classes médias.”¹⁴*

Por último, em pelo menos uma questão o livro de Leôncio Rodrigues não se distancia muito de seus alvos de crítica, que está no fato de relacionar a origem do PT às iniciativas tomadas pelos sindicalistas paulistas. Apenas considera outro evento genitor: um lançamento público do partido realizado no XI Congresso dos Metalúrgicos na cidade de Lins (SP), em janeiro de 1979¹⁵. Justamente numa data localizada entre o discurso de Lula na Bahia em 1978 e a distribuição da declaração de São Bernardo em outubro de 79.

Em relação às origens do PT, Rachel Meneguello, numa pesquisa que se tornou referência sobre a formação do partido, adota uma postura um pouco mais cuidadosa. Para ela, o debate a respeito da formação do partido começou a circular no meio sindical brasileiro em fins dos anos 70.¹⁶ Ainda segundo a autora, o PT emergiu como uma novidade na política brasileira no transcurso dos anos de abertura, sendo muito

¹² RODRIGUES, op. cit., p. 10.

¹³ Idem, ibidem, p. 18.

¹⁴ Id., ibid. p. 10, grifo do autor. Necessário explicitar que a única definição percebida, do ponto de vista sociológico, para “classe média” no livro é a que reúne profissionais liberais e professores, pp 18-19. Não há para “intelectualidade”.

¹⁵ Id., ibid., p. 11. Este encontro produziu um documento que ficou conhecido como a “Tese de Santo André-Lins.” O texto está reproduzido no livro de Gadotti e Pereira, na página 32.

¹⁶ MENEGUELLO, Rachel. *PT. A formação de um partido – 1979-1982*. São Paulo, Paz e Terra, 1989, p. 21.

condicionado por este contexto histórico.¹⁷ Assim, há no trabalho a tentativa de avaliar o PT através de conceitos teóricos típicos da ciência política, com seu centro de gravidade em torno da arena político-institucional que se modificava no final da década de 70 e no início dos anos 80.

O caminho de Meneguello para abordar as origens do PT também inicia pelo “novo sindicalismo” e o ciclo de greves entre 78 e 81. Para ela, o Brasil dos anos 70 comportava duas “dimensões paralelas”¹⁸: de um lado estavam as alterações no sistema político/partidário, como resultado da política de distensão; de outro a retomada das mobilizações populares. A força capaz de operar o encontro entre os dois paralelos seria a luta por direitos, democracia e ampliação da “cidadania”, que teriam uma natureza basicamente política.

É aí que se encaixa o PT. Ele seria fruto da maioria de um movimento capaz de perceber os limites de seus embates puramente sindicais, sem que estivesse representado no amplo terreno político. Política esta que consistiria na “*luta pela cidadania plena, a conquista dos direitos sociais e políticos e o seu reconhecimento pelo Estado como atores políticos emancipados.*”¹⁹

Desta leitura, fica estabelecido de maneira clara o par de causas que permitem compreender o surgimento do PT.

*“O estabelecimento do pluripartidarismo e a ampliação do projeto do novo sindicalismo com novos conteúdos reivindicativos, (...), levaram a que se elaborasse uma proposta concreta de participação no sistema político, a qual se edificasse sobre uma estrutura capaz de englobar a diversidade de setores e o caráter amplo das reivindicações: a proposta de um partido de trabalhadores.”*²⁰

O processo de organização partidário, segundo Rachel Meneguello, pode ser compreendido entre os anos 1979 e 1982. O ano de 1982 seria o da primeira participação do PT nas eleições, ingressando portanto na esfera da política institucional do país. Para a autora, a primeira manifestação pública da idéia de criação do partido também coincide com o discurso de Lula na Conferência dos Petroleiros na Bahia, no

¹⁷ A pesquisa citada se concentra em descrever os anos de abertura a partir do jogo político institucional, como sendo resultado tanto de uma inclinação do governo Geisel à abertura como da crescente pressão das vitórias eleitorais do MDB. Interpretação bastante diversa da sugerida aqui.

¹⁸ Expressão da autora, MENEGUELLO, op. cit., pp. 52-54.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 54.

²⁰ Id., ibid., p. 56.

ano de 1978. A proposta, entretanto, teria sido lançada formalmente apenas em janeiro de 1979, durante o IX Congresso dos Metalúrgicos que citamos anteriormente. A partir daí as movimentações em prol do partido teriam se intensificado, inclusive com a demonstração pública de certo conflito entre as lideranças engajadas na construção do PT, como na distribuição da Carta de Princípios nas manifestações do 1º de maio de 1979.²¹

No final de 1979 seria formada uma organização de militantes em torno do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores (MPT), com instâncias de trabalho regionais e uma Comissão Nacional de 17 membros. O lançamento do partido, organizado pelo MPT, ocorreu no dia 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion de São Paulo. A plenária, com mais de 700 pessoas presentes, escolheu uma Comissão Nacional Provisória, responsável por assumir as tarefas de direção e organização do partido.²²

Há uma última questão que a autora traz e que desejamos destacar. Seu trabalho, no esforço de olhar analiticamente para o processo estudado, reúne os militantes do PT em dois grandes blocos. Um primeiro grupo seria composto por sindicalistas, intelectuais, parlamentares e parte dos militantes oriundos de outros movimentos populares, todos “*unidos em torno da concepção do PT como sujeito legítimo de representação, o qual devia efetivamente inserir-se no quadro político-institucional.*”²³ Está bem claro que, em sua interpretação, estes são os autênticos petistas, e que sua legitimidade está comprovada na medida em que empreenderam esforços para a legalização do partido.

O segundo bloco engloba, genericamente, os chamados “grupos de esquerda”. Estes teriam em sua participação no nascente partido duas ordens de estratégia: a primeira seria legalizar o PT e transformá-lo numa grande frente de massas, onde as organizações poderiam acelerar o recrutamento de militantes e tensionar as mobilizações populares à esquerda; ou, no segundo caso, tentar fazer do partido uma organização nos moldes “marxista-leninista”. Ambas deixariam transparecer uma visão excessivamente pragmática do PT, em função de não manifestarem um compromisso efetivo com o movimento político que surgia, mas fazendo dele um instrumento que poderia ou não ter utilidade para as pequenas organizações revolucionárias.

²¹ Id., *ibid.*, pp 66-67. O que teria ocorrido no primeiro de maio, segundo Meneguello, era um desentendimento sobre se seria adequado ou não tratar dos assuntos do partido naquela data.

²² Id., *ibid.*, p. 68.

²³ Id., *ibid.*, p. 70. Grifos da autora.

É mais ou menos nessa linha que seguem alguns outros trabalhos acadêmicos sobre o PT, como a conhecida pesquisa de Margaret Keck.²⁴ Estamos de acordo com o exame realizado por Gelsom Almeida²⁵, ao constatar que o foco do estudo são as origens do partido (até o ano de 1985), concentrando-se principalmente nas relações deste com o “novo sindicalismo”. Há uma inclinação de tendência institucional ao olhar para a crise da ditadura brasileira (como fruto, no fundamental, de um projeto de poder nascido do próprio regime), e também ao tirar conclusões sobre as conseqüências da construção do partido nas disputas políticas da “Nova República”.

A tese de Gelsom Almeida dá prosseguimento a uma minuciosa investigação sobre outros trabalhos a respeito do PT e sua história, que não pretendemos introduzir aqui apesar de algumas poucas diferenças de leitura.²⁶ O autor, aliás, sintetiza bem um dos grandes problemas ao se estudar a formação do PT:

“A formação do PT foi realizada por sindicalistas, membros da Igreja Católica (CEB’s, pastorais, etc), organizações de esquerda (trotskistas), intelectuais e alguns parlamentares oriundos do MDB. A maior parte da historiografia enfatiza a conexão sindical do PT. O principal problema que resta seria a atribuição do peso exato de cada grupo no processo de formação do PT, considerando ainda a subdivisão de cada um, que não são poucas. Assim, por exemplo, entre os sindicalistas, se encontravam direções e oposições; em ambas, diferentes grupos e tendências.”²⁷

Mesmo sem resolver a equação proposta por Gelsom, o que escapa a nossas possibilidades, é possível avançar em direções promissoras. Para tanto, analisaremos as principais posturas relativas ao PT, começando por inventariar as questões suscitadas até aqui pelos autores mencionados:

Em primeiro lugar, está a constatação de que o PT é um partido umbilicalmente ligado ao “novo sindicalismo”, movimento cujo epicentro estaria nas categorias industriais da região metropolitana de São Paulo. O calendário que envolve a organização do partido está localizado, com variações discretas, em termos cronológicos entre os anos 78/79 e espacialmente na região industrial do ABC paulista. Convém

²⁴ KECK, Margaret. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Paulo, Ática, 1991.

²⁵ ALMEIDA, Gelsom R. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2000, p. 151.

²⁶ Idem, *ibidem*, pp. 151-155.

²⁷ Id., *ibidem*, p. 158. Fazemos o registro de uma ressalva: entre as organizações de esquerda que se comprometeram com PT, nem todas se declaravam trotskistas.

lembrar que 1978 foi um ano de importantes vitórias eleitorais para o MDB, e também marca o início das grandes greves e mobilizações sindicais do final da década de 70.

Em segundo lugar está a expansão do partido. Esta se deu, ainda nos seus primeiros momentos de vida, com a incorporação de camadas intelectuais²⁸, outros movimentos populares e de grupos da esquerda revolucionária que atuavam na ilegalidade. Esta ampliação não aconteceu, em absoluto, de forma homogênea, iniciando uma convivência partidária entre setores com projetos distintos de partido e de sociedade. Este relacionamento, democrático em teoria, seria uma das grandes novidades representadas pelo partido no cenário político.

Em terceiro lugar, não seria possível identificar o PT como um partido operário ou de classe, pois seu processo de crescimento ocorreu com a adesão de outros segmentos sociais (com repetidas referências aos intelectuais e à classe média). Assim, nascia um partido “policlassista” e “plurideológico”²⁹, cujo resultado estaria muito próximo, segundo Leôncio Rodrigues, de um projeto típico da classe média urbana brasileira ou de uma fração dela.

Em quarto lugar, há um certo coro entre alguns dos estudos visitados por nós a respeito de que o PT só foi um projeto viável em função das alterações políticas vividas pelo país. A ditadura brasileira, pressionada pelas vitórias eleitorais da oposição, teria levado a cabo o projeto de abertura e, posteriormente, de reforma partidária, o que abriu espaço para institucionalização de uma fração não representada politicamente da oposição.

Por último, há uma importante divergência a respeito de quais motivos levariam diferentes grupos sociais a conviverem em uma organização policlassista e plurieológica. Para Leôncio Rodrigues o que daria liga a estes grupos seria uma ancestralidade comum com a Igreja Católica; para Rachel Meneguello seria a unidade na crítica aos movimentos comunistas ditos “vanguardistas” (no interior do MDB), manifestada em torno das discussões sobre democracia; para Margaret Keck o PT representava uma síntese da sociedade brasileira que se mobilizava em luta aberta contra o Estado totalitário.

²⁸ Muito raramente o termo intelectual foi definido com alguma precisão pelos trabalhos citados, de maneira que permanecemos até aqui com seu uso corrente.

²⁹ Termos utilizados pelos autores.

2.2. PT E OS CONFLITOS DE CLASSE.

As formulações até aqui apresentadas já prenunciam alguma contradição com a leitura que fizemos no primeiro capítulo a respeito dos conflitos sociais e políticos que percorreram o Brasil a partir da segunda metade da década de 70. Antes, porém, de enfrentar diretamente esta discussão, precisamos introduzir algumas reflexões dissonantes do tom exposto até este ponto.

Uma primeira observação importante é a recuperada por Gelsom Almeida³⁰, que procura entender melhor o mito sobre a “novidade” política representada pelo PT. Se este mito diz respeito à construção de um partido identificado com a classe trabalhadora no país, há uma clara obliteração do papel desempenhado pelos comunistas (PCB) na história do movimento operário brasileiro. Esta ação, todavia, seria adequada àqueles que procuravam trilhar um caminho diferente do experimentado pela recente tradição comunista no Brasil, o que de fato refletia as intenções de uma fração significativa do movimento pela construção do PT. A pesquisa realizada por Marcelo B. Mattos, dedicada ao movimento sindical do Rio de Janeiro, ainda comprovaria a força de uma tradição militante que remonta ao “pré-64”, mesmo durante os protestos sindicais típicos do final dos anos 70.³¹

Parte das discussões mencionadas em torno das definições de socialismo e democracia (muito presente entre os militantes do novo partido) tinham como pano de fundo justamente estas polêmicas. Não se trata, de forma alguma, de problemas típicos do pensamento de esquerda no Brasil. Estes são debates que dividiram opiniões na maioria do grande campo do socialismo ao redor do mundo (e talvez permaneçam ainda em aberto).³² Assim, retomando as reflexões indicadas por Hobsbawm, declarar o PT como uma “novidade” não é uma postura desinteressada a respeito das propostas e plataformas políticas imersas na construção do partido.

³⁰ Para esta discussão: ALMEIDA, op. cit., pp.142-145. Sua linha de argumentação é apoiada em parte por OLIVEIRA, Francisco. “Qual é a do PT” In SADER, Emir. *E agora, PT?* São Paulo, Brasiliense, 1986. A pesquisa de Eurelino Coelho (op. cit.) iria também perceber que o discurso sobre a novidade representada pelo PT era parte de um deliberado esforço de construção de um determinado discurso hegemônico a respeito do partido.

³¹ Olhando para importantes categorias do movimento sindical no estado do Rio de Janeiro, como metalúrgicos, metroviários, bancários e professores, Marcelo estuda os diferentes projetos políticos do grande grupo da “oposição sindical” dos anos 70/80. MATTOS, op. cit., pp. 146-148.

³² Um contato interessante com estes debates pode ser feito através das polêmicas entre Adelmo Genro Filho e João Machado; e também entre Wladimir Pomar e Ozéas Duarte, que publicaram artigos contundentes na revista *Teoria e Política*. São Paulo, Editora Brasil Debates.

Mesmo quando a “novidade” se refere à composição “plurideológica” do PT, uma rápida olhada na trajetória do movimento socialista mundial (lembrando-se pelo menos do Partido Social Democrata Alemão no início do século XX) indicará que também não há aí nada originalmente novo.³³ Gelsom, relacionando os debates a respeito do PT com a crise atravessada pela esquerda na época de sua formação, conclui que:

*“A argumentação de que o socialismo no Brasil não deveria ser importado de outros modelos não seria apenas uma desconfiança saudável a respeito das experiências do ‘socialismo real’ ou ‘realmente existente’. Esse princípio escamotearia a inexistência de uma cultura política socialista (ou de cultura política), e a falta de uma análise crítica e consistente.”*³⁴

Dessa maneira, o construto teórico de ser uma “novidade” selecionaria que herança política os petistas – ou a fração que se assumia “autenticamente” petista entre os diversos matizes políticos do partido – reivindicariam do movimento de esquerda ao PT. Se esta era a intenção contida, ao mesmo tempo a idéia encontrava suporte no fato de um Partido com essas configurações ser, em verdade, diferente das organizações tradicionais da esquerda brasileira.

Essa referência aos “autênticos” militantes petistas nos leva de volta ao estudo de Eurelino Coelho e ao “novo sindicalismo”. Isto porque o grupo auto-intitulado como “realmente” petista representava a maior fração dos coletivos que compuseram o PT, e, anos mais tarde, também se tornaria hegemônico no plano doutrinário-político. Coelho ainda aponta que as raízes deste coletivo (que pouco a frente – a partir de 1983 – ficaria conhecido como *Articulação*) forjaram sua unidade e sua práxis durante o ciclo de greves do final dos anos 70 e início da década de 80. Pretendemos com isso frisar que a reprodução do mito a respeito da originalidade do PT estar ligada muito intimamente ao núcleo de sindicalistas de São Paulo reproduz, mesmo que involuntariamente, argumentos pertinentes à construção desta hegemonia na política interna do partido.

Para desmontar este discurso, Coelho mostra em sua tese, a partir de uma vasta leitura sobre as mobilizações sindicais do período mencionado, que o movimento sindical irrompido em 78 se desdobrou amplamente nos anos seguintes.³⁵ Se ficaram

³³ Para aprofundar melhor esta discussão, há uma interessante crônica que faz uma releitura da 2ª Internacional aos olhos dos impasses da esquerda no século XXI – ROCHA, Ronald. *O movimento socialista no limiar dos impérios financeiros*. Belo Horizonte, Ed. O Lutador, 2006.

³⁴ ALMEIDA, op. cit., p. 144.

³⁵ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2005, pp. 37-38.

registradas historicamente as grandes assembléias de metalúrgicos da região do ABC paulista e suas greves, este registro não pode suprimir o avanço alcançado pelo movimento sindical tanto qualitativamente, em direção a outras categorias profissionais, como quantitativamente (pelo crescente número de mobilizações).

Não é casual que os movimentos de São Paulo tenham tido maior atenção, afinal, como frisamos no capítulo anterior, era lá que se situava a principal mola propulsora da economia durante a ditadura. Citando informações levantadas pelo pesquisador Eduardo Noronha³⁶, o trabalho de Eurelino Coelho mostra também que no curso do ano de 1979 foram realizadas 246 greves no Brasil, das quais 18% foram de metalúrgicos. Mas os dados mais interessantes são os seguintes:

“Do total de quase 21 milhões de jornadas de trabalho perdidas, 31% foram causadas por greves de metalúrgicos. O restante das greves (82%) e das jornadas perdidas (69%) foram obra da mobilização de outras categorias de trabalhadores (principalmente operários da construção civil, motoristas e cobradores, médicos e professores).”³⁷

Isto significa que foram muitos os segmentos da classe trabalhadora brasileira, mesmo na vigência de um regime autoritário, violento e com regras repressoras ao movimento sindical, que tomaram a ousada iniciativa de contestar abertamente a política econômica, o arrocho salarial e a falta de democracia política no Brasil. Como indicamos, havia um crescimento notável e geral das oposições populares. Não custa lembrar que em 78 o MDB foi o partido mais votado nas eleições parlamentares, sendo este também o período de reorganização de alguns importantes movimentos sociais e de proliferação das Comunidades Eclesiais de Base.

Pensar, portanto, o “novo sindicalismo” apartado da luta de classes em geral e concentrado exclusivamente na região de São Paulo é trabalhar de uma maneira que recentemente tem ganhado muita audiência nos trabalhos históricos. Rejeitamos essas referências estreitas e uma concepção histórica minimalista, apegada aos eventos e caótica globalmente. Reiteramos aqui, ao abordar nosso objeto de estudo, acompanhando a proposta de Coelho, a crítica a este tipo de exame histórico em que

³⁶ NORONHA, E. “A Explosão das Greves na Década de 80.” In: BOITO JR., Armando (org). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

³⁷ COELHO, op. cit., pp 37-38.

“[as] *Estruturas e causas foram substituídas por fragmentos e contingências. Não há um sistema social (como, por exemplo, o sistema capitalista), com unidade sistêmica e ‘leis dinâmicas’ próprias; há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e ‘discurso’.*”³⁸

Seguimos, portanto, um caminho diverso e relocalamos o PT nos trilhos de uma análise referenciada em estruturas sociais dinâmicas, ou classes. O que unificaria esse processo de insubordinação protagonizado por frações expressivas de trabalhadores brasileiros contra a política da ditadura militar? Diversamente do que argumentou Margaret Keck, o PT não foi resultado da abertura política do regime militar, mas um veículo importante no combate à ditadura. O PT, nos valendo de termos thompsonianos, foi fruto da experiência dos trabalhadores brasileiros em sua trajetória de luta aberta contra o regime de exceção, num movimento político complexo que Florestan Fernandes reconheceria como o mais potente da república brasileira.³⁹ Isso não é consequência do enfraquecimento da ditadura militar, mas parte de suas causas.

O estudo de Eurelino Coelho, além dos dados já apontados, traz uma outra reflexão importante. A partir de 1975 começou a circular entre a base metalúrgica da região metropolitana de São Paulo um periódico chamado *ABCD Jornal*.⁴⁰ Sua edição era de responsabilidade de antigos militantes da Ala Vermelha (fração dissidente do PC do B, que mais tarde ingressaria no PT e seria um dos núcleos do grupo intitulado “Força Socialista”) e circulava muito no meio sindical daquela região, chegando a ter uma edição superior a 100 mil exemplares. Como é de se presumir, no momento em que estourou o ciclo de greves e se iniciaram os debates sobre o PT, essa relação ultrapassou a mera distribuição do periódico. Este é, como outros que citamos no capítulo anterior, apenas um exemplo de como os diversos movimentos sociais, e os diferentes segmentos dos trabalhadores não estavam isolados, mas mantinham intercâmbios, redes de solidariedade e travavam lutas comuns.

Resumí-las simplesmente a uma trama arquitetada pela Igreja Católica tampouco nos parece ser muito lógico. Uma das hipóteses que sustentamos ao observar a formação do PT na Baixada Fluminense (com maior força no caso de Nova Iguaçu), é a de que a militância que manteve relações com a Igreja Católica, a partir do momento em que aprofundou seus co

³⁸ WOOD, Ellen. “O que é a agenda ‘pós-moderna’” in FOSTER, J. e WOOD, E. (orgs.) *Em defesa da história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

³⁹ FERNANDES, F. *Nova República?* Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 27.

⁴⁰ COELHO, op. cit., p. 48.

mpromissos políticos com a práxis do partido, passou a prescindir dos laços religiosos como meio de intervenção na realidade social. Ademais, a esquerda católica jamais chegou a hegemonizar ou dirigir as iniciativas formais da Igreja como parece sugerir a pesquisa de Leôncio Rodrigues⁴¹, contando inclusive com a sistemática contrariedade da maioria dos integrantes do clero superior.

Se escrevemos aqui que o PT seria resultado de uma reorganização do proletariado brasileiro (ou fruto de sua “nova configuração” como sugeriu Éder Sader⁴²), é evidente que rejeitamos as teses sobre a impropriedade do partido ter uma natureza classista. E aqui recorremos uma vez mais às importantes reflexões de Eurelino Coelho. Rachel Meneguello⁴³ percebeu bem que os militantes que impulsionaram o ciclo de mobilizações a partir de 78, responsável pela intensificação do calendário de abertura da ditadura militar, procuraram canalizar politicamente (e até legalmente) suas reivindicações. E faziam isso a partir de uma lógica própria, de uma plataforma política própria, que em nossa opinião não pode ser restringida à luta por cidadania e ampliação de direitos.

O problema de sua argumentação é encarar as reivindicações dos movimentos populares deste período a partir desta ótica estritamente legalista, e supor que os “novos personagens”, procedendo desta maneira, consideravam o Estado brasileiro e os militares como interlocutores legítimos. Destarte, restaria a luta por dentro da ordem para a “ampliação da cidadania”. Através de uma longa discussão a respeito da condição do proletariado brasileiro sob a vigência do regime militar, Florestan Fernandes sustenta a opinião de que o desenvolvimento das lutas populares imprimiu aos trabalhadores brasileiros um avanço significativo da independência de classe.

“Os proletários já não pedem licença aos seus ‘aliados’ burgueses para sustentar suas causas. Fazem-no de modo próprio, com sua própria linguagem, e com os métodos de luta próprios, que estão aprendendo ou refinando. Alcançaram, portanto, o apogeu da fase do desenvolvimento independente de classe e podem mover com maior facilidade as ‘alavancas do futuro’.”⁴⁴

De fato, o desfecho histórico deste processo de conflito, a criação da CUT e do PT, parece indicar que as posições ideológicas em disputa ultrapassavam em muito os

⁴¹ RODRIGUES, op. cit., p. 10.

⁴² SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

⁴³ MENEGUELLO, op. cit.

⁴⁴ FERNANDES, op. cit., p. 47.

limites do formalismo institucional. Não se queria somente a ampliação de direitos, mas refundar o Estado brasileiro a partir de uma nova correlação de forças. O veículo necessário a estes agentes seria justamente o partido político, e nisso há acordo com as observações de Meneguello.

E justamente aqui impõe-se uma outra questão. Já não havia um partido que combatia abertamente a ditadura, e que inclusive havia alcançado importantes vitórias eleitorais? Em outros termos, parece ser pertinente perguntar: por que o PT?

O intenso calendário de mobilizações sociais a que temos nos referido delineou no seu percurso os contornos dos organismos da contra-hegemonia, fundamentais como alicerces necessários aos confrontos de classe no plano da sociedade civil brasileira.⁴⁵ Foi nesta experiência que se verificou a necessidade de organização de um partido. Mencionamos anteriormente o trabalho de Eurelino Coelho porque nele há uma idéia preciosa, quando revela que em torno da proposta de criação do PT estariam gravitando diferentes movimentos. Coelho repara que, antes mesmo do discurso de Lula no sindicato dos petroleiros na Bahia, em janeiro de 1978 o movimento chamado “Convergência Socialista na Luta por um Partido Operário Socialista” (que depois se tornaria simplesmente “Convergência Socialista”, como uma das correntes internas do PT) lançou a proposta de organizar um partido legal, amplo e heterogêneo (capaz de incluir setores reformistas) que traduzisse a articulação recente da esquerda brasileira. Pouco depois, durante as manifestações do 1º de maio em 1978, foi a vez do jornal “O Trabalho”, editado pelo grupo “Organização Socialista Internacionalista”, trazer na sua matéria de capa um texto em defesa da luta por um partido operário.⁴⁶ Isso sem contar os inúmeros coletivos de base dos sindicatos que levavam palavras de ordem semelhante às grandes manifestações e o caso já mencionado do “ABCD Jornal.”

Desta forma, o que propõe Coelho não é procurar qual desses grupos chegou primeiro na corrida em torno da causa do PT, mas notar que a necessidade de construção de um partido dos trabalhadores foi imposta, de forma mais ou menos simultânea, por diversos “sujeitos” e em várias regiões do país.⁴⁷ Esta proposição trazida por Coelho é fundamental para se perceber o PT como um amplo movimento dos trabalhadores no país, e também porque nos fornece importantes elementos para olhar em direção à Baixada Fluminense. Se é fato que o PT tinha proporções de classe,

⁴⁵ Aqui retornamos à noção de sociedade civil proposta por Gramsci, ou seja, às organizações sociais com participação direta nos confrontos entre diferentes projetos políticos de sociedade.

⁴⁶ COELHO, op. cit., pp 50-51.

⁴⁷ Idem, ibidem, p. 51.

ambicionamos encontrar nesta região movimentos que, no mesmo período, estivessem sintonizados com a formação do partido, ainda que a partir de premissas próprias.

Assim, acompanhando também o raciocínio do autor, torna-se fácil observar que no ato de atribuir ao sindicalismo industrial paulista a ascendência sobre o partido, ficam obscurecidas as outras experiências concomitantes cujas ambições relativas à construção de um partido operário não eram menores. Isto também mostra que as disputas sobre como se deveria organizar o novo partido estiveram presentes desde o início de sua vida, e que, portanto, responsabilizar o grupo de sindicalistas de São Paulo pelo surgimento do PT é, da mesma forma, dar voz somente àqueles cujo projeto se tornaria hegemônico no decorrer de sua história. Segundo sugeriu Hobsbawm, um trabalho mais de arqueologia, embora neste caso nem tão esquerdizante.

Se insistimos nas relações do PT com um amplo segmento da classe trabalhadora brasileira, com sua relativa unidade em perceber a necessidade histórica de insuflar o novo partido, ainda é necessário descobrir que razão seria responsável pelo afastamento destes setores em relação à oposição formal representada pelo MDB. Uma vez estabelecido por nós que é a própria busca por um modo de organização e uma plataforma política comum que caracteriza o existir da classe social⁴⁸, a “nova configuração”⁴⁹ desta classe supõe sua concomitante recomposição também no campo da ação política. A pergunta mais apropriada, então, deveria ser a seguinte: estaria o MDB pronto para se tornar o veículo da reorganização do proletariado brasileiro?

É certo que havia correntes de esquerda no interior do MDB, principalmente as organizações comunistas, mas o partido abrigava também setores das classes dominantes da sociedade que divergiam do controle militar sobre a máquina de estado no país. Essa convivência era possível em torno da tese de que para derrotar a ditadura seria indispensável uma ampla frente contra o autoritarismo, como a sustentada no Brasil pelo PCB. Trazemos, a título de exemplo, um trecho da Voz Operária nº 151 de 1978 (órgão de publicação do Partido Comunista Brasileiro – PCB):

“O aparecimento de correntes ou de embriões de novos partidos não deve impedir sua unificação no seio do MDB, unificação em

⁴⁸ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses.” In *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001. NEGRO, A. L. E SILVA, S. (orgs.)

⁴⁹ Termo utilizado por Éder Sader abordado por nós no capítulo 1. Sader, E. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

torno da plataforma democrática expressa no programa dessa agremiação política de caráter frentista.”⁵⁰

Desta maneira se construiu a seguinte contradição: ao mesmo tempo em que um revigorado movimento popular se dispunha a demarcar os embates de classe no país, a esquerda do MDB se punha num movimento conciliatório e transformava a democracia na bandeira de unidade entre as oposições. O PCB, desta forma, propunha um rebaixamento tático do movimento, e aqui forçamos um inusitado paralelo em direção às teses defendidas por Rachel Meneguello, pretendendo posicionar os sujeitos coletivos representados no PT frente a uma luta restrita à ampliação dos direitos, ou relativa à cidadania. Parece-nos claro que havia um importante distanciamento entre os movimentos em ascensão e a disposição da esquerda do MDB de embarcar na nova “configuração de classe”.

O ponto em que pretendemos chegar está assim colocado por Coelho:

“O novo sujeito, que emergia da experiência das lutas, reconhecia a si mesmo como classe trabalhadora e sublinhava esta identidade ao apresentar-se na cena pública. (...)Aqui o que nos interessa é indicar que esta demarcação, formulada a partir da experiência concreta dos sujeitos em suas lutas, não só não corresponde mas é, até certo ponto, incongruente com a demarcação central postulada pelos defensores da tese da frente de oposições, que era estabelecer a polaridade entre os que se colocavam a favor ou contra o regime, independentemente da condição de classe.”⁵¹

Temos este mesmo entendimento. O PT era necessário para uma importante parcela da esquerda brasileira afinada com os principais movimentos de massas surgidos no país, necessário para o processo em curso de rearranjo das estruturas de classe no Brasil. O PT foi escolhido como o meio através do qual os trabalhadores iriam edificar o seu projeto universal de sociedade, contraposto ao projeto burguês dominante, como também observou Gelsom Almeida.⁵² É essa mesma situação histórica que demarca a criação do PDT, partido que disputaria com o PT os segmentos mais

⁵⁰ Retirado de CARONE, Edgard. *O PCB 1964 a 1982*. São Paulo, Difel, 1982, pp. 229-230. Há uma série de outros documentos reunidos neste mesmo livro que reforçam este ponto de vista, principalmente a nota do PCB em relação às eleições de 1978.

⁵¹ COELHO, op. cit. p. 46.

⁵² ALMEIDA, op. cit. p. 146.

avançados da classe, recuperando a antiga tradição organizativa do PTB e mesclando-a com as novas diretrizes do movimento socialista internacional.⁵³

E aqui se anuncia o último problema identificado por nós na bibliografia corrente sobre o partido. Nos remetemos ao crescimento experimentado pelo PT que teria descaracterizado o partido como representante da classe trabalhadora. Esta questão implica numa abordagem em dois sentidos.

O primeiro deles, é que esta proposição deriva da observação de que os organizadores do PT eram os integrantes do “novo sindicalismo”, que se articularam no transcorrer do momento de maior embate político das greves. Acreditamos já ter apontado as falhas destas considerações, argumentando que o PT nascera bem mais amplo e contraditório do que se supunha, incorporando setores da sociedade brasileira que iam muito além do “novo sindicalismo” paulista (e estamos determinados a corroborar com esta tese através do nosso estudo sobre a Baixada Fluminense).

A segunda exige considerações um pouco mais abrangentes. Como já apontamos na leitura feita da obra de Thompson, a utilização do termo classe social em pesquisas históricas necessita de alguns cuidados. Há um perigo de conjugar as classes sociais apenas a partir do lugar ocupado pelos homens no momento da produção social, o que põe em lados opostos exploradores e explorados mesmo que estas pessoas não reflitam sobre essa condição de sua existência. A classe, neste sentido, se tornaria um modelo abstrato, talvez de tipo ideal, com uma natureza apriorística derivada das engrenagens econômicas da sociedade. Eric Hobsbawm chama atenção para o fato de que Marx já teria percebido as limitações desta primeira aproximação de uma teoria das classes sociais, e caminhou em direção a uma solução satisfatória ao problema através da “consciência de classe”, que se reporta às condições subjetivas e seu auto-reconhecimento como classe social.⁵⁴ Assim, as relações sociais fundamentais do sistema capitalista, a partir da reprodução do capital através da exploração de sobretrabalho, indicam apenas o conflito latente entre classes sociais.⁵⁵

⁵³ Hélio Trindade e João Trajano.

⁵⁴ HOBBSAWM, E. J. “Notas sobre a consciência de classe” In *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, p. 34.

⁵⁵ “Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estas milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe”. MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 115-6.

Não é nosso intuito ir muito a fundo neste debate, que mobiliza uma ampla quantidade de estudos e teorias dentro e fora do universo teórico do marxismo. Queremos apenas insistir que, se é necessário tomar precauções a respeito de uma concepção mecânica das classes sociais, não é menos verdade que o capitalismo e sua voraz expansão social dos mercados produziu uma realidade histórica onde a interdependência dos homens é enorme. O fenômeno, também conhecido por divisão social do trabalho, fez com que unidades sociais autônomas sobrevivessem apenas remota e periféricamente, o que quer dizer que os homens para sua própria sobrevivência passaram a depender muito de outros homens.

“Em outras palavras, no capitalismo a classe é uma realidade histórica imediata e em certo sentido vivenciada diretamente, enquanto nas épocas pré-capitalistas ela pode ser meramente um conceito analítico que dá sentido a um complexo de fatos que de outro modo seriam inexplicáveis.”⁵⁶

Outros textos trataram de desenvolver melhor este raciocínio em função das realidades sociais contemporâneas.⁵⁷ Para estes autores, a consciência de classe não se manifestaria apenas no intelecto de trabalhadores e burgueses, mas implicaria também a constituição de organizações formais, capazes de aperfeiçoar o programa da classe e de pôr em movimento as lutas classistas. Retomaremos um pouco à frente estas questões. O importante aqui é assinalar que as lutas proletárias no Brasil do final da década de 70, em nossa opinião, indubitavelmente tinham motivações de classe. A construção do PT, portanto, faz parte deste esforço da classe trabalhadora de construir seus mecanismos para a disputa de hegemonia, ou para atuar no amplo espectro da sociedade civil.

De maneira que, o que exatamente alguns autores queriam estabelecer com a afirmação de que o PT se ampliou em direção à classe média? O termo “classe média”, utilizado sem uma definição própria, nos parece estar relacionado à renda ou faixa salarial do trabalhador. Em nossa opinião esse dado não é oportuno para interpretar os conflitos de classe em sociedades capitalistas. Afinal, não seria possível imaginar que um determinado trabalhador especializado, em cujos ombros recai uma pesada carga de

⁵⁶ HOBBSAWM, op. cit., p. 37.

⁵⁷ No nosso caso, identificamos as contribuições de LÊNIN, V. I. “Que fazer?” In *Obras escolhidas*. São Paulo, ed. Alfa-Ômega, 1982, principalmente no capítulo 2 – “A espontaneidade das massas e a consciência social-democrata”; e também de GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, volume 3, edição de Carlos Nelson Coutinho, especialmente o corpo do primeiro caderno (caderno 13).

extração de sobretrabalho, tenha um remuneração mensal digna e, portanto, ainda assim pertença à “classe média”? Ao se dirigir o olhar histórico apenas para a direção da faixa de renda do trabalhador, perde-se do horizonte o sentido da exploração da força trabalho que remunera o capital nas sociedades contemporâneas, e que também forma a base material imprescindível a uma teoria das classes sociais. Se é um importante erro enclausurar a classe apenas nesse aspecto, fixado à sua natureza econômica, o mesmo se pode afirmar sobre sua proposital supressão.

A discussão a respeito da “classe média” parece-nos, desse modo, muito pouco frutífera, e ela, em absoluto, se mostra capaz de eliminar do PT a característica de partido nascido da experiência de classe do proletariado brasileiro e articulador de seu programa político (ou sua consciência). Ao contrário, insistir na utilização desse termo significaria contrariar os pressupostos adotados até aqui e perder o horizonte crítico diante da fala dos próprios “personagens” que compõem o PT, sem relacioná-la com a ambiência histórica que dá sentido às ações coletivas. Como será abordado adiante, está no discurso espontâneo de parte dos militantes de comunidades de base da Igreja reconhecer nos dirigentes sindicais a “classe média”, mesmo entre as categorias mais combativas, como no caso dos metalúrgicos. Isso ocorre porque, normalmente, esses trabalhadores têm carteira assinada e os benefícios das leis do trabalho, o que não acontece com parcela importante do proletariado que reside nos bairros mais pobres.

O outro lado desta mesma questão envolve o grupo também vagamente intitulado como intelectual. E aqui há um suposto interessante, pois estas linhas são por si um trabalho intelectual. Recorremos então, uma vez mais, a algumas reflexões de Gramsci, que põem as relações entre classe social e intelectuais em patamares bastante superiores.

O pensador italiano, em seus estudos durante o cárcere, analisa as relações entre intelectuais e a sociedade a partir de um dilema: seriam os intelectuais um grupo social “autônomo e independente”⁵⁸, ou uma fração especializada das classes sociais historicamente constituídas? Suas formulações se aproximam mais da segunda hipótese, embora a designação do termo *intelectual* nas sociedades modernas comporte uma contradição importante, que é responsável por uma tendência intuitiva à primeira observação. É esta relação essencial do binômio intelectual / classe que nos é valiosa para estudos sobre classe social e o capitalismo contemporâneo.

⁵⁸ Todos os termos aqui grafados em aspas remetem a termos utilizados pelo autor.

Uma introdução também interessante sobre o pensamento de Gramsci é a sugerida pelo pensador palestino Edward Said, que inicia o trabalho consultado confrontando justamente o autor marxista com uma visão conservadora dos intelectuais, representada por Julien Benda (que considera o intelectual um ser apartado do conjunto social). Aliás, Said completa nossa exposição inicial com uma conhecida frase de Gramsci que afirma sermos todos intelectuais – já que o mais elementar e mecânico trabalho manual exige sua premeditação subjetiva, e o ato de pensar cotidianamente – embora nem todas as pessoas desempenhem na sociedade a função de intelectuais (tradicionais ou orgânicos).⁵⁹

Partindo de Gramsci para se opor a visões mais retrógradas a respeito dos intelectuais, Said vai além – tentando dialogar com outros autores e chegando a conclusões também importantes. Ainda com base no aporte do pensador italiano, Said argumenta que as sociedades industrializadas do ocidente, no mundo de hoje, assistem não só a uma proliferação de intelectuais – no sentido gramsciano – como ao crescimento da dependência da sociedade em relação à estes. São os especialistas de diversas áreas que, hoje, estão à frente da maioria dos processos indispensáveis à reprodução da vida humana.⁶⁰

Para Gramsci todo grupamento social é portador de “camadas” de intelectuais capazes de formular ou organizar um corpo de valores partilhados, que expressem seu nível de articulação e consciência. Assim, podem se personificar no empresário capitalista que apresenta um novo conceito organizativo da produção, no cientista político que propõe uma tese justificando determinada forma de organização social, e assim por diante. O mesmo ocorre no campo da contra-hegemonia, entre os que estabelecem as bases de uma outra proposta de sistema social contraposta à dominante.

O particular destas camadas ditas intelectuais é a preponderância, nas atividades destas pessoas, de uma certa “capacidade dirigente e técnica”.⁶¹ Se não todos, ao menos uma parte desses intelectuais deve ser capaz de articular ativamente uma proposta geral de organização da sociedade e de seu coletivo social, sendo desta forma intelectuais “orgânicos” ou organizadores das classes sociais. Um exemplo sempre retomado pelo autor é o da categoria dos eclesiásticos (aliás, a Igreja é constantemente visitada por Gramsci em suas reflexões):

⁵⁹ SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo, Cia. das Letras, 2005.

⁶⁰ Torna-se necessário distinguir aqui que não endossamos toda a leitura que Said faz da obra de Gramsci, que muitas vezes percorre caminhos filosóficos tipicamente liberais.

⁶¹ GRAMSCI, op. cit., vol. II p. 15.

“A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (...) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária (...).”⁶²

A contradição mencionada no início de nossa abordagem se deve ao fato de que esta característica “orgânica” está na essência da função intelectual, a despeito de, na aparência, os intelectuais parecerem-se com um grupo social autônomo. Os intelectuais se crêem apartados da vida comum por terem alcançado um nível extremo de qualificação, por serem dotados de uma capacidade crítica (filosófica) frente ao senso comum. Todavia, muitos não percebem que só tem vitalidade a proposta ideológico/filosófica capaz de existir socialmente, ou de organizar e dar sentido à existência de parcela da sociedade.

A conclusão alcançada pelo pensador italiano é de que a relação entre os intelectuais e o “mundo da produção” não é simples e linear, mas comporta uma série de estágios intermediários – atravessando todo o caminho percorrido pelas relações de força na sociedade contemporânea (organizada na sociedade civil e política). Ou melhor, na constante disputa de hegemonia, o trabalho intelectual desempenha a função de organizar e coesionar os diferentes grupos sociais em suas formas coletivas de existência. Seja através de instrumentos de convencimento, de orientação a um determinado comportamento e forma de pensar, seja por meio da coerção, disciplina e obrigatoriedade. Desta forma, o trabalho intelectual e orgânico comporta variações em duas direções: 1) nos diversos graus de organização das “vontades coletivas”, da mais elementar orientação política à mais sofisticada tese filosófica; 2) nas diversas áreas específicas de conhecimento, como nas artes, filosofia, administração e as diversas outras ciências.

Há uma metáfora do mundo intelectual com o militar, apresentada por Gramsci, que esclarece bem os vários estágios de articulação entre intelectuais e classe que intentamos demonstrar:

“O organismo militar, também neste caso, oferece um modelo destas complexas gradações: oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado-Maior; e não se devem esquecer os cabos

⁶² Idem., ibidem., p. 16.

*e sargentos, cuja importância real é superior ao que habitualmente se crê. É interessante notar que todas estas partes se sentem solidárias, ou melhor, que os estratos inferiores manifestam um ‘espírito de grupo’ mais evidente, do qual recolhem uma ‘ vaidade’ que freqüentemente os expõe aos gracejos e às troças.”*⁶³

Outras duas teses de Gramsci nos interessa estudar. A primeira é sobre a distinção sugerida pelo autor entre os intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais. O autor insiste que o mais elementar grupamento social produz sua camada de intelectuais orgânicos, citando muito o caso dos camponeses. Há, porém, aqueles cujo projeto político se tornou historicamente anacrônico, cuja existência se deve a resquícios de formações sociais anteriores ao próprio capitalismo. Estes, considerados pelo autor como tradicionais, são pessoas pertencentes a camadas “letradas” normalmente em contato com realidades rurais, defensores de teses conservadoras e não raro ligadas ao pensamento religioso, resistentes às sociabilidades típicas do capitalismo.

A segunda tese que pretendemos desenvolver é a da ligação entre intelectuais (sobretudo, orgânicos) e os partidos políticos, mais importante para nossa pesquisa em específico. De acordo com Gramsci, para alguns setores da sociedade é através do partido político que se formam seus intelectuais orgânicos – ou seja, é no corpo partidário de determinado grupamento social que ocorre o desenvolvimento de uma teoria política e filosófica que dá sentido à sua existência.

Ademais, o partido político corresponde, no espaço da sociedade civil, às funções desempenhadas pelo estado – proporcionando:

*“a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, (...), e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.”*⁶⁴

⁶³ Id., *ibid.*, pp. 21-22.

⁶⁴ Id., *ibid.*, p. 24.

Dessa forma, não há nada de absurdo em se considerar que cada membro de um partido seja um intelectual – pois é um requisito básico se encontrar em acordo com determinadas diretivas políticas gerais e desempenhar uma função educativa, propagandística e organizacional, todas de “natureza” intelectual. Decorre daí o partido ser o principal veículo de aproximação e fusão entre intelectuais e classe social. Deste modo, concluímos que a incorporação de intelectuais (entendendo a ausência de uma definição precisa como sendo uma referência aos intelectuais orgânicos mencionados por Gramsci) como um movimento previsto e que, de forma alguma, dilui o caráter de classe do PT. Mesmo a suposta participação de intelectuais “tradicionais” em movimentos políticos modernos, significaria o abandono das ideologias tradicionalistas e, portanto, a adoção dos programas políticos formulados e sustentados por partidos de classe.

2.3. PT, SOCIEDADE CIVIL E GRANDE POLÍTICA.

Até aqui temos observado a necessidade de conjugar a nova “configuração” de classe que emergia das lutas políticas na crise da ditadura militar com a formação do PT. Como destacamos, o partido não foi o único a representar a esquerda, mas o que nasceu do interior desses conflitos e traduzia em seu programa as formulações contraditórias resultantes deste processo. Nessa ótica, o MDB nitidamente começava a perder espaço entre a esquerda brasileira, embora permanecesse com uma representatividade importante. O problema deste partido era o seu afastamento político dos movimentos sociais que se expandiam no país.

*“O fantasma do ‘recrudescimento’ (...) é um breque fenomenal, ao qual sucumbem as intenções radicais ‘responsáveis’. A própria esquerda do PMDB mostrou-se sensível aos efeitos letárgicos dessa fantasia e um **governo de transição sem rumo** obteve uma anuência britânica às suas circunvoluções...”⁶⁵*

A tese de Gelsom Almeida também trata de uma outra especificidade em relação ao PT, que é o fato do partido ter aparecido na cena política num momento de alterações

⁶⁵ FERNANDES, op. cit., pp. 22-23.

importantes no sistema produtivo capitalista e de evidente crise das formações sociais do socialismo “realmente existente”, o que abriu um período de indefinições teóricas importantes no pensamento de esquerda da época.⁶⁶

Estudando uma densa bibliografia referente ao assunto, Gelsom aponta que genericamente predominou em alguns estudos acadêmicos a idéia de que essas alterações produtivas mencionadas, casadas com as sucessivas crises econômicas da década de 80 e também ao cerrado controle da sociedade política exercido pelas frações da classe dominante, poderia se resumir num triunfo da ideologia dominante no Brasil no mesmo período.⁶⁷ Figurava-se, assim, do ponto de vista da esquerda, os anos 80 como uma década “perdida”.

O objetivo de Gelsom é contestar abertamente esta hipótese. Para ele, se é o caso de reparar neste período o início da implementação do programa de reformas neoliberais, é nele também que se forja o principal escopo da contra-hegemonia brasileira e da resistência a este programa, identificado na consolidação do bloco PT-CUT. E é esse bloco que, no decorrer dos anos 80, substituiria a esquerda do MDB como principal articulador da classe trabalhadora brasileira em termos políticos e ideológicos. O esforço da esquerda comunista em acompanhar a criação da CGT, em oposição ao nascimento da CUT, iria mesmo aprofundar o declínio da influência deste campo no movimento sindical brasileiro.

Neste caso, há uma especificidade interessante no Rio de Janeiro. Aqui, as oposições sindicais cindiram-se por completo apenas em 1984, quando deixou de funcionar a “Intersindical”, organismo que realizava esforços para uma atuação conjunta dos opositores ao sindicalismo “pelego”. Sua desarticulação se deve, em boa parte, à formação da sede regional da CUT naquele ano. Um dos propósitos da pesquisa de Marcelo Badaró é apontar como havia na política regional uma tradição oposicionista, que concedia grande destaque à atuação dos comunistas, sobretudo do PCB.⁶⁸

O ponto de apoio da argumentação de Gelsom que desejamos destacar é de que os anos de ditadura militar destroçaram as organizações militantes existentes, desarticulando o proletariado brasileiro do ponto de vista político. Esse movimento

⁶⁶ ALMEIDA, op. cit., pp. 144-147.

⁶⁷ Idem, ibidem, p. 148.

⁶⁸ MATTOS, op. cit., pp. 150-151. Das categorias profissionais mais mobilizadas, os metroviários foram os que mais prontamente assumiram as novidades “cutistas”, enquanto que em ramos como bancários e metalúrgicos (importante para nós, pela forte base na cidade de Duque de Caxias) o PCB ainda guardava muita força política.

ainda foi, como vimos, estabelecido em conjunto com a crescente proporção de exploração da força de trabalho no país, que expusemos através dos índices sociais compilados pelo IBGE. Frente à esta situação, a década de 80 (e também a segunda metade dos anos 70) teria representado a denúncia desta exploração, a rearticulação política dos trabalhadores – passando por cima dos apelos por uma frente única contra a ditadura, e restabelecendo o protagonismo político dos pioneiros sociais.⁶⁹ Ao contrário de uma década perdida, representou sim uma década de ganhos para a consciência operária no Brasil.

Desta maneira, Gelsom observa:

“Ao longo da década de oitenta o PT buscava manter a sua base classista de forma concomitante com a sua ampliação, mediante a constituição de um programa para o conjunto da sociedade. Esse processo não ocorreu de maneira linear e uniforme, sendo marcado por imprecisões, vacilações e contradições.”⁷⁰

Estas observações nos levam de volta a Gramsci. O que pretendemos é fazer um balanço analítico a respeito da importância do surgimento do PT, principalmente em relação aos movimentos sociais que o compuseram. As contribuições teóricas a que estamos nos referindo são decorrentes da observação do partido como meio de intervenção do proletariado na sociedade civil e na guerra de hegemonia.

No tópico 17, caderno 13⁷¹, Gramsci tenta mostrar então os estágios (3) do desenvolvimento das relações de força a partir dos parâmetros de classe. O primeiro estágio se refere às relações das forças sociais estreitamente ligadas ao momento das estruturas, ou relativo ao desenvolvimento das forças de produção, que cria agrupamentos sociais segundo sua “posição determinada na própria produção”.

O segundo está relacionado com o nível de auto-consciência que atingem estes movimentos, o que segundo Gramsci pode acontecer em graus diferentes: como o mais elementar (econômico-corporativo), fundado na solidariedade; um segundo momento pode ser relacionado com a solidariedade atingindo a todos os membros do grupo social, ainda que somente no campo das necessidades; e o terceiro quando ocorre a mudança qualitativa, que faz esta vontade coletiva superar o corporativo, subordinando outros grupos e o econômico, tornando-se universal e político. É aí que se percebe com maior

⁶⁹ ALMEIDA, op. cit., pp. 149-150.

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 150.

⁷¹ GRAMSCI, op. cit., vol. 3

nitidez a passagem da estrutura típica, fundada na distribuição dos agentes sociais no momento da produção, para o campo da superestrutura ideológica. Gramsci mostra que a ambição em se tornar universal, do programa oriundo das guerras de hegemonia, às vezes pode extrapolar as fronteiras nacionais, sendo as relações de classe um importante componente também das vínculos internacionais entre as nações.

O terceiro é o das relações de força militares, e político militares, sobre as quais Gramsci somente faz alguns apontamentos genéricos.

O importante é assinalar aqui, em consonância com o que já discutimos a respeito de um trabalho histórico ancorado numa teoria das classes sociais, que para Gramsci a experiência de luta, ou a práxis da ação coletiva, é fundamental para o processo de formação da classe. Uma interessante contribuição nesta perspectiva está expressa assim por Giovanni Semeraro:

“De fato, o sujeito político para Gramsci nunca é um ser pressuposto, (...) não é um povo homogêneo, unitário e infalível, portador a priori de uma soberania natural, mas sempre um sujeito concreto que se autoconstitui na práxis, que é instituído pela ação política, pelas capacidade de iniciativa e organização mais socializadoras que soube criar. É a práxis política o verdadeiro lugar de formações de subjetividades, de culturas, de valores, de estruturas e instituições verdadeiramente democráticas, sempre históricas e, portanto, superáveis.”⁷²

Nosso objetivo é salientar de forma clara que somente é possível perceber os novos contornos na classe trabalhadora brasileira a partir de uma análise que inclua seus organismos fundamentais, ou os meios através dos quais essa classe se insere nos conflitos de hegemonia. No nosso caso, reforçando as observações de Gelsom, indicamos tratar-se no geral do bloco CUT-PT. É curioso que a formação destas organizações tenham trilhado um caminho semelhante ao indicado acima por Gramsci, partindo-se de movimentos mais próximos à realidade econômica (laços de solidariedade em torno de lutas salariais, por melhorias na estrutura urbana), que se desdobraram em direção ao instrumento tipicamente relacionado com a luta política, o partido.

⁷² SEMERARO, Giovanni. “O marxismo de Gramsci” In BOITO JR. et alii (org.) *A obra teórica de Marx. Atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo, Xamã – IFCH (Unicamp), 2000, p. 185.

Isso não significa que Gramsci tenha criado um modelo analítico aplicável a distintas realidades sociais, mas que as condições sociais típicas do modo de produção capitalista permitem aos movimentos de contestação à ordem alcançar níveis semelhantes de organização. Seguimos, deste modo, as sugestões do próprio Marx, ou seja, a de observar os fenômenos históricos primeiro a partir de suas características gerais, exercitando a síntese de uma realidade que sempre se apresenta de forma variada e caótica.⁷³

É este raciocínio que orientará o nosso olhar para os processos históricos de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. O mistério a se desfazer é examinar de onde surgiram os movimentos sociais nesta região (sabemos de antemão a existência de uma forte tradição sindical ligada ao PCB, e também de uma importante expansão das Comunidades Eclesiais de Base), e partimos já de uma importante bibliografia que trata deste assunto, e em que momento uma práxis política mais “petista” começou a se expandir e quais seriam suas características mais importantes.

Procederemos, portanto, a uma investigação muito semelhante à realizada pelo historiador Antônio Bosi.⁷⁴ Em seu livro – que traduz com alterações sua dissertação de mestrado, o autor estuda as organizações populares de trabalhadores em Monte Carmelo (MG) nos anos 70/80. Antônio tem uma inspiração importante para estudar as relações entre movimentos populares e setores da Igreja Católica no período mencionado. Para ele, o discurso religioso presente nos movimentos sociais dos anos referidos está umbilicalmente relacionado às lutas e interesses populares, não podendo ser, desta forma, desvinculado de suas necessidades. O vínculo religioso teria sido estimulado por alguns missionários como uma porta de entrada para as discussões que envolviam ação e urgências materiais da população envolvida.

Seja por oportunismo populista, ou – segundo as formulações mais conspiratórias – por uma manobra disfarçada de convencimento posta em prática pelos conservadores, “*Igreja e trabalhadores interagiram na formação de uma nova condição de existência política e moral.*”⁷⁵ Utilizando-se de argumentos presentes no livro de Eder Sader⁷⁶, Bosi afirma que as CEB’s viabilizaram uma forma das pessoas se organizarem e estudarem uma situação singular em relação à sociedade capitalista. Por

⁷³ FONTES, Virgínia. “História e modelos” In CARDOSO, C. e VAINFAS, R. *Domínios da história*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997, p. 260.

⁷⁴ BOSI, Antônio de P. Os “*Sem Gabarito*”. *Experiência de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970/1980*. Cascavel, Unioeste, 2000.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 60.

⁷⁶ SADER, op. cit.

esta razão, o alto escalão da Igreja não hesitou em condenar e iniciar manobras para desmontar essas comunidades de base.

Sabemos já que, mais à frente, enfrentaremos situações semelhantes à estudada por Bosi. O que pretendemos enfatizar é que movimentos como este que citamos envolvem um primeiro nível de consciência, que se transforma num projeto político para todo o conjunto social quando atinge a formulação de partido.⁷⁷

Assim sendo, nos capítulos posteriores nossa preocupação se concentrará em perceber através das fontes consultadas: a) que tipos distintos de experiência de classe estiveram presentes na constituição do PT na Baixada Fluminense, nos baseando na idéia de Erelino Coelho a respeito da amplitude de movimentos que compuseram o PT; b) que alterações do ponto de vista da práxis militante desses sujeitos históricos é possível notar a partir da existência do partido, representando a consciência da “grande política” proposta por Gramsci; c) percebendo que o partido nasce com a concorrência de distintas propostas, investigaremos como se dá essa correlação de forças na realidade partidária local durante os primeiros anos de vida do PT.

Em todas essas frentes, estaremos especialmente atentos à observação de heterodoxias, ou às propostas políticas dissonantes em relação à hegemonia da “Articulação”. Na medida do possível, tentaremos apontar as contradições e as proporções desses embates políticos.

⁷⁷ Partido não se refere apenas à sua dimensão institucional, mas ao veículo capaz de dar forma a um projeto de sociedade.

CAPÍTULO III

UM EXAME DO PT EM DUQUE DE CAXIAS

“Soldado você também é explorado!
Soldado, irmão, não entra nessa não!”
(Multidões em greve no ABC paulista)

3.1 A INTERVENÇÃO MILITAR EM DUQUE DE CAXIAS.

A Baixada Fluminense, e em particular alguns de seus movimentos sociais, preocupava os articuladores do golpe de 1964. Trata-se de uma região onde se observou uma crescente influência da militância de esquerda no período de acirramento político dos anos 60, sobretudo no setor sindical, apoiando-se com frequência nas ações do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A densidade política dos campos opostos na região era o prenúncio dos intensos confrontos que marcariam os anos subseqüentes, transformando a Baixada numa arena importante das disputas de classe.

Uma parcela destes militantes chegou até a se preparar para uma resistência armada ao golpe. Como contava Ubiraí Gonçalves¹, entre os sindicalistas da base ferroviária houve armamento de parte dos militantes ligados ao PCB após as primeiras notícias do movimento militar, que aguardaram instruções em local reservado. Na mesma época, segundo a entrevista com Newton Menezes², operários da Reduc receberiam armas de um militante que, constatando a desmobilização para resistência, despejou-as num canal

¹ Entrevista gravada pelo pesquisador Rogério Torres e doada ao Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, presente nos arquivos do mesmo. Ubiraí, com uma trajetória política muito particular, foi próximo ao partido, tendo destacada atuação nos anos 50 e 60 no CGT em Duque de Caxias.

² Newton Menezes era do sindicato dos funcionários da Refinaria de Duque de Caxias e membro do PCB. A revelação desse episódio ocorreu em entrevista cedida para esta pesquisa e doada ao Instituto Histórico de Duque de Caxias.

próximo à refinaria. Fruto inicialmente de um certo voluntarismo, contando com boa dose de desespero diante dos acontecimentos de 64, a tentativa de resistência imediata se frustrou e o esforço de derrubada da ditadura por meio de ações violentas só retornariam ao cenário através dos já mencionados movimentos de guerrilha, principalmente na virada dos anos 60 para a década de 70.

Os encontros armados, todavia, eram esperados também pelos movimentos na área rural da Baixada, já que seus conflitos envolviam esse tipo de recurso há mais tempo, com destaque aos conflitos entre grileiros (futuros apoiadores das intervenções policiais e militares) e posseiros ligados à FALERJ.³ O golpe chegou no momento em que os grileiros conheciam os primeiros reveses legais frente às ações das famílias de agricultores. O movimento por reforma agrária cresceu na região nos anos 50 e 60, quando famílias pobres começaram a ocupar a região de antigas propriedades rurais abandonadas. O senso de oportunidade dos grileiros, apesar da desassistência do local, se aguçou e com inventários e certidões falsas de propriedade tentaram conseguir a posse dessas fazendas. As ações “legais” dos grileiros deram início a pesados confrontos jurídicos e políticos, às vezes armados, momento em que o PCB reuniu esforços para se aproximar desses agricultores, através sobretudo da FALERJ.⁴ Foi durante o governo João Goulart que os posseiros conseguiram as primeiras vitórias nesse campo, e, portanto, as notícias do golpe apontavam inevitavelmente para um recrudescimento dos conflitos. Como relata o militante Chico Silva, os processos em curso de regularização da propriedade da terra iniciados em 1962 foram paralisados pelo golpe, apenas retornando com a eleição de Leonel Brizola (Partido Democrático Trabalhista - PDT) ao governo do Estado nos anos 80.⁵

Sobre esse movimento, a pesquisa de Marlúcia Souza traz importantes dados que revelam a força do movimento rural no momento do desfecho do golpe:

³ FALERJ – Associação estadual de agricultores que lutavam pela reforma agrária.

⁴ Um relato muito interessante das crises envolvendo a reforma agrária, na região da Baixada Fluminense, está na importante publicação organizada pelo mandato do vereador José Zumba em Duque de Caxias, em 1998. Trata-se das memórias do antigo militante Francisco José da Silva, conhecido por Chico Silva, organizadas pela historiadora Marlúcia Santos Souza.

⁵ SILVA, Francisco J. da. *Reforma agrária de Duque de Caxias: 1952-1992*. Duque de Caxias, Gabinete do vereador José Zumba, 1998, p. 7.

“Enquanto na década de 1940 os posseiros controlavam apenas 0,03% dos estabelecimentos rurais, em 1960, controlavam 24%.⁶ Esses números são significativos, no sentido de apontar a capacidade de organização dos lavradores em ocupar e assegurar a permanência na terra.”⁷

O mesmo estado de ameaça tomou conta da região industrial metalúrgica de Xerém, onde se situava a Fábrica Nacional de Motores – FNM, chamada pelos moradores locais de “Fenemê”. Desde a segunda metade da década de 50, a “fenemê” conheceu um processo veloz de organização sindical de seus operários. Isso ocorreu juntamente com a fase onde se verificou o mais forte desenvolvimento da indústria de Xerém, que entre os últimos anos da década de 50, num processo que percorre também toda a década de 60, se tornava a maior produtora de veículos pesados do Brasil. Resistindo desde o governo Juscelino às políticas de cunho privatistas (sobre as quais haveria uma CPI em 1968, ano de sua venda para a Alfa Romeo)⁸, a fábrica ampliou seu parque produtivo que passou a contar com 6.000 operários diretamente empregados e uma malha de empregos relacionados com o seu setor produtivo de mais de 20.000 pessoas.⁹ Em pouco tempo, o movimento ligou sua delegacia sindical ao Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, repetindo-se na região da fábrica um importante núcleo influenciado pelo PCB.¹⁰

Nos anos que antecederam o golpe, a forte base sindical – muito coesa em função do isolamento fabril no distante distrito de Xerém e da convivência na vila operária – encontrava oposição apenas nos membros dos círculos católicos operários, que se enfrentavam em matérias que envolviam a mobilização da classe e as eleições do conselho

⁶ GRZYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1960)*. Rio de Janeiro, 1987, p. 37. Dissertação de Mestrado pelo Museu Nacional.

⁷ SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2004, p. 160. Uma das histórias mais impressionantes dessa mobilização camponesa é documentada por Marlúcia, sobre a trajetória de vida do militante operário José Pureza (PCB) que de muda para a região de Xerém a fim de ingressar no movimento dos agricultores.

⁸ É notável que o presidente e o relator desta CPI, ambos da oposição (MDB) tenham perdido seus cargos após o AI-5, e também que os documentos dos trabalhos da CPI (que não foi concluída) tenham sido propositalmente destruídos.

⁹ Dados reunidos pela pesquisa: PAIVA, Eduardo N. *A FNM e a indústria automotiva no Brasil: uma análise antitética do ponto de vista da teoria ator-rede*. Rio de Janeiro, COPPE-UFRJ, Tese de Doutorado, Nov. 2004. A pesquisa trata, do ponto de vista econômico e das políticas governamentais, a trajetória da FNM desde sua inauguração até o estado atual.

¹⁰ Ver: SOUZA, Ana Cristina A. *A política getulista e seus reflexos na região da FNM – Fábrica Nacional de Motores*; e RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária – o caso da FNM*. São Paulo, Paz e Terra, 1983.

de representantes da fábrica.¹¹ A força organizativa da categoria metalúrgica em Xerém fez com que os militares, já na madrugada do golpe, ocupassem a fábrica, pois o regimento responsável pelo controle político do Rio de Janeiro se deslocava de Minas Gerais e passaria muito próximo a este possível foco de enfrentamento. Embora saudados pelos “circulistas” católicos, a manhã seguinte foi de perseguições, revistas e prisões das lideranças mais representativas, fossem elas sindicalistas ou católicas. As prisões incitaram um movimento de greve espontâneo no dia seguinte, que não teve forças para resistir ao terror e à estratégia militar de divisão dos operários com premiações para as delações.¹²

O início dos anos 60, de um ponto de vista mais amplo, foi um momento de grande avanço da estrutura sindical. Combatendo as organizações sindicais “amarelas” – influenciadas pelos patrões e que mais tarde bajulariam o poder dos militares –, a aliança PCB-PTB formava nacionalmente o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)¹³, articulando uma importante intervenção sindical na região de Caxias.¹⁴ A principal marca da formação do CGT era a combatividade sindical aliada ao debate nacional por reformas, principal motivo de tensão durante o governo Goulart. As principais categorias sindicais da região, justamente por essa razão, foram postas, em geral, sob intervenção militar:

“Bancários, metalúrgicos e ferroviários foram algumas das categorias que sofreram, logo após o golpe, a intervenção policial com invasão das dependências do sindicato, confisco de documentos, interrogatórios de funcionários, depredação das instalações e caça aos dirigentes.”¹⁵

Em Caxias, os grandes sindicatos haviam se reunido numa única sede, o que aproximava sua vida cotidiana e o calendário de lutas. Além disso, promoveram em 1962 o I Encontro dos Trabalhadores em Duque de Caxias, responsável por criar, em nível local, uma estrutura própria do CGT. O encontro promoveu o debate sindical, específico daquela

¹¹ Havia, nesses movimentos certo apoio do patronato aos católicos anti-comunistas, relação que está documentada na dissertação de SOUZA, Ana Cristina A. *A política getulista e seus reflexos na região da FNM – Fábrica Nacional de Motores*.

¹² Idem, *ibidem*.

¹³ MATTOS, Marcelo B. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998, p. 125.

¹⁴ Entrevista de Ubirai Gonçalves, que na época era uma importante liderança do CGT.

¹⁵ MATTOS, op. cit. p. 135. Neste ponto, Marcelo B. Mattos comenta a situação geral do movimento sindical em âmbito estadual, incluindo desse modo os movimentos da Baixada.

época, mas incluiu em sua programação eventos culturais de caráter amplo, pois pretendia também dialogar com a população do município sobre os problemas gerais que afligiam o Brasil momentos antes do golpe de 64.¹⁶ Estavam lá os Metalúrgicos de Xerém, o Sindicato da Reduc, Químicos, Ferroviários, Rodoviários, entre outros cuja presença não foi possível encontrar registro.

Em síntese, como aponta José Cláudio Alves: “A *reestruturação política feita pela ditadura militar no poder local da Baixada ao longo de 20 anos teve como principal objetivo suprimir, enfraquecer ou cooptar as formas de oposição política que existiam ou que viessem a surgir.*”¹⁷ Juntas Governativas assumiram os sindicatos dirigidos pelo CGT, administrando-os e procurando mapear a ação dos militantes combativos, ou “subversivos” na linguagem dos militares. Caberia aos interventores, em ações complementares: a) caçar os “agentes da subversão” a partir de indícios encontrados nas sedes administrativas dos grandes sindicatos; b) formar um novo grupo dirigente capaz de mobilizar os trabalhadores em torno das campanhas de defesa do movimento militar de 1964.¹⁸

Um dos exemplos de militantes perseguidos é o próprio caso estudado de Newton Menezes. Filiado ao PCB, Menezes foi demitido de suas funções na Reduc ficando amparado pelo partido, que mais tarde o enviaria para Moscou. Depois de aproximadamente dois anos na União Soviética, participando intensamente de cursos de formação política, Menezes retornou ao Brasil, trabalhando em diversas funções e iniciando o curso superior de pedagogia. Retornaria à luta sindical, desta vez entre os professores, no momento em que uma nova ascensão do movimento seria verificada na segunda metade da década de 70.

De todo esse mapeamento, é importante concluir que em Caxias, ainda um misto de cidade industrial e rural, a potência dos movimentos de classe é razão das intervenções militares e sustenta a sua posterior transformação em “Área de Segurança Nacional”. É conveniente observar que a região designada até aqui como Baixada Fluminense, até pelo menos a década de 40, se dedicava principalmente às atividades rurais. São inúmeros os trabalhos que tratam da última vida econômica da região, que se dedicou principalmente ao

¹⁶ Depoimento de Newton Menezes.

¹⁷ ALVES, José Cláudio de S. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, USP, 1998, p. 103.

¹⁸ MATTOS, op. cit. p. 135.

cultivo dos cítricos.¹⁹ Os anos da II Guerra Mundial, entretanto, arruinaram as exportações de laranjas, comprometendo o vigor econômico dessa lavoura. O que antes era uma região agrícola, com a abertura da nova rodovia Pres. Dutra, a instalação da FNM no distrito de Xerém, além de alguns anos mais tarde da Reduc, foi se transformando num grande conglomerado urbano de caráter industrial, cuja desorganização no processo de ocupação já foi abordada. Além disso, a abertura das vias férreas e das estradas proporcionava um transporte rápido até a capital, o que impulsionou a transformação dos municípios da Baixada em “cidades dormitórios” de operários que tinham sua vida profissional ligada às indústrias cariocas.

O início dos anos 60, sob este ponto de vista, pode ser encarado como o período de amadurecimento das organizações de classe que se formam em conjunto com o novo caráter proletário da região, absorvendo aí o restante dos movimentos rurais (de reforma agrária) oriundos da falência e crise dos laranjais. Era estratégico à iniciativa golpista abortar o desenvolvimento desse processo, inclusive pelas terríveis condições sociais a que sua população era submetida rotineiramente. Como é o caso da família de Ubiraí Gonçalves, convém indicar que parte importante dos moradores recém chegados à região contava com um percentual importante já de migrantes nordestinos.

Sobre o caráter geral da sociedade da Baixada Fluminense, é necessário apontar ainda algumas particularidades do município de Duque de Caxias. No ano de 1980, o jornal “O Municipal” publicou uma matéria, utilizando dados fornecidos pelo IBGE, que apontam a seguinte distribuição das indústrias em parte da região metropolitana do Rio de Janeiro: Capital – 72,8%; Duque de Caxias – 12,5%; Nova Iguaçu – 3%; São João de Meriti – 0,5%; Nilópolis – 0,3%.²⁰ Observando os dados acima, conclui-se que Caxias é uma cidade com um parque industrial superior em proporção aos demais municípios da Baixada, o que é importante em termos relativos à Nova Iguaçu, uma cidade mais populosa. Dessa forma, como será discutido adiante, os movimentos sindicais do período 78-83 serão muito ativos no caso de Caxias, sendo possível notar um peso maior deste setor nas experiências de classe e na formação do PT.

¹⁹ Lista dos trabalhos pesquisados: Marlúcia.

²⁰ O Municipal, edição de 22-08-1980.

O que nos parece oportuno também assinalar é que a potência das organizações proletárias nos anos 60 dá a medida de classe do movimento militar. Se René Dreifuss em sua pesquisa desnudou a essência da intervenção militar-burguesa na política do Brasil, não é menos nítido o papel desempenhado por este setor na Baixada Fluminense.²¹ A forte e generalizada intervenção nas instituições da região da Baixada mostra que ela se encontrava densamente representada nos amplos movimentos nacionais por reforma. Fosse diferente, os destacamentos não teriam necessidade de ocupar a FNM, prender ferroviários e militantes da FALERJ. Reforçando argumentos anteriormente abordados, é desde o início que a Baixada se insere, como protagonista, nos grandes embates das relações de classes no país.

3.2 O desenlace institucional.

Os golpistas não vacilaram no combate aos movimentos populares na Baixada, atitude que acompanhou também mudanças na administração institucional da região. Imediatamente à irrupção do golpe, foi possível verificar intervenções, diretas ou indiretas, em sindicatos e nas administrações e legislativos municipais da região – mesmo se tratando do resto de “democracia” aparente que o regime manteve. De formas um pouco distintas, os militares interferiram na vida política não apenas em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, mas também em São João de Meriti, Japeri e Nilópolis, como atesta a pesquisa de José Cláudio Alves.²² É quase desnecessário mencionar que os volumosos efeitos dessas intervenções se fazem presente na realidade política contemporânea da região.

No momento do golpe, em 1964, a prefeitura de Caxias se encontrava sob administração de Tenório Cavalcanti (UDN), político conservador oriundo das disputas entre grupos de favores e extermínio no município. Sua trajetória está bem documentada pela pesquisa de Marlúcia Souza²³, onde a autora ainda demonstra que, por vicissitudes dos

²¹ DREIFUSS, R. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe.*, 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1981.

²² ALVES, op. cit., principalmente no capítulo 3, “Da ditadura militar ao neoliberalismo: o poder e a violência na recente história da Baixada.”, pp. 103-130.

²³ SOUZA, op. cit. Principalmente nos capítulos 2 (sub-item “A trajetória de Tenório Cavalcanti: situação exemplar”) e 3 (sub-item “Tenório na corte da rainha UDN”)

enfrentamentos políticos locais, Tenório em sua última eleição pôde ainda contar com relativo apoio dos setores progressistas. A presença da UDN entre os articuladores do golpe garantiu o cumprimento do mandato da prefeitura até o seu final, em 1967. No ano seguinte, porém, seria decretada a intervenção, precisamente por uma lei promulgada em 4 de junho de 1968 que transformava Duque de Caxias em “Área de Segurança Nacional”. O decreto sucede a derrota do candidato governista para o oposicionista, Dr. Moacyr do Carmo (MDB).

O motivo alegado pelos militares, para a decretação da lei, é o de que na cidade se encontrava uma rodovia interestadual e a refinaria de petróleo, estratégicos ao novo projeto de poder. Entretanto, olhando-se globalmente para a conjuntura é possível reparar em outras características do junho de 68 responsáveis pela intervenção na administração municipal de Duque de Caxias.

Em primeiro lugar, está o movimento social. Os sindicatos, que sofreram intervenção imediatamente após o golpe, aos poucos foram sendo retomados pelas composições mais combativas entre os trabalhadores, e no biênio 67/68 foram deflagrados inúmeros protestos, e mesmo greves, que aliavam reivindicações econômicas com fortes críticas ao autoritarismo político que vingava no país.²⁴ Além dos trabalhadores sindicalizados, esse é um momento de grande desenvolvimento das lutas estudantis. Em Caxias, havia a ativa Associação Caxiense de Estudantes Secundaristas (ACES), região que também contava com forte influência da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES), entidade polarizada pela militância de origem comunista.²⁵ Uma ilustração do processo de embates políticos no município está impressa na greve discente do curso superior em pedagogia do Instituto de Educação Roberto Silveira, em resposta à morte de Edson Luís por forças policiais em março de 1968.²⁶

As conseqüências dessas mobilizações deságuam no abominável Ato Institucional nº. 5 (AI-5), em 1969, e numa nova jornada de intervenções e perseguições aos

²⁴ MATTOS, op. cit. pp. 138-198.

²⁵ É nesse contexto de retomada dos movimentos sociais que surgiram as primeiras propostas de ações armadas contra os militares por grupos de esquerda. Outra característica política importante desse período é o crescimento da influência do pensamento de esquerda no seio do catolicismo, antes adversário dos comunistas nos movimentos sindicais e estudantis. É correto, porém, assinalar que esse movimento apenas se completa em meados da década de 70 com os fenômenos da teologia da libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

²⁶ Há um pequeno texto que retrata este episódio: TORRES, Rogério. “A morte do estudante” In *Pilares da História*. Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, ano 6 – número 7, maio 2007.

movimentos sociais. É no mínimo curioso que a decretação da “área de segurança nacional” tenha ocorrido justamente ao fim do mandato de um aliado na prefeitura e no momento de um recrudescimento importante das lutas sociais em todo o país. Já apontamos a importância que os grupamentos combativos tinham na vida política municipal. Além disso, é por volta deste mesmo ano que ocorrem intervenções em outros municípios, notadamente em São João de Meriti e Nilópolis, ainda que algumas vezes essas tenham sido intervenções “brandas”, ou eleições que garantissem a vitória de candidatos do governo (caso de Nova Iguaçu).²⁷

O primeiro prefeito nomeado pelos militares é o gal. Carlos de Medeiros, sucedido pelos coronéis Renato da Fonseca (1975) e Américo de Barros (1978); além do civil Hydekkel de Freitas, na época deputado federal pela Arena. Este último se tornaria também uma das principais lideranças políticas conservadoras no município. Muito cedo, Hydekkel ingressou no Partido Republicano fluminense, que em Duque de Caxias contava com forças oriundas do antigo integralismo.²⁸ Tornou-se, mais tarde, empresário – dono da empresa de ônibus Santo Antônio, e também genro de Tenório Cavalcanti (de quem fora adversário no passado). Membro da Arena, assumiu as funções de prefeito de Caxias em 1982, sendo eleito para o mesmo cargo alguns anos depois, em 1988, como membro do Partido da Frente Liberal (PFL). Aliás, esse caminho, da intervenção a vitórias eleitorais, também seria percorrido por outras lideranças políticas da Baixada, como Rui Queiroz, em Nova Iguaçu, e Simão Sessim, em Nilópolis.

É importante assinalar que há pouco de casual nesses arranjos. As escolhas entre quais lideranças civis deveriam assumir as funções administrativas, a necessidade de intervenção nas áreas já apontadas, o ascenso dos movimentos sociais são parte de uma cadeia complexa em que mergulharam os embates de classe no Brasil. Ao se realizar um estudo de caráter monográfico, parcelar, tem se tornado comum no campo da história encerrar todas as determinações nos fatores diretamente imbricados com o fenômeno focado. Todavia, parece haver nas mudanças institucionais operadas na Baixada Fluminense a concorrência de um modo de agir generalizado pela burguesia brasileira desde o desfecho do golpe, fruto não de um casuísmo de Duque de Caxias ou de qualquer

²⁷ Alves, op. cit., p. 107.

²⁸ Dados da entrevista de Ubirai Gonçalves. Essa mesma tendência foi verificada em diversos outros lugares.

outro município, mas engendrado pela sociedade civil²⁹ dominante como um projeto de cunho abrangente e global destes agentes sociais.

Dessa forma, as características específicas dos processos políticos regionais vão se moldando e, na medida do possível, se subordinando a algumas diretrizes gerais. Não se trata de um reducionismo ou de uma equivalência plena entre os interesses dominantes do país, mas do reconhecimento de que para a existência de um movimento como o golpe de 64 foi necessário um organismo de tipo “partido”, capaz de impulsioná-lo e viabilizá-lo como projeto geral mesmo na vigência de disputas e realidades sociais muito contraditórias.

Isto, para justificar que a intervenção não poderia ter passado por cima, de maneira alguma, das forças políticas conservadoras da região. Ao contrário, precisava ser planejada de tal maneira que garantisse a inclusão, ainda que subordinada, das instâncias da sociedade civil dominante da região, agregando essas forças ao corpo da ditadura militar. Mais importante, contudo, é que as intervenções (e talvez seja possível estender este raciocínio às direções sindicais “pelegas”) forjam em sua práxis mecanismos de continuidade e perpetuação do domínio desses setores, ainda que no retorno da democracia formal. É aí que, a título de exemplo, entra o papel da violência e dos grupos de extermínio na Baixada de hoje, muito bem estudado pela tese de José Cláudio Alves.³⁰

É da mesma maneira também que se deve entender a crise da intervenção militar na Baixada Fluminense, que ocorreria nos primeiros anos da década de 80. Outra vez, é determinante para sua eclosão a reorganização dos movimentos populares de fins da década de 70, somada à crise geral por que atravessava a ditadura militar, assunto tratado por nós no capítulo 1. Não seria exagero afirmar que o retorno das instituições liberais democráticas seria também fruto da força social dos “de baixo”. Em ambos os casos, não se compreende a realidade da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias focando-se apenas seus fatores regionais, sendo necessário conjugá-los com a situação dos conflitos de classe no Brasil.

Em Caxias, durante o ano de 1979 e pouco tempo após o seqüestro e tortura de D. Adriano Hypólito em Nova Iguaçu, haveria um confronto entre populares e policiais que tentavam dissolver uma manifestação, mesmo com a presença de deputados e vereadores,

²⁹ Recuperamos aqui o termo, já analisado, sob a ótica de Antonio Gramsci. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Edição Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Vol. III., p. 24. Sobre a organização do poder na região da Baixada Fluminense, ALVES, op. cit.

³⁰ ALVES, op. cit.

pedindo a realização de eleições no município. Nesse período, as organizações de bairro e associações de moradores proliferavam e suas manifestações se tornavam cada vez mais contundentes embora os agentes da ditadura continuassem a responder a tais iniciativas com a política de terror e os atentados.³¹ Diante desse cenário, os militares tentaram um plano para aliviar a pressão popular que se disseminava: realizar eleições vinculadas em 1982 para o executivo local e estadual, com a verticalização do voto. A estratégia era garantir, a partir da força do poder local, esteio para a candidatura da Arena em nível estadual. O resultado, entretanto, produziria efeito contrário, com o fenômeno do “brizolismo” alterando as correlações de força municipais. Com aproximadamente 50% dos votos da Baixada³², a eleição de Leonel Brizola (PDT) produziu uma onda de prefeitos e vereadores, alguns até desconhecidos da grande massa, ligados ao PDT. A vitória do PDT representava, além da eleição de uma importante liderança opositora ao golpe e perseguida por ele, uma resposta aos enormes índices de rejeição dos governos vigentes. Acompanhando a contestação geral dos movimentos sociais, o jornal de Caxias “O Municipal” publicou em 1980 uma pesquisa do Instituto Gallup que apontava os seguintes índices de rejeição do eleitorado no sudeste: Chagas Freitas (RJ), 58%; Paulo Maluf (SP), 68%; e Francelino Ferreira (MG), 56%.³³

No caso específico de Caxias, o PDT conseguiu maioria entre os vereadores, embora o prefeito continuasse a ser indicado pelo decreto de “área de segurança nacional”. Nomeou-se em 1982 Hydekel de Freitas para a função. Nas eleições seguintes, porém, em 1986, quando a cidade deixaria de ser administrada por prefeitos “biônicos”, venceria o candidato do PDT, Juberlam de Oliveira, que apesar de eleito por um partido de oposição havia sido secretário de cultura do governo do cel. Américo de Barros.³⁴ É notável o fato de que os anos 80 foram o momento de grande intensificação das organizações populares, do nascimento do PT (nosso objeto de estudo), da retomada dos sindicatos, de maneira que esta derrota dos militares impulsionaria ainda mais as classes populares em seu processo de luta contra a ditadura.

³¹ ALVES, op. cit., p. 109.

³² Idem, ibidem.

³³ O Municipal, edição de 15-08-1980.

³⁴ O Municipal, edição de 22-08-1980.

Nesse contexto, o ano de 1980 foi especialmente representativo para as mudanças políticas em âmbito municipal. Como será abordado mais à frente, neste ano ocorreu uma importante greve no setor metalúrgico de Xerém, e ainda houve o lançamento de um livro intitulado “Os donos do poder”, escrito pelo delegado de polícia Santos Lemos e que narra crimes famosos nos municípios, alguns dos quais envolvendo o terreno da política e pessoas influentes entre o governo, câmara municipal e até representantes estaduais.³⁵ A publicação do livro intensificou um debate na imprensa local sobre o terrorismo, ora se acusando as ações descentralizadas por parte dos militares, ora se apontando as ações armadas da esquerda como terroristas (que praticamente já haviam desaparecido).³⁶

Além disso, numa mostra de que a insatisfação já conseguia ultrapassar a censura editorial, o jornal citado, na edição da semana de 22 de agosto de 80, publicou uma longuíssima matéria em função do dia 25 de agosto exaltando as ações da prefeitura na melhoria das condições de vida da população de Caxias. A mesma edição, contudo, traz uma coluna assinada por Emílio Ibrahim onde o articulista, embasado por estatísticas do IBGE, demonstra o crescimento das desigualdades regionais do país, explicitando as mazelas que se abatem sobre a Baixada Fluminense. Este artigo representa, na prática, um desmentido de tudo o que havia sido afirmado pela prefeitura na página anterior, e ainda foi publicado num órgão de imprensa alinhado com o governo.

O avanço institucional alcançado pelo PDT, e a crise política aberta pela convocação das eleições de 82, marcariam significativamente o movimento social organizado em Caxias e abririam uma nova fase na identidade política das classes dominadas, onde se destacam as disputas entre PT, PDT e os comunistas. Se por um lado, dentro do MUB (Movimento de União de Bairros), havia grande identificação partidária com o PT e o MDB (frações comunistas), o PDT traçaria planos para disputar essa militância popular, embora com resultados muito discretos. Movimento semelhante seria visto no MAB de Nova Iguaçu e na Associação de Bairros e Moradores (ABM) de São João de Meriti.

³⁵ Idem.

³⁶ A edição do jornal O Municipal, em 29 de agosto, é um exemplo grande desse “confronto de palavras” na imprensa local.

3.3 A retomada das mobilizações na década de 70.

Movimento sindical metalúrgico – a “Fenemê”.

O 1º de maio de São Bernardo do Campo no ano de 1980 reuniu nas ruas da cidade algo em torno de 100 mil pessoas, a maioria próxima à Praça da Matriz. Nesse mesmo momento, os metalúrgicos de Santo André estavam completando pouco mais de um mês de greve. Em ambos os casos, o forte aparato repressivo do regime militar foi utilizado pelo governo, deflagrando, pouco tempo depois, a prisão de um grande número de lideranças sindicais dessa região.

Sem dúvida essa foi uma imagem recorrente nos jornais brasileiros da época, pois a crise econômica entrara com força no país e o movimento sindical recuperava a iniciativa política de massas no combate às conseqüências do arrocho salarial, às demissões e à falta de democracia no país. Sustentando nossa hipótese, formulada em capítulos anteriores, convém apontar que essa iniciativa pouco tem de localizada, sendo um movimento amplo e que, por essa natureza, incluía setores do proletariado fluminense e da própria região da Baixada.

É possível estimar que nessa mesma época a base metalúrgica no estado do Rio de Janeiro tivesse entre 200 e 250 mil trabalhadores³⁷, situados num dos estados de maior PIB da nação, longe, portanto, de ser uma situação periférica ou de importância menor. O sindicato da categoria, que possuía uma grande sede situada no bairro de Benfica, estava mergulhado nas disputas entre as frações do movimento consideradas “amarelas” e os diversos segmentos das oposições sindicais que, neste caso, construíram uma frágil política de unidade que teve vida breve. Isso, entretanto, não impediu que o clima geral de mobilização chegasse até aqui.

A distribuição da base deste sindicato acompanha a construção regionalizada de uma importante parcela da categoria. O maior foco de concentração da base metalúrgica fluminense estava nos estaleiros ou relacionada à indústria naval no eixo Niterói-São Gonçalo. Outras bases importantes são os operários da Companhia Siderúrgica Nacional

³⁷ Dados observados em: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). *Trabalhadores urbanos no Brasil / 1980*. Rio de Janeiro, Especial nº7, jun. 1981.

(CSN) em Volta Redonda, os trabalhadores da Fiat (FNM) em Duque de Caxias, e o restante distribuído na região industrial da capital (zonas norte e oeste), além do eixo da rodovia Pres. Dutra, com uma importante concentração operária no distrito de Itaguaí, hoje parte do município de Japeri.

Para relacionar com sucesso o movimento dos metalúrgicos da FNM, em nosso período estudado, às teses gerais a este respeito convém traçar um breve panorama geral da situação sindical em nível estadual e no caso particular de Caxias.

Como já foi apontado, a base sindical de Xerém se encontrava num momento de crescimento de suas ações sindicais e políticas na época da deflagração do golpe. Foram várias as iniciativas sindicais de oposição às políticas privatistas de Jânio Quadros, incluindo a greve de 61; durante o governo João Goulart, os trabalhadores haviam conseguido a participação de uma representação no conselho que dirigia a fábrica; e também já mencionamos a intervenção imediata ao 31 de março de 64.

Como descreve Marcelo B. Mattos³⁸, as intervenções diretas realizadas durante os primeiros momentos do golpe foram substituídas, aos poucos e seletivamente, por lideranças sindicais da base que se identificassem com os projetos “revolucionários” dos militares. A maior consequência desta política foi um paulatino esvaziamento das instâncias sindicais, cada vez mais entregues a assuntos administrativos e de pouca importância para a classe. Como forma de atenuar a diminuição da participação nas entidades sindicais, as direções voltaram as máquinas sindicais para um processo de oferta assistencial aos sócios e agigantamento das sedes administrativas com os recursos aportados pelo imposto sindical.

Assim que a vigilância autoritária relaxou, e alguns sindicatos puderam realizar novamente eleições para suas diretorias, retornaram à cena grupos dispostos a combater a ditadura e sua já anunciada política de arrocho sobre o salário dos trabalhadores.

“Para os dirigentes sindicais que estavam à frente deste movimento, em geral herdeiros da atuação dos comunistas em aliança com os trabalhistas nos anos pré-golpe, colocava-se a difícil missão de equilibrar as propostas de maior mobilização das bases para resistir à ditadura, vistos como necessários diante do imperativo de

³⁸ MATTOS, op. cit., pp. 133-140.

preservação dos postos dirigentes dos sindicatos oficiais, por eles tão valorizados.”³⁹

No caso específico dos metalúrgicos do Rio, nesse momento ascendeu à direção um grupo afinado com as propostas do PCB, do qual participavam, inclusive, membros menos conhecidos do partido. Ao mesmo tempo, o fenômeno de caráter geral permitiu, principalmente a partir do ano de 67, uma retomada das lutas sindicais de forma independente e crítica em relação ao governo e o patronato. Mesmo com as dúvidas e divergências entre os setores de esquerda sobre a viabilidade das greves sob a ditadura, essa onda de mobilização conquistou algumas vitórias importantes – como reajustes salariais – e explica em certa medida a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que ampliou e formalizou o terrorismo de Estado.

Foi durante esse período que se generalizou, ou porventura se institucionalizou, a violência e a tortura contra as organizações de esquerda e o movimento popular, o que em termos sindicais significou uma segunda fase de intervenções. Através dessas últimas intervenções, o governo procurou novamente selecionar os “apoios voluntários” entre os trabalhadores às suas políticas, promovendo a ascensão desses grupos, sob intenso controle político, aos organismos dirigentes do movimento sindical. Onde não foi possível seguir essa receita, o governo procurou estender a administração direta sobre as entidades de classe. Dentro da lógica defendida por Delfim Netto, então ministro da fazenda, sobre os termos do “milagre econômico”, os sindicatos reproduziam a “teoria do bolo” – segundo a qual o crescimento econômico antecederia a distribuição das riquezas entre a população do país. Os sindicatos, nesta lógica, terminaram fortemente atrelados à máquina estatal e reproduzindo, com pouquíssimas mediações, o discurso oficial do governo, pedindo trabalho árduo às suas bases, crendo na transformação do país em uma potência econômica do futuro. Retornou também a ênfase, no cotidiano das entidades, às ações assistencialistas e administrativas, com alguns sindicatos gerindo patrimônios cada vez mais maiores.

Um artigo publicado pelo jornal do Sindicato dos Metalúrgicos em 1975, sob o título “Estas são as vantagens que o Sindicato pode lhe Oferecer”, aponta bem nossa questão:

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 138.

*“Assistência Médica, Odontológica e Jurídica integrais aos associados de nossa entidade profissional (...) Assistência educacional: os filhos dos trabalhadores metalúrgicos, ou o próprio associado, poderão concorrer às inúmeras bolsas de estudos oferecidas pelo PEBE (...) do Ministério do Trabalho (...) Auxílio Funeral: em caso de falecimento do associado seus dependentes receberão em dinheiro a importância equivalente a quatro salários mínimos. No caso de morte de dependentes (...), dois salários mínimos.”*⁴⁰

Enquanto predominava por dentro das estruturas sindicais oficiais a concepção descrita acima, desenvolvia-se, ao longo dos anos 70, enfrentando toda a adversidade do regime militar, o campo das “oposições” sindicais. Os grupos políticos que formavam as “oposições sindicais” tinham trajetórias distintas, mas se identificam pela proposição de um sindicalismo livre da tutela governamental, capaz de enfrentar o patronato e o Estado por meio de mobilizações independentes dos trabalhadores. No final desta mesma década, no entanto, com o aporte da crise econômica, por dentro dos movimentos que incidiriam para a crise política da ditadura, novas diretorias sindicais começaram a criticar o “peleguismo” e a retomar as mobilizações de classe. O período geral tomado por referência na pesquisa de Marcelo B. Mattos, que vai de 78 a 83⁴¹, assiste a mobilizações e greves que percorrem todo o Brasil, incluindo o Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense.⁴²

Estudos sobre esses movimentos esbarram num primeiro obstáculo, já que a retomada das lutas não ocorreu de forma linear. Os últimos anos da década de 70 ainda contavam com todo o aparato de tortura e repressão montado pelo regime militar. Apesar de sua cada vez maior desmoralização, os focos autônomos de repressão e terrorismo de Estado contavam com a complacência das instituições superiores e, portanto, continuavam agindo à caça dos “subversivos”. Por outro lado, o poder de mobilização do proletariado também aumentava e a intervenção política crescia ao lado dos sucessos eleitorais do MDB, da campanha por anistia, pelo voto direto e a criação do PT. Vitórias parciais desses

⁴⁰ Jornal Meta, de 11/07/75, apud MATTOS, op. cit., p. 142.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 145.

⁴² Uma luta que tem início nessa época também é a pela anistia e readmissão no emprego. O decreto da anistia é de 1979, momento em que os sindicatos começam a preparar ações judiciais para readmissão de empregados. Em Caxias, ocorre em julho de 1980 um grande ato pela anistia dos ferroviários demitidos, contando com a presença de antigas lideranças como Ubiraj Gonçalves e Herval Arueira. Notícia publicada no jornal O Municipal de 18-07-1980.

movimentos seriam verificadas no curso do período demarcado acima (78-83), incluindo-se aí a reforma partidária e o decreto da anistia (1979).

Outra dificuldade ao se estudar este tema decorre do fato de que havia diferentes frações que compunham o campo das “oposições sindicais”, reflexo, aliás, da dispersão geral da esquerda brasileira. As “oposições” incluíam militantes polarizados pelos diversos partidos e organizações socialistas, remanescentes do sindicalismo combativo pré-intervenções – com destaque à militância do PCB, além de novos dirigentes (alguns saídos mesmo do “peleguismo”) que adotam uma plataforma combativa e independente no final dos anos 70. Em alguns ramos as diversas correntes dialogam melhor, enquanto noutros as divergências afloram mais.

Da pesquisa de Marcelo B. Mattos⁴³ é possível concluir que no quadro geral das “oposições”, uma particularidade importante do Rio de Janeiro seria a força que os setores ligados ao PCB, num movimento chamado “Unidade Sindical”, teriam nesse ascenso das lutas de massas. Um dos dados significativos a este respeito é a demora na formação da CUT em nível estadual, já que a “Unidade Sindical”, ausente da estrutura nacional da CUT, impulsionou organizações estaduais para a mobilização sindical (entre eles a “Intersindical”) que supriram suas funções – pois também conseguiu contar com a participação de boa parte das organizações “cutistas”.

Dois categorias são estudadas de maneira próxima pelo autor para ilustrar a nova fase do sindicalismo, a saber: metalúrgicos e bancários. Essa abordagem é muito valiosa para entender a situação do movimento sindical em Caxias, principalmente no caso metalúrgico. As “oposições” utilizaram neste período, como uma estratégia para esquivar-se da repressão, candidaturas às direções sindicais de nomes desconhecidos, muitos deles ligados ao campo progressista da Igreja Católica, pois procedendo dessa forma chamariam menos a atenção dos agentes da repressão. Destarte, prosseguindo o exame do caso dos metalúrgicos, na eleição realizada para a entidade em 1977, venceu uma chapa de oposição que anunciava Oswaldo Pimentel para a presidência do sindicato.⁴⁴ Pimentel era uma das

⁴³ Neste caso, principalmente os capítulos 4 e 5. Parece ser, inclusive, esse o propósito maior de sua tese: desconstruir o “novo sindicalismo” como algo original em sua totalidade, já que houve uma continuidade nas lutas durante a maior parte do período do regime militar.

⁴⁴ MATTOS, op. cit., p. 146.

lideranças metalúrgicas da Fiat (FNM) em Caxias, onde havia sido eleito para a comissão de Fábrica.

A chapa eleita retomava a independência do sindicato, apresentando denúncias contra a administração anterior (interventor ligado à Delegacia Regional do Trabalho – DRT) e impulsionando novas lutas salariais. Uma matéria publicada no “Jornal do Brasil”, no dia 6 de fevereiro de 1980, aponta esses dados, utilizando como suporte uma entrevista concedida por Pimentel. Nela, já se percebe também os reflexos das lutas contra as demissões, fruto da crise brasileira comentada anteriormente, que levaria no mesmo ano os funcionários de estaleiros a entrarem em greve. Sobre as dívidas legadas pelos administradores do governo, afirma a notícia:

“Agora os 200 mil metalúrgicos do Rio estão tendo de pagar de novo para não ver o prédio penhorado pela Justiça do Trabalho. [sede do sindicato] Um interventor nomeado pela DRT – Sr. Ubaldo Achione – ao dispensar, parcialmente, os serviços de três dentistas que trabalhavam para o Sindicato, acabou originando uma dívida – fruto de reclamações trabalhistas dos atingidos – que chega aos Cr\$ 12 milhões.”⁴⁵

Mais à frente Pimentel comenta:

“ ‘A situação é muito grave e a nível nacional’, afirmou o presidente Osvaldo Pimentel. ‘Temos recebido até visitas de trabalhadores desempregados de São Paulo, procurando uma colocação no Rio.’ Ano passado, de acordo com um levantamento feito pelo Sindicato dos Metalúrgicos, houve 25 mil demissões de empregados com mais de um ano de casa, índice considerado elevado, pois existem 200 mil operários do setor no Rio. Além disso, foi notado um aumento no volume de demissões no fim de 1979 e início de 1980.”⁴⁶

O mesmo jornal, durante o ano de 1980, fez a cobertura da campanha salarial dos metalúrgicos no Estado, que reivindicavam uma pauta semelhante à campanha desta categoria no ABC paulista. As demissões e a intransigência do governo levariam a categoria à greve em junho do mesmo ano, na região de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí

⁴⁵ Jornal do Brasil, 6-02-1980, matéria intitulada “Interventor deixa sindicato endividado.”

⁴⁶ Idem.

(setores ligados ao ramo da indústria naval). O interessante é notar a virada do tom dos dirigentes sindicais, pois como afirmou o presidente do sindicato durante a campanha salarial: “o objetivo é organizar, mobilizar e conscientizar a classe, tanto de suas reais reivindicações como do encaminhamento de cada fase do movimento.”⁴⁷

Este ano seria marcante na retomada das lutas dos metalúrgicos no Estado do Rio de Janeiro. Além da greve de Niterói, haveria também uma na Fiat, em Duque de Caxias, e a realização de novas eleições para a diretoria do sindicato. As mobilizações de 80, todavia, são uma continuação das greves de 79, momento em que a categoria paralisou os trabalhos também nas duas frentes para tentar reverter as demissões e conseguir aumento salarial.⁴⁸ O ano inicia, portanto, sob um refluxo das ações sindicais em função de algumas demissões, causadas pelo movimento no ano anterior. Assim, as razões que permitem compreender a eclosão do movimento no ano de 1980 podem ser assim resumidas:

“Dessa forma, as greves surgiram em função seja da extensão do acordo salarial a trabalhadores artificialmente não alcançados por ele, como é o caso dos operários de empreiteiras na construção naval, seja em função de reivindicações que ultrapassaram a discussão do aumento salarial para fixarem-se em problemas como o piso salarial, a estabilidade da delegação sindical e a insalubridade – como é o caso lá onde o movimento mais se enraizou e foi adiante, na Fiat-Diesel.”⁴⁹

O dado mais sensível para nossa pesquisa, é a situação da mobilização sindical em Xerém, o que nos leva a analisar um pouco melhor tanto as eleições sindicais de 80 como o movimento de greve dos trabalhadores da Fiat.

A “greve de advertência” foi feita no dia 1 de agosto, com marcação do cartão de ponto. Em entrevista concedida a jornalistas, o presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado afirmou: “a greve era branca e que os operários, em hipótese alguma, iriam abrir mão do piso salarial e da estabilidade da delegação sindical.”⁵⁰ Essas declarações e o texto citado anteriormente indicam alguns elementos de natureza política que compõem

⁴⁷ Folha de São Paulo, matéria “Metalúrgicos do Rio em campanha”, 28-05-1980.

⁴⁸ LOPES, José Sérgio L. e ALVIM, Maria Rosilene B. “Metalúrgicos do Rio e Niterói: ligações entre os conflitos de 1980 e as lutas do passado.” In Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). *Trabalhadores urbanos no Brasil / 1980*. Rio de Janeiro, Especial nº7, jun. 1981.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 20.

⁵⁰ Jornal do Brasil, 2-08-1980.

esse movimento, como pólo avançado da luta metalúrgica, o que reafirma a força da organização da categoria em Caxias. Como o dia da paralisação de advertência era uma sexta-feira, a greve foi deflagrada na segunda-feira seguinte, 4 de agosto, com uma extensa pauta de reivindicações. Desde 1977, os metalúrgicos da Fiat faziam paralisações anuais, sendo, portanto, essa a primeira greve desde a retomada do sindicato pela “oposição”.⁵¹

A greve durou apenas mais dois dias, e o acordo com a empresa foi assinado no dia 6, onde, além do reajuste, constavam alguns outros benefícios conquistados, mas não a certeza do fim das demissões. De qualquer maneira, o movimento mobilizou uma vez mais os funcionários da fábrica, que participaram em peso do processo de eleição sindical do mesmo ano. À essa altura as divergências já haviam aflorado, havendo na assembléia da fábrica denúncias de “peleguismo” e vaias para alguns dirigentes. Além disso, a base da Fiat figurava, no discurso político de algumas lideranças da diretoria sindical, como “a mais combativa do Rio”, como publicou o jornal *Movimento*.⁵²

Na preparação das eleições, o campo das oposições cindiu e foram inscritas 4 chapas. Tentaremos reconstruir o quadro político envolvido nessa disputa, embora as fontes não sejam muito claras a respeito.⁵³ A chapa 1 foi formada por um grupo mais mobilizado e intransigente, com a maioria de seus militantes relacionados à Fábrica da Fiat em Caxias; a chapa 2, encabeçada por Joaquim Arnaldo, é fruto de uma identidade com o PT, recebendo apoio direto dos metalúrgicos do ABC (há fotos de campanha com a presença de Lula) e de diversas pastorais da Baixada Fluminense (com declarações de apoio até de D. Adriano Hypólito); a chapa 3 é identificada com os comunistas; e a chapa 4, de Oswaldo Pimentel, apoiado por diversos segmentos e correntes que participaram da primeira direção sindical pós-intervenção.

Os resultados eleitorais são os seguintes⁵⁴:

Chapa 4	5.294	51,20 %
Chapa 2	2.750	26,60 %
Chapa 1	1.462	14,14 %
Chapa 3	726	7,02 %
Branco	107	1,03 %
Nulos	218	2,11 %

⁵¹ LOPES e ALVIM, op. cit., p. 22.

⁵² Movimento, 10 a 16 de novembro de 1980.

⁵³ O trabalho de Marcelo B. Mattos aborda o assunto no cap. 4, p. 152.

⁵⁴ Dados retirados da análise crítica dos integrantes da chapa 2 In Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). *Trabalhadores urbanos no Brasil / 1980*. Rio de Janeiro, Especial nº7, jun. 1981.

Há um outro quadro no mesmo documento, com a disposição dos votos entre algumas das principais empresas, capaz de esclarecer as questões relacionadas a esse movimento:⁵⁵

Empresa	Chapa			
	1	2	3	4
Fiat	610	44	11	441
G.E.	189	231	20	720
Caneco	159	231	6	120
Standard	3	81	7	78
Remington	4	121	5	69

A campanha eleitoral foi marcada pela acirrada disputa, que se transformou em conflitos violentos nas portas de alguns locais de votação. As ofensas pessoais se multiplicaram e foram causa de uma declaração assinada pela pastoral operária de Nova Iguaçu, e por diversas personalidades publicamente identificadas com a construção do PT, em defesa da chapa 2.

O conjunto de forças que mais tarde formariam o bloco PT-CUT parece ter se dispersado entre mais de uma chapa, embora o núcleo forte da chapa 2 estivesse em militantes oriundos da Igreja, fortemente identificados com o PT e em especial com o sindicalismo do ABC paulista (embrião da futura “articulação”). Uma segunda conclusão importante é que, embora no geral muito fortes no sindicalismo em âmbito estadual, os militantes comunistas aparecem amplamente minoritários na eleição, muito embora mais tarde viessem desempenhar influência importante junto à diretoria eleita. Mais significativo, contudo, é constatar que a chapa reconhecidamente mais combativa (do ponto de vista dos rivais) venceu com larga vantagem nos votos da Fiat, ainda que essa dita “combatividade” possa ter tido um sentido prático de estreiteza ou sectarismo – o que não nos é possível desenvolver.

Não é necessário ir mais longe para verificar a seguinte interpretação: se nosso argumento central aponta que o acúmulo de forças em torno da proposta do PT se devia, principalmente, a uma necessidade de demarcar os conflitos de classe no Brasil, sob o ângulo do movimento metalúrgico em Caxias – incluindo aí as divergências típicas dos

⁵⁵ Idem.

movimentos muito ativos – a hipótese parece proceder, em função da mobilização dos anos 78/79/80 e do posicionamento da militância local em relação à organização sindical. O voto da Fiat, em ampla maioria, esteve alinhado com os setores mais radicais e rejeitou a plataforma da “Unidade Sindical”.

Há diversos fatores que concorrem para o resultado eleitoral, como a utilização da máquina por parte da chapa vencedora, o posicionamento da direção diante das mobilizações, etc. Não há espaço aqui explorá-los, e também não dispomos de todos os elementos necessários para uma abordagem maior.

É por essa razão que nos limitaremos a apontar que a construção do PT em Duque de Caxias esteve imersa num forte clima de mobilização e luta sindical. O fato de alguns militantes metalúrgicos terem, mais tarde, ingressado no partido, e muitos dos quais se filiando à tendência “Força Socialista” (formada em sua maioria por militantes oriundos da antiga Ala Vermelha), parece reforçar este ponto de vista. Daí também se conclui que a opção dos militantes “petistas” em formarem um partido fracionado em diversas correntes, ou “tendências”, permitiu a incorporação de coletivos com a preservação de sua estrutura de funcionamento oriunda do movimento social. Mesmo a junção de alguns destes setores no corpo de coletivos maiores, como no caso da Articulação, ocasionalmente ocorreu com a conservação dessas estruturas anteriores – sendo, talvez, uma importante “vantagem” da mesma Articulação, diferentemente de outros grupamentos da esquerda, uma maior tolerância a esse comportamento.

O movimento dos professores e petroleiros.

Outras duas categorias profissionais estudadas por Marcelo B. Mattos que se tornaram muito ativas no município de Caxias, são: professores e bancários. Não foi possível reunir os dados necessários para explorar a mobilização dos bancários na cidade, categoria, inclusive, pouco ligada à vida política do município. Faremos, por essas razões, poucas considerações sobre a organização dos professores da rede pública e também dos petroleiros e químicos, importantes na geografia sindical da cidade em função da Reduc.

Embora o ciclo de intervenções tenha sido inaugurado na fábrica da Fiat em Xerém, e custado a vida de pelo menos um militante sindical do PCB, a Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias (Reduc), mobilizaria igualmente a atenção dos militares.

As obras para a construção da refinaria se iniciaram no final dos anos 50 e as primeiras máquinas começaram a operar em 1962.⁵⁶ Antes, porém, já havia um grande número de trabalhadores do setor lotados nas novas instalações da Petrobrás, que se dedicavam às preparações em geral e às obras de instalação da refinaria naquela região. Muito rapidamente um núcleo sindical foi formado entre os funcionários Reduc. Ainda no ano de 1962, foi fundado o sindicato dos trabalhadores da Reduc, com eleições realizadas nos dias 29 e 30 de maio e a posse da primeira diretoria ocorrido no dia 6 de junho.⁵⁷ Desde as primeiras conversas até a formação da primeira direção, o movimento foi muito influenciado pela militância do PCB, com a participação de quadros importantes do partido como Newton Menezes e Aristélio Travassos de Andrade. A rápida construção do sindicato e a chegada de militantes comunistas ao movimento dos funcionários da Reduc se devem ao clima geral de mobilização do município, que construía uma estrutura própria do CGT, e também à força do PCB na região da Baixada em geral.

Poucos dias depois do golpe, a refinaria e seu sindicato sofreriam intervenções. Um ofício da delegacia do trabalho ao sindicato, enviado nos anos 80, confirma que a data da intervenção foi o dia 9 de abril de 64 (pouco mais de uma semana após o golpe), quando ocorreu a destituição da diretoria e a nomeação de um interventor militar, Sylvio Garcia de Mattos, acompanhado de uma “junta governativa”. Como relata Adelino Chaves, os militares nesse movimento realizaram uma devassa na sede do sindicato, efetuando prisões e submetendo militantes a interrogatórios, ocasião em que também perdeu a vida um dirigente filiado ao PCB.

A intervenção direta na administração do sindicato durou longa data e também conviveu com processos eleitorais, todos censurados pelos representantes indicados pelo governo. Havia, dessa forma, uma hierarquia que submetia as diretorias eleitas ao crivo político do interventor nomeado, que impedia qualquer espécie de sindicalismo crítico de se

⁵⁶ Entrevista de Adelino Ribeiro Chaves à nossa pesquisa, que também será doada ao Instituto Histórico de Duque de Caxias.

⁵⁷ Ofício da Delegacia do Trabalho ao Sindipetro-Caxias, código RJ-269/86, de 09 de junho de 1986. Acervo documental da Astape.

formar. Como abordamos anteriormente, tratava-se da tentativa de consolidar dirigentes sindicais afinados com o discurso dos militares e que tivessem um mínimo de interlocução com as bases desses movimentos.

Segundo Adelino Chaves, o caráter estratégico do petróleo e a importância econômica da refinaria fizeram com que os militares mantivessem o controle sobre a entidade de classe até as eleições de 1980, embora tenham se modificado nesse longo curso os instrumentos utilizados para esse propósito. O ponto de inflexão, portanto, na política dos petroleiros caxienses é o ano de 1980.

Um ano após a decretação da Lei de Anistia, de agosto de 79, os petroleiros construíram duas lutas conjuntas: em primeiro lugar estava a disputa do sindicato, onde se inscreveu uma chapa encabeçada por Armando Gabriel Filho, que representava a retomada da independência da entidade e contava com o apoio dos setores identificados com o campo das “oposições sindicais”; ao mesmo tempo, os petroleiros iniciaram uma ampla campanha, de caráter nacional, pela readmissão dos funcionários da Petrobrás demitidos por seu posicionamento político.

A chapa combativa foi vitoriosa na eleição de fevereiro de 80, e a diretoria foi empossada em abril do mesmo ano. De acordo com a entrevista de Adelino Chaves, não é possível afirmar que a nova diretoria estivesse totalmente alinhada com nenhuma grande corrente política, já que, para preservar seus quadros da repressão, foram poucos – e normalmente menos conhecidos – aqueles membros da direção identificados com alguma tendência sindical. Ademais, a chapa pretendia ser o mais ampla possível, contando, dessa maneira, com muitos militantes independentes nas suas fileiras. Ainda assim, segundo Adelino, as organizações mais influentes eram, nessa ordem, o PCB e os militantes ligados à Pastoral Operária da Igreja Católica.

Essa mudança na composição do Sindipetro-Caxias representou, por conseguinte, uma retomada das mobilizações e das estratégias de pressão. Uma das lutas mais significativas dessa retomada dos petroleiros da Reduc foi a greve realizada pela categoria no ano de 1983.⁵⁸ Nesse mesmo ano, seriam realizadas novas eleições para o sindicato, cuja a chapa vitoriosa contava com a mesma composição, reconduzindo à presidência da entidade o militante, ainda independente, Armando Gabriel. O segundo mandato, no

⁵⁸ Entrevista com Adelino Chaves.

entanto, foi marcado pelas disputas cada vez mais contundentes entre os militantes comunistas (da CGT) e aqueles identificados com o PT, que se esforçavam para erguer em nível estadual uma estrutura da CUT. A cisão viria à tona nas eleições seguintes, em 1986, quando venceu uma chapa mais próxima da influência comunista.

A polarização política, contudo, não arrefeceu. Apesar da direção estar sob influência de coletivos identificados com a CGT, principalmente devido ao trabalho da pastoral operária, a influência do PT nas bases do sindicato aumentou.⁵⁹ O reflexo deste trabalho, em conjunto com a crise em que mergulharia o setor da CGT em âmbito nacional, termina com a vitória dos “petistas” nas eleições sindicais de 89, onde despontou a liderança do conhecido militante Cesário. Desde então, se firmou certa hegemonia do PT na direção do sindicato, que passou a ser disputado pelas diversas frações internas que compõem o partido e muitas correntes sindicais.

Voltando ao ano de 1979, a luta pela anistia funcional terminou com a criação da Comissão Nacional dos Anistiados da Petrobrás (CONAP). Houve um movimento, organizado regionalmente em comitês, anterior a esta comissão, com o objetivo de mobilizar os petroleiros a se engajarem na luta geral por anistia política. Com a promulgação da lei em agosto de 79, esses comitês se transformaram em comissões permanentes, com eleições realizadas em conjunto com o sindicato. O congresso nacional de formação da CONAP, entidade ativa até hoje, ocorreu na sede do Sindpetro-Caxias – o que reforça a importância política dos funcionários da Reduc no cenário da luta petroleira em âmbito nacional. Cabe ressaltar que a luta dos anistiados não envolve apenas os filiados ao PCB e a outros organismos políticos, pois houve um enorme número de pessoas demitidas apenas por suspeição (que tiveram suas famílias desestruturadas pela demissão e até pelo assassinato destes militantes em alguns casos por parte dos militares), e essas demissões se deram em todo o longo curso da intervenção na Reduc. A ausência de mecanismos de apelação e defesa, além da edição de um texto vago, que deveria definir os critérios para o afastamento de pessoal, reforçam as necessidades e as demandas próprias da luta dos anistiados:

⁵⁹ Idem.

“A Diretoria Executiva da Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRÁS, (...), visando a estabelecer procedimento uniforme e consentâneo com os interesses da Empresa na aplicação de penalidades aos empregados, incriminados por sua participação em atividades ideológico-subversivas ou implicação em outras irregularidades graves, contrárias aos objetivos de uma empresa industrial cujo funcionamento consubstancia interesse da segurança nacional, e distanciadas dos princípios que devem reger sua administração, (...)”⁶⁰

A luta dos anistiados mobilizou estratégias de pressão sobre o poder público e também um importante enfrentamento jurídico. As resistências da empresa e do governo, por outro lado, foram tenazes e as primeiras vitórias seriam conquistadas apenas em setembro de 1985, quando os primeiros funcionários demitidos por sua atuação política foram readmitidos na empresa.⁶¹ É absolutamente singular que, após quase 30 anos de existência da CONAP, ainda haja processos judiciais em curso e pessoas demitidas pelos militares, a maioria delas hoje idosas, desamparadas naquilo que a própria legislação da anistia previa para elas.

As divergências internas ao movimento petroleiro fizeram com que, ao longo da década de 80, em Caxias, o PT conquistasse a direção e a hegemonia política sobre os organismos sindicais, e o PCB concentrasse seus esforços na luta pela anistia aos perseguidos políticos pela Petrobrás. A principal consequência desses enfrentamentos foi a separação orgânica e definitiva entre as instâncias do Sindpetro-Caxias e dos anistiados, que até hoje constituem organismos paralelos sobre a mesma “base” sindical. Nas lutas travadas no começo da década de 80 ainda havia maior colaboração, como durante a greve de 83, espírito que foi sendo substituído pela rivalidade típica da segunda metade dos anos 80 entre a CUT e a CGT.

Importante para nós é assinalar que desde o início da retomada das lutas petroleiras em Caxias, com a eleição de 1980, já era possível verificar a presença de correntes políticas identificadas com o MPT (entre as quais a Convergência Socialista) e um coletivo

⁶⁰ Resolução nº 32/64 da direção de Petrobrás, presente nos arquivos da Astape.

⁶¹ O caso de Adelino Chaves se inclui nesta primeira leva de anistiados. Ele foi readmitido em 85, permanecendo no quadro funcional da Petrobrás até o início dos anos 90, quando se aposenta. A chegada da aposentadoria fez com que Adelino se dedicasse exclusivamente à luta dos anistiados e aposentados da Petrobrás, através da ASTAPE – Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da Petrobrás e Subsidiárias.

importante organizado pela pastoral operária, também ligada ao partido. Se estes não puderam garantir nos primeiros embates um predomínio do partido nas instâncias sindicais, não é menos importante indicar sua presença no processo de construção do PT em nível local. Convém insistir que, entre os militantes de origem pastoral, a maioria mais tarde ingressaria na Articulação Sindical e seria responsável direta pelas vitórias petistas no movimento petroleiro. Ademais, vimos que um dos eventos fundadores do processo de organização do MPT ocorreu justamente numa conferência nacional desta categoria realizada na Bahia.⁶²

O movimento docente em Duque de Caxias também viveu esse momento de mobilização, onde se criou em particular grande identidade com o PT. No final dos anos 70 foi criado o Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP), que tinha uma típica composição das “oposições sindicais” – amplitude e uma certa quantidade de divergências. Prevaleceu, entre estes, o projeto de se construir uma associação dos docentes do serviço público, na época proibidos de constituírem sindicatos. Como aponta o trabalho de Marcelo B. Mattos, as primeiras duas eleições da entidade (CEP – Centro Estadual dos Professores), ocorridas em 79 e 81, foram disputadas por chapas únicas, o que traduz o espírito geral da retomada das mobilizações. As divergências apareceriam melhor nas eleições de 83, onde pesou também o elemento novo representado pelo governo Brizola (PDT) no Estado.⁶³ A mesma pesquisa traz alguns dados importantes sobre essa categoria: a base totalizava aproximadamente cerca de 100 mil professores, que foi dividida em 79 zonais, incluindo as cidades do interior do Estado.

Em 16 de abril de 1980, pouco tempo após a primeira eleição do CEP, os professores de Caxias, ligados à rede municipal, decretaram uma greve exigindo, basicamente, aumento salarial. A categoria, em termos municipais, era muito menor que hoje em dia – estimada em cerca de 702 professores,⁶⁴ pois a estrutura educacional atravessaria, num processo que se estende até hoje, um significativo processo de descentralização. Como as promessas feitas pela prefeitura para que a categoria retornasse

⁶² GADOTTI, M. e PEREIRA, O. *Pra que PT – Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989, p. 28.

⁶³ MATTOS, op. cit., p. 154.

⁶⁴ Matéria do Jornal do Brasil de 16 de abril de 1980.

às atividades não foram cumpridas, nova greve foi anunciada em 14 de outubro, o que revela a articulação e capacidade de mobilização dos professores na cidade.

O movimento docente também não foi uma iniciativa localizada. Por volta da data de criação do CEP no Rio, iniciaram-se movimentos de greve em diversas redes estaduais e municipais, que se estenderam do Acre ao Rio Grande do Sul, ocorrendo durante o ano de 1980 o embate mais duro em Minas Gerais. Por lá, a greve foi reprimida com prisões que foram responsáveis por um aumento do radicalismo e da adesão ao movimento.⁶⁵

No mesmo ano, os professores universitários iniciariam uma greve por tempo indeterminado, deflagrada inicialmente por 10 universidades mas que conquistaria adesão de todas do sistema federal. No leito dessas mobilizações seria ainda lançada a idéia de criação de uma associação para a mobilização desta categoria – também impedida de construir movimento sindical pela legislação. A força dos embates na área de educação foi responsável por mudanças no interior do governo e também pelo atendimento parcial de algumas reivindicações. Embora mais preocupado em fazer um balanço das atividades de greve no ensino superior, em artigo para a revista Movimento, Wolfgang Leo Maar escreveu:

“Cabe registrar aqui rapidamente o comportamento governamental e a sua tática utilizada, inclusive com a troca de ministros que provocou uma crise no seu interior. A mudança ministerial não afetou a estratégia de desobrigação do Estado em relação à educação, mas apenas a tática frente aos professores. É inegável que, no regime em que vivemos, um general no MEC é diferente de um professor na mesma pasta.”⁶⁶

Uma característica comum aos movimentos associativos docentes foi uma rápida identidade com o PT, o que ocorreu marcadamente no Rio de Janeiro. Até muito recentemente, a exemplo do que também acontecia com o Sindpetro, a maior parte das lideranças sindicais desse movimento tinham filiação ao PT, representando um processo longo e complexo de hegemonia que não pretendemos avaliar. Cabe enfatizar que esse foi um dos setores importantes na organização inicial do partido em nível municipal.

⁶⁵ Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). *Trabalhadores urbanos no Brasil / 1980*. Rio de Janeiro, Especial nº7, jun. 1981, p. 52.

⁶⁶ LEO MAAR, W. “Um movimento de maioria, grande avanço político.” In CEDI, op. cit., pp.56-57.

As comunidades da Igreja Católica.

Já foi abordada, em capítulos anteriores, a ligação entre os militantes de esquerda oriundos do catolicismo progressista e o processo de formação do PT. Cabe, agora, examinar um pouco melhor a relação entre essas esferas especificamente no caso de Caxias. Deve-se registrar que, de uma maneira geral, os movimentos católicos, em boa medida incentivados pelo fenômeno da teologia da libertação, estiveram mais organicamente ligados ao nascimento das associações de bairro do que propriamente dos movimentos sindicais, onde se verificou uma relação mais inclinada ao apoio, assistência e assessoria – desempenhadas pelas pastorais operárias espalhadas pelo Brasil.

As primeiras ações da Igreja Católica em Caxias em direção a uma atuação mais próxima dos setores mais carentes da sociedade coincidem com a chegada de um grupo de padres e leigos italianos, relacionado com as recentes teorias que circulavam dentro da Igreja no início da década de 70. Nessa época, a maior parte do que se compreende hoje como a região da Baixada Fluminense estava ligada à diocese de Nova Iguaçu, onde os trabalhos progressistas da Igreja iniciaram ainda no final dos anos 60, com a chegada de D. Adriano Hypólito.⁶⁷ O desmembramento ocorreria apenas no início dos anos 80 – em meio ao “boom” de expansão das comunidades de base da Igreja Católica.

Tendo como uma sede importante a paróquia do Pilar, que se orientava tanto pela diocese de Nova Iguaçu como, às vezes, pela de Petrópolis, os padres da ordem franciscana começaram, por sua própria iniciativa, um movimento de aproximação com os problemas das comunidades pobres que circundavam a paróquia, envolvendo-se na busca por soluções. O impulso de tais ações ainda estava preso a uma concepção expansionista da fé, pois pretendia levar a doutrina católica àqueles que, por ocasião do peculiar desenvolvimento da Baixada Fluminense, não tinham acesso à Igreja.

O período de desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) combinou com este intento dos religiosos, sendo um instrumento importante lançado por eles no desenvolvimento do trabalho católico:

⁶⁷ Informação confirmada em entrevista com o prof. Percival Tavares da Silva.

“Observando o número de comunidades que surgiram durante a permanência dos agentes religiosos italianos, tem-se uma noção mais precisa da dimensão e do vigor desta reestruturação paroquial. De 1967 a 1985 foram criadas 23 novas comunidades, numa média de uma comunidade por ano.”⁶⁸

A criação das comunidades de base, a situação de extrema pobreza de alguns locais da Baixada Fluminense, a ditadura militar, a Teologia da Libertação são alguns dos elementos que pautam um viés crescentemente político à construção da Igreja Católica na cidade durante o período estudado. A atuação política da Igreja acompanhou, portanto, desde o início a formação das comunidades, o que não ocorreu de maneira harmônica, embora contínua. Numa das atas da reunião da comunidade de Santo Antônio, em Caxias, durante o ano de 1976 já é possível notar essa ligação entre expansão da fé / problemas políticos:

“Instituiu-se sobre a necessidade de reunião de grupos de famílias, parte importante na aproximação dos membros da comunidade e que essas reuniões ajudam a resolver não só os problemas do grupo como também os da comunidade e do próprio bairro.”⁶⁹

Há, no entanto, algumas fases que compõem o relacionamento entre a religião e os problemas de natureza política e social em Duque de Caxias. Nota-se, claramente, que num primeiro momento o embate político é travado em torno de questões que envolvem relações com a administração pública local, todos derivados da falta de estrutura urbana, o que até hoje parece ser o maior infortúnio da região. Os números reunidos pela já citada pesquisa de José Cláudio Alves realmente demonstram uma evidente dinamização da vida cotidiana da paróquia do Pilar, fruto dessa proliferação de comunidades católicas. Essas iniciativas não tardaram, porém, a se comunicar com as ações católicas da cidade vizinha de Nova Iguaçu, já sob direção de D. Adriano Hypólito, sendo parte de uma ampla corrente capaz de

⁶⁸ ALVES, José C. *Igreja Católica: opção pelos pobres, política e poder. O caso da paróquia do Pilar*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia e Política, 1991, pp 61-62. Embora trate apenas de uma paróquia da Diocese de Caxias, esta foi uma das mais ativas e o crescimento dessas comunidades permite inferir o ímpeto do movimento cristão de uma maneira geral no município. A maior parte da construção argumentativa que exporemos aqui se refere a essa pesquisa de José Cláudio Alves.

⁶⁹ Ata da reunião da comunidade de Santo Antônio, apud: ALVES, op. cit.

percorrer quase toda região da Baixada Fluminense.⁷⁰ É com a ampliação do trabalho nas comunidades e o aprofundamento das questões mais próximas à dimensão política que ocorreria uma mudança de qualidade.

O impulso dado pelo ingresso da juventude nesse movimento da Igreja em Caxias, a partir principalmente do ano de 77, ampliou o raio de ação das comunidades. De 79 em diante, a Igreja passou a planejar as suas ações, cujas iniciativas ficaram registradas em documentos como as “Prioridades do Plano Pastoral”, voltadas em sua maioria para as questões sociais em jogo nas CEB’s, Pastorais Populares e iniciativas diretamente ligadas às já formadas associações de bairros.

É nesse contexto que podemos apontar uma ligação orgânica entre os grupos pastorais e o nascimento dos movimentos associativos dos bairros. Ainda no final dos anos 70, essas associações adquiriram, por meio das influências católicas, uma importante combatividade, ascensão que deriva de duas estratégias de ação complementares: a criação de organismos associativos nos bairros carentes e a disputa dos já existentes contra as lideranças ligadas a vereadores e demais forças dominantes na esfera institucional. Sua forma de agir se pautava na mobilização dos moradores em torno de problemas sensíveis da comunidade, amparando as associações que surgiam na estrutura da “Ação Social da Paróquia”, capaz de oferecer, por exemplo, assistência jurídica às ações de bairro. Trata-se, portanto, de um envolvimento profundo entre os grupos católicos e esses novos movimentos associativos.

“Os objetivos perseguidos pelas Associações que formavam o Movimento Popular eram bastante variados e se apresentavam dentro daquilo que se convencionou chamar de reivindicações por equipamentos coletivos urbanos. De modo geral, visavam a ampliação e melhor qualidade dos serviços de iluminação, de abastecimento de água, de saneamento de esgotos, de educação e saúde – reativação e construção de escolas e de sub-postos de saúde – de transporte e de conserto de ruas e estradas.”⁷¹

⁷⁰ Uma monografia de curso da área de história, dedicada ao PT de São João de Meriti, conclui que nesta cidade o principal veículo constituinte do diretório municipal do partido foram os movimentos associativos, em geral impulsionados pela Igreja Católica. Ver: COSTA, Rui de A. *A trajetória de formação do Partido dos Trabalhadores em São João de Meriti*. São Gonçalo-RJ, Monografia de Conclusão do Curso de História, UERJ-FFP, 2005, mimeo.

⁷¹ ALVES, op. cit., p. 76.

A construção desses organismos associativos se iniciava dentro do ambiente católico, onde era pautada uma discussão a respeito dos problemas que envolviam a comunidade. O debate, de caráter público, passava a uma segunda fase, onde eram analisadas as possíveis ações para a conquista dos objetivos traçados. A partir daí, os próprios militantes católicos punham em funcionamento o mecanismo da associação, que atuava via de regra através de grupos abertos de trabalho. O modo de agir dessas entidades prezava muito os órgãos de tipo participativo, como assembleias gerais e grupos de trabalho, sempre abertos e com amplas convocações nas comunidades.

As associações, pelo próprio caráter dos problemas enfrentados, não tardaram em estabelecer contatos com as autoridades da sociedade política. Essa aproximação gerou um fenômeno que se manifestava, de um lado, com os dirigentes da máquina de Estado articulando estratégias que pretendiam cooptar as lideranças surgidas nas associações; e, de outro, com a crescente mobilização que forçava os ocupantes de cargos administrativos a responder com ações às lutas comunitárias.⁷² O caso mais interessante e típico desse confronto ocorreu em Nova Iguaçu, onde a prefeitura manteve, durante um período importante, reuniões regulares com o MAB. Num caminho semelhante, inclusive, os movimentos associativos de bairro em Duque de Caxias também constituíram sua própria federação, ou o Movimento de União dos Bairros (MUB), ativo até hoje no município.

O crescimento do MUB, e das associações de uma forma mais ampla, acompanhou um paralelo desenvolvimento dos organismos pastorais da Igreja Católica, principalmente pela já mencionada ligação orgânica entre estes agrupamentos. De modo que se observa um importante salto de qualidade nessa relação pastoral-associações com a proximidade das eleições de 1982, que poderiam interferir diretamente na potência das reivindicações dos bairros. Afinal, a possibilidade de eleger alguma liderança egressa desses movimentos abriria um patamar superior de negociação com a esfera institucional, além de dar maior visibilidade à sua plataforma de reivindicações.

Em nosso ponto de vista, entretanto, não se tratava apenas de abordar de modo pragmático as vantagens do processo eleitoral. O surgimento do PT, num momento de crise

⁷² A maioria das investidas do governo no sentido de cooptar lideranças fracassou, e com o passar dos anos da década de 80 essa iniciativa foi deixada de lado. Retornaria com o PDT, embora com uma orientação estratégica distinta, na era do “brizolismo” a partir de 1982.

da forma vigente da dominação de classes, impunha um posicionamento geral diante da práxis política aos organismos que nasciam nessa virada dos anos 70 para a década de 80.

Nesse contexto, a questão não é apenas examinar a atuação dos militantes das associações de bairro, pois o debate político partidário ocupou reuniões das próprias pastorais católicas. Havia uma avaliação geral, nestes núcleos, sobre a situação do país que apontava para o seguinte quadro: em primeiro lugar, a reforma partidária permitia a criação de novos organismos políticos, que agora poderiam se apresentar como legítimos aos “oprimidos” (termo largamente usado em tais movimentos); de outro lado, os setores da “classe média” (outro conceito dos próprios católicos) estavam ingressando nos sindicatos e promovendo ações políticas contra o governo – o “novo sindicalismo”.⁷³ Desta forma, havia identidade o suficiente para aproximar as duas iniciativas de luta, unificando os oprimidos (“médios” e pobres) num partido com uma plataforma política própria e independente.

Essa nova conjuntura era reforçada pela atuação da pastoral operária por dentro dos organismos sindicais, que a partir de 1978 entravam em um novo ascenso das lutas contra a ditadura e o arrocho salarial do “milagre econômico”. Dentre os diversos movimentos significativos nessa ocasião, em Caxias ocorreu uma greve de 40 dias realizada pelos metalúrgicos da fábrica da Fiat de Xerém (antiga FNM), durante o ano de 1981. Esta greve foi, desde o início, amparada pela pastoral operária da paróquia do Pilar, que mobilizou as comunidades católicas para arrecadar dinheiro e alimentos para o movimento de greve. Cabe recuperar aqui que a base sindical de Xerém, no quadro geral dos metalúrgicos do estado do Rio de Janeiro, conforme já foi estudado, era uma das mais combativas.

O cenário geral dos embates de classe, portanto, já havia aproximado as pastorais de outros movimentos grevistas pelo Brasil, sendo Caxias parte desta ampla movimentação. Por esse motivo, as filiações espontâneas de militantes pastorais ao PT começaram a acontecer antes mesmo das discussões orgânicas dos movimentos de bairro e das próprias comunidades de base. José Cláudio afirma que:

⁷³ ALVES, op. cit., p. 102.

“Na verdade, havia uma concepção política que aproximava os membros da Pastoral Operária do PT. Algo ligado à radicalidade (sic) do Programa partidário e ao fato concreto das greves.”⁷⁴

Uma questão escapa à avaliação de José Cláudio neste ponto, embora este autor a tangencie. O fundamental na proximidade entre o PT e os militantes pastorais não reside centralmente no radicalismo, ou na combatividade e independência desses movimentos grevistas. Sabemos que as oposições sindicais incluíam, num amplo espectro de forças, outros segmentos também combativos e independentes com relação ao poder oficial, que rivalizavam com o PT na construção partidária. Defendemos aqui a posição já exposta de Eurelino Coelho:⁷⁵ o problema político determinante se mostrava sob o ângulo da estratégia de ação, ou da práxis transformadora.

Neste ponto é muito forte o contraste entre a tese comunista de unidade popular, com o intuito de construir um bloco heterogêneo de forças em torno da bandeira do retorno do país a uma situação “democrática”; e a tese “petista”, da necessidade de construção de um partido de classe, capaz de unificar no campo da grande política os diversos movimentos sociais dessa época. As comunidades de base da Igreja, se repararmos bem o discurso construído até aqui através do trabalho de José Cláudio, se consideravam as legítimas porta-vozes dos oprimidos e, ainda que muito próximos na luta, demarcavam o movimento sindical como das “classes médias”. Unir-se ao “novo sindicalismo” significava, portanto, construir efetivamente a unidade popular e retirar a “classe média” do isolamento político em que se encontrava. Esta avaliação, aliada à efervescência das lutas políticas, impulsionou a aliança entre os católicos de esquerda e os setores sindicais adeptos do projeto de um novo partido para as classes trabalhadoras no Brasil.

A pesquisa de José Cláudio narra duas histórias imbricadas a essa realidade que são interessantes recuperar. Um dos espaços pioneiros dessa aproximação em termos estaduais foi o Sindicato dos Metalúrgicos, com sua ativa base na região de Xerém. É essa proximidade que leva a Pastoral Operária do Rio de Janeiro a deslocar assessoria ao sindicato na região de Caxias. As lutas políticas típicas do ambiente sindical começaram a aproximar os militantes pastorais de uma seção desses grupamentos políticos opositores,

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 104.

⁷⁵ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2005, mimeo.

muitos dos quais organizados em grupos de esquerda oriundos das frações revolucionárias sobreviventes ao terror dos militares, em geral aqueles que mais tarde ingressariam no PT. Além disso, havia casos de militantes pastorais que, ao entrarem na universidade, passaram a tomar parte do movimento estudantil que trabalhava para reerguer a UNE, também se aproximando de correntes já organizadas – incluindo-se aí as que se intitulavam adeptas do marxismo.

Dessa forma, o alinhamento das forças que, juntas, forjariam nos confrontos políticos o PT, não se deve a uma questão de fundo programático. Pois entre esses mesmos segmentos havia muita diferença em torno das questões de caráter estritamente programático. A identidade maior estava no fato de que, por razões originalmente diferentes, defendiam uma práxis política de independência de classe – seja para a salvação dos oprimidos ou para o estabelecimento da transição socialista. Não havia margem, na práxis dessa militância oriunda das pastorais e ativa no movimento associativo, para a busca de entendimentos democráticos com frações liberais ou democráticas da burguesia. Em verdade, olhando para a longa história do PT, a questão programática mergulharia num mar de divergências, permanecendo em estado de insolvência até a supremacia da plataforma social-liberal, inspirada na social-democracia “moderna” européia.

Essa atitude diante da experiência de classe em curso no Brasil durante o final dos anos 70, em seu processo de “reconfiguração” (para retomar o termo sugerido por Eder Sader) seria expressa por José Cláudio em termos de “radicalismo” das propostas. Descrevendo a aproximação da militância católica com os grupamentos revolucionários, sua pesquisa conclui que: *“O que mais favorecia estas aproximações era o caráter radical das propostas das tendências, bastante semelhante àquelas elaboradas na Pastoral Operária”*.⁷⁶ Apontamos aí uma situação de trânsito da forma de ser e agir da classe trabalhadora nos apoiando em Thompson, para quem:

“Classe é uma formação social e cultural (freqüentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e

⁷⁶ ALVES, op. cit., p. 105.

em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação, reação, mudança, conflito.”⁷⁷

Retornando à construção histórica de José Cláudio, é na segunda metade de 1981 que os contatos entre a pastoral operária em Caxias e o PT se intensificam. Foram realizadas atividades de natureza diversa, como seminários, cursos de formação e debates sobre inúmeros temas. Além dessas questões de nível político geral, aproximavam-se as eleições de 1982 e os membros da pastoral começavam a debater a possibilidade do lançamento de candidaturas oriundas dessas lutas populares. A discussão finalmente seria pautada em 81, momento em que se discutiu a possibilidade de envio de um pedido ao diretório do PT para a filiação de possíveis candidatos e militantes.

No princípio, seria necessário definir qual partido deveria ser abordado pela militância pastoral, no que houve relativa facilidade na identificação do PT. Disputa bem mais complicada foi a seleção dos nomes a serem lançados pela militância católica, debate que sofreu interferência até de padres e parte do corpo eclesial, que até então mantinham-se um pouco afastados dos assuntos partidários. Entre os candidatos escolhidos estava um militante que desempenhava funções junto à Igreja e aos sindicatos:

“Ele era Ministro da Eucaristia e destacada liderança comunitária, e havia participado desde o início das transformações implementadas pelos padres na Paróquia. Fora da Igreja, acompanhava o Movimento Sindical dos Ferroviários, ampliando suas bases políticas. Além disto, sua pertença ao bairro de Saracuruna favorecia um trabalho melhor naquela área, já que a outra candidata pertencia à região próxima de Campos Elíseos. Porém, uma das questões implícitas na sua indicação era a unidade dos cristãos em torno de um Partido.”⁷⁸

E assim foi feito, pois todos os militantes cristãos transformados em candidatos saíram pela legenda do PT. Para garantir, no entanto, o sucesso da indicação desses nomes, houve um forte engajamento dos católicos em campanhas de filiação do partido, para que houvesse quorum legal para montagem de um diretório municipal e o registro de candidatos ao cargo de vereador.

⁷⁷ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses” In *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001. NEGRO, A. L. E SILVA, S., p. 107.

⁷⁸ ALVES, op. cit., p. 108.

Acompanhando ainda o calendário, em abril de 1982 foi realizada a primeira convenção com a participação da militância católica em âmbito municipal. O partido, que se resumia em termos municipais à militância de grupamentos de esquerda como a Convergência Socialista, MEP, PT-PT (mais tarde se auto-intitulava de autêntico) e Ala Vermelha, viu metade de sua plenária de cerca de 200 delegados terem origem entre os trabalhos associativos nos bairros.⁷⁹ É necessário apontar que essa forte presença católica, num primeiro momento, não interferiu nas divergências programáticas abordadas internamente pelo encontro através de pesados debates entre as lideranças das tendências do partido. Esse relativo afastamento pode ser notado quando, num encontro pastoral que pretendia fazer um balanço da atuação desse segmento militante, constatou-se que o partido era uma complicada e constante “briga”.

Nos encontros subseqüentes, todavia, a militância católica se inseriu de maneira gradual na vida política partidária, aprofundando a relação com os demais organismos internos do partido e com sua construção orgânica. A campanha eleitoral já apontava para um completo compromisso das organizações católicas e associativas com o PT, expresso nos panfletos e reuniões de divulgação das candidaturas, onde repetidamente se exaltava os feitos recentes do “novo” sindicalismo brasileiro.⁸⁰ O explícito apoio da Igreja aos candidatos do PT abriu um longo enfrentamento dentro da Diocese de Caxias, onde alguns críticos acreditavam que esta relação havia “ultrapassado os limites”.

Os resultados eleitorais se, por um lado, foram desanimadores porque o partido não conseguiu atingir o mínimo de legenda; ao mesmo tempo indicam o peso das organizações católicas na construção partidária em Caxias, pois os dois candidatos mais votados do PT na eleição para vereador eram desse grupamento.⁸¹ Essa suposta derrota, todavia, esconde o fato de que a candidata mais votada do partido tinha ultrapassado muitos dos vereadores empossados, eleitos por partidos que venceram a barreira da legenda.

Passado todo o empenho eleitoral, um outro debate foi imposto à militância católica do PT de Duque de Caxias. A questão era se a pastoral deveria se transformar num organismo político interno do partido, comumente chamados de tendências, ou se diluir

⁷⁹ Id., *ibid.*, p. 109.

⁸⁰ Nesse ponto, na maioria das vezes, essa referência corresponde a São Paulo. Não por desconhecimento da realidade sindical fluminense, mas porque no Estado a força das organizações comunistas entre as oposições sindicais ainda era muito destacada.

⁸¹ Id., *ibid.*, pp 111-113.

entre a militância independente e nos outros grupamentos já existentes. Embora até aquele momento tenham se comportado como tal, pois a origem comum, as mesmas candidaturas e um modo peculiar de fazer política eram qualidades que criaram uma identidade coletiva entre essas pessoas; decidiu-se pelo outro caminho, principalmente porque:

“A fusão do espaço religioso com o eleitoral trouxe benefícios e problemas. Favoreceu a obtenção de recursos e a ampliação do número de participantes. A Igreja era a base material e organizacional a partir da qual eram pensadas as atividades de campanha. Os limites se apresentaram mais tarde, quando se percebeu que não havia uma passagem imediata das motivações pastorais e associativas para a definição político-partidária, expressa sobretudo no voto.”⁸²

Recorrendo novamente a imagens gramscianas, pode-se notar que as primeiras ações deste importante setor na formação do partido em Caxias se encontram restritas a iniciativas que envolvem a ação de coletivos ligados à Igreja, mesmo que leigos, como a paróquia e a comunidade, na luta por reivindicações dispersas – relacionadas aos “equipamentos coletivos urbanos”. No momento em que a pressão sobre o poder público precisava aumentar, para que as reivindicações se fizessem ouvir, o movimento ultrapassou os limites religiosos, alcançado a associação de bairro e posteriores federações, ampliando, assim, o raio de ação original.

Essa generalização esbarrava num obstáculo severo: o município era “área de segurança nacional”, não se tratando, portanto, de desafiar apenas poderes restritos a agentes políticos locais, mas de confrontar-se diretamente a lógica de poder no país representada pela ditadura. Era o caso não só de enfrentar as deficiências das ações da prefeitura, mas de não haver outro rumo diante do movimento que escapasse de questões, pelo menos, de nível nacional. Não é ilógico que parte dessa militância tenha concluído que o desafio de lutar por uma melhor condição de vida para todo os setores explorados do país, que viviam dramas diferentes porém contemporâneos, era parte das responsabilidades políticas do movimento local. Ou seja, a questão imposta às associações e comunidades era de natureza política, e para seu desembaraço em nível superior seria necessário um instrumento de tipo “partido”.

⁸² Id., *ibid.*, p. 117.

Analisando os embates políticos típicos do capitalismo moderno, Gramsci aponta que esse estágio superior de uma organização na esfera da disputa hegemônica:

*“(...) é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’ (...)”.*⁸³

É realmente curioso que parte da militância, impulsionada inicialmente pela necessidade de expansão da fé religiosa, tenha se envolvido com questões intimamente relacionadas com a luta econômica, e percorrido caminho semelhante em direção ao instrumento de natureza política, de que o PT era fiador. E é essa política, fruto de uma práxis militante claramente identificada com uma plataforma de classe, que aproximaria os grupos católicos de parcela das oposições sindicais refratária à estratégia defendida de unidade democrática defendida pela esquerda do MDB. Recuperando, uma vez mais, os apontamentos de Eurelino Coelho, podia ser que idéia de um partido como o PT tivesse ocorrido a mais de um coletivo militante de forma contemporânea, mesmo que em contextos um pouco diferentes.

3.4 Conclusões sobre a formação do PT.

O material recolhido por nós é escasso em detalhes a respeito de cada uma das etapas responsáveis pela formação do PT em âmbito municipal. Essa deficiência se mostrou difícil de contornar, embora ainda seja um desafio no horizonte de nossas futuras pesquisas. O mapeamento feito, contudo, é suficiente para estendermos um pouco o momento

⁸³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Edição Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Vol. III., p. 41.

análítico em relação às fontes e estudar problemas já indicados que incidem sobre a formação do partido.

Em primeiro lugar, procuramos demonstrar que o “novo sindicalismo”, ou a reconstrução de um movimento sindical independente e combativo, esteve presente, forte e mobilizado em nível municipal, atingindo categorias como metalúrgicos, professores e químicos. Em nosso exame foi possível notar, principalmente através do caso metalúrgico, que a influência do PCB era menor que em outros grandes sindicatos estaduais e que a base local dos sindicatos se encontrava especialmente marcada pela “combatividade”,⁸⁴ o que aproximava esses setores da plataforma de independência de classe sugerida pelos movimentos que compunham o PT.

O estudo de José Cláudio, sobre o catolicismo progressista na cidade de Caxias, nos informa que este campo se aproximou da organização partidária um pouco tardiamente, pressionado pela proximidade da disputa eleitoral de 82. É evidente que essa militância não funcionava apenas em bloco, havendo adesões espontâneas anteriores a esse momento, mas nos parece claro que o grande movimento de militantes católicos e de associações de bairro em direção ao PT, no caso caxiense, ocorreu quando o partido já se encontrava em funcionamento. Essa relação, por outro lado, se numa primeira fase foi motivada pelas disputas institucionais, se transformou efetivamente numa adesão dos militantes ao partido – que se inseriram plenamente nos seus debates internos e sem a conformação de um campo próprio.

Os primeiros militantes formados pelo setor progressista da Igreja a ingressarem no PT, em virtude dos complexos desafios que o novo partido enfrentava, começaram a aderir às suas frações políticas internas. Mesmo quando houve um debate organizado, e, em decorrência, um grande fluxo de militantes oriundos dessa frente para o partido, não ocorre a construção de um grupamento específico ou tendência. De maneira que a militância das comunidades católicas de esquerda aderiu aos grupamentos já existentes, permaneceu independente, ou se reuniu a outras frações, organizando composições maiores. Enfim, há uma trajetória importante após a chegada ao PT que se desdobra no decorrer dos anos 80, que não caberia acompanhar ou descrever.

⁸⁴ Repetimos aqui o termo utilizado por outros autores e pelas fontes, embora já tenhamos questionado o sentido vago dessa “combatividade”.

Ainda assim, conclui-se que dois setores foram importantes na formação dos primeiros organismos do PT em Duque de Caxias: as antigas correntes revolucionárias dissidentes, como Convergência Socialista, Ala Vermelha e MEP; e os militantes sindicais que se encontravam em luta contra as conseqüências da política econômica dos militares para a classe trabalhadora. Numa segunda fase, com surgimento das associações de bairro e a filiação de seus militantes ao partido, apoiados pela ala progressista da Igreja, esses se tornariam sua referência militante hegemônica, embora inseridos numa construção mais antida em termos organizativos. Sua chegada, todavia, não ocorre em oposição aos processos em curso, mas imergindo-se neles.

Há, portanto, um esforço de síntese imperfeito, pois a reunião dessas diferentes frentes no novo instrumento político significou uma mudança qualitativa nele próprio, embora sua estrutura fossilizasse algumas de suas diferenças que, em nossa opinião, tinham fundamentos ideológicos.⁸⁵ Isso porque:

“Sem a atividade do homem, criadora de todos os valores, inclusive os científicos, o que seria ‘objetividade’? Um caos, isto é, o vazio, se é possível dizer assim, já que, realmente, se se imagina que o homem não existe, não se pode imaginar a língua e o pensamento. Para a filosofia da práxis [marxismo] o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto, se se faz esta separação, cai-se numa das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido.”⁸⁶

⁸⁵ Ideologia aqui, entendida nos termos sugeridos por Gramsci – como parte integrante da subjetividade de confere sentido à ação dos homens em sociedade. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, vol. 1.

⁸⁶ GRAMSCI, op. cit., pp 174-175. Grifos nossos.

CAPÍTULO IV

PT E MOVIMENTOS SOCIAIS EM NOVA IGUAÇU

A cidade de Nova Iguaçu, de maneira semelhante a Duque de Caxias e grande parte da Baixada Fluminense, nas primeiras décadas do século XX tinha uma economia marcadamente rural e ligada à exportação de laranjas. Da mesma forma, inclusive, a II Guerra Mundial finalizou um processo de decadência desse cultivo, iniciado poucos anos antes. O fim dos laranjais é o marco de um desenvolvimento de novo tipo em toda região da Baixada, muito ligado à nova fase de expansão industrial vivida pelo país.

Nova Iguaçu, principalmente após a ditadura de Getúlio Vargas, conheceria um dos mais fabulosos movimentos de migração e inchamento urbano em escala nacional. O crescimento industrial do Rio de Janeiro começou a chamar a atenção de quem buscava trabalho e melhores condições de vida no Brasil, o que igualmente serviu de incentivo para que pessoas de outras regiões do país abandonassem seus lares, iniciando uma jornada em busca de empregos melhores na região sudeste. O crescimento populacional da capital federal foi acompanhado de uma valorização territorial e do preço dos imóveis, fazendo com que essa massa de trabalhadores, à procura de residência, se dirigisse às favelas ou às regiões mais distantes do grande centro urbanizado.

De acordo com dados do IBGE, em 1940 a cidade de Nova Iguaçu contava com 105.809 habitantes, número que salta para 727.140 em 1970.¹ O que impressiona não são apenas os números populacionais brutos, pois nesse mesmo intervalo de tempo, segundo o mesmo instituto, o coeficiente populacional nas áreas rurais muda de 46,60% para 0,29%.

¹ IBGE, apud SILVA, Percival Tavares. *Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974 / 1992*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1994, mimeo., 26.

A imagem que se tem é a de que: “*Nova Iguaçu é uma cidade operária, constituída por uma mão-de-obra em geral não qualificada, com muitos migrantes. Em 1980, 55,5% do total da população é composta de migrantes.*”² Cabe esclarecer que, nessa contagem, estão inseridos dados referentes aos municípios atuais de Mesquita, Queimados, Japeri e Belford Roxo, cidades emancipadas apenas durante os anos 90.

A velocidade de expansão da malha urbana em Nova Iguaçu acarretou uma ocupação desordenada dos terrenos e, conseqüentemente, uma carência generalizada de atendimento do serviço público. As condições de higiene, transporte, educação e de tudo que dependesse dos meios estatais e públicos estava muito aquém das necessidades e demandas de um crescente conglomerado populacional. É por essa razão que Nova Iguaçu é portadora de uma antiga tradição de luta por obtenção de serviços urbanos, que acompanharam toda esta trajetória de seu crescimento urbano desde a década de 40. Ao longo das décadas de 50 e 60 foram criadas algumas organizações populares com essa finalidade, como a Associação Pró-Melhoramentos de Nova Iguaçu, com seu congresso sendo reconhecido, anos mais tarde, como o ato de fundação do MAB.³ Nessa época, a principal referência política do movimento era o Partido Comunista Brasileiro (PCB), organização que se manteve à sua frente até a intervenção dos militares em 1964.

Além do movimento associativo, Nova Iguaçu, semelhante ao processo ocorrido em Duque de Caxias, também conheceria um desenvolvimento importante dos movimentos sindicais e por reforma agrária – ambos sob influência da militância comunista. É importante enfatizar as origens desse movimento associativo nos bairros pré-64, porque, à semelhança da tese de Marcelo B. Mattos sobre o movimento sindical, essa tradição será muito importante na retomada das mobilizações durante a década de 70. A memória das lutas e conquistas anteriores, bem como seus métodos de mobilização, estarão presentes na atuação de muitas lideranças que participariam de ambas as fases do movimento associativo. Se há uma disjunção forçada pelos militares na trajetória dos movimentos de bairro em Nova Iguaçu, é possível enxergar as pontes erguidas na resistência, capazes de recuperar essa antiga tradição de luta.

² SILVA, op. cit., p. 26.

³ Idem, *ibidem*.

Nossa insistência na caracterização dos movimentos associativos em Nova Iguaçu se deve ao fato de que este provavelmente foi o mais importante veículo, em âmbito municipal, das lutas políticas travadas a partir da segunda metade dos anos 70.⁴ Nas múltiplas frentes de atuação anti-ditatorial, onde é possível inserir o sindicalismo, os movimentos religiosos e estudantis, teve especial destaque na cidade a construção do Movimento Amigos de Bairro (MAB), protagonista dessa nova etapa dos conflitos de classe na região. Tal constatação embasará todo o exame relacionado a este capítulo, e por esse motivo requer uma maior fundamentação.

Apesar das primeiras intervenções e prisões, incluindo alguns assassinatos por parte dos militares, os movimentos sociais conseguiram sobreviver com alguma estruturação até os anos 68/69, que são marcados pelo AI-5 e a ascensão dos militares “linha-dura” ao centro do poder. Aprofundava-se o barbarismo da repressão política, o fechamento de entidades e a opção de parte significativa da esquerda pelas ações de guerrilha armada. Essa conjuntura teve implicações particulares no caso tratado por nós:

“[certas lideranças perseguidas pelos militares] estavam nos bairros, algumas por questão de defesa mesmo, de não ter confronto maior com o regime militar. Outras porque ao sair da liderança dos movimentos de luta vieram morar aqui na Baixada Fluminense (...) intelectuais inclusive.”⁵

O afluxo de militantes para Nova Iguaçu seria especialmente intensificado com a nomeação de D. Adriano Hypólito para a Diocese da cidade, em 1966, momento em que sua área de atuação ainda abrigava quase que integralmente a Baixada Fluminense.⁶ Seria uma política deliberada da Diocese, após a chegada de D. Adriano, acolher militantes de esquerda perseguidos, atitude que não tardou em ganhar repercussão nacional. Nova Iguaçu tencionava se tornar uma “cidade esconderijo”, tal como fora o Rio de Janeiro para os escravos foragidos no século XIX. Depois de ter sido preso pelos militares, o padre gaúcho

⁴ Entrevista cedida a nós por Percival T. da Silva. Além do MAB, Percival se recorda que teve alguma força os sindicatos dos Comerciantes, Professores e Bancários. Destes, os professores como uma categoria mais restrita, e os bancários ligados ao sindicato estadual, com sede no Rio de Janeiro.

⁵ Entrevista de João Batista de Assis, cedida a Percival T. Silva, apud SILVA, op. cit.

⁶ Duque de Caxias teria diocese própria apenas na década de 80, que ficou sob guarda de outro teólogo de esquerda – D. Mauro Morelli. Antes disso, praticamente todas as paróquias da Baixada se reportavam à Diocese de Nova Iguaçu.

Agostinho Pretto se transferiu em 73 para Nova Iguaçu, e sua justificativa para essa mudança é:

“Quando eu vi que as coisas estavam se tornando cada vez mais e mais cruéis, e eu também na busca de cuidar da minha vida, de minha sobrevivência, sabendo que aqui em Nova Iguaçu existia um homem chamado Adriano, Bispo sergipano, homem de portas e janelas abertas, que abria portas para as pessoas perseguidas, que dava guarda, que dava apoio a quem estivesse em situações difíceis (...)”⁷

A chegada de um bispo “convertido pela Baixada” à teologia da libertação,⁸ conforme ele mesmo dizia, não mudaria as coisas apenas internamente à Igreja Católica. As ações da Diocese, aos poucos, aproximariam essa militância refugiada e escondida pela Baixada em ações coordenadas que atravessaram diversas fases. É claro que as instituições e programas estritamente católicos teriam um papel chave nesse processo, que se iniciam ainda no final dos anos 60, como forma de abrigar os perseguidos e torturados pelos militares. Mas o lento acúmulo conquistado pelas ações coordenadas através da Igreja Católica se tornaria uma força orgânica de classe nos anos 70 – traduzida em movimentos de ação política ofensiva dos “de baixo”.

O importante é destacar, como será melhor estudado, que os movimentos de bairro estiveram organicamente ligados, na origem, às instituições católicas em boa parte da Baixada Fluminense, e no caso particular de Nova Iguaçu. No entanto, o material consultado nessa pesquisa indica que o êxito organizativo, ainda que oriundo da iniciativa de organismos da Igreja, não pode ser bem compreendido sem a participação dos militantes com a experiência pregressa de luta do pré-64 e, menos ainda, sem levar em conta a contribuição decisiva de organizações clandestinas, apoiadas pelas instituições da Igreja.

⁷ Entrevista do Pe. Agostinho Pretto ao Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense - CEMOBA, com sede em Nilópolis.

⁸ Entrevista de Artur Messias, militante do PT e atual prefeito de Mesquita (desde 2004), ao CEMOBA.

4.1 As mudanças políticas no pós-64.

Como já foi analisado no capítulo 3, a intervenção militar procurou desde o início mapear e desarticular os movimentos populares na região da Baixada Fluminense, e em Nova Iguaçu se cumpriu outra vez esta lógica. Em 64, como afirma José Cláudio Alves,⁹ a presença consolidada de organizações militantes de esquerda se refletia, do ponto de vista institucional, numa certa adesão do eleitorado da Baixada ao trabalhismo (PTB), reforçado inclusive pela ilegalidade do partido comunista. Muito dessa identificação política retornaria mais tarde, ao longo dos anos 80, na esteira do “brizolismo” em nível regional, que procurava relacionar a liderança de Leonel Brizola com o resgate dessa tradição política na região.

De todo modo, as instituições do poder público no município de Nova Iguaçu também sofreriam as mudanças introduzidas pela lógica de poder dos golpistas, apesar de algumas vicissitudes locais. Depois das renúncias do prefeito eleito e do vice-prefeito, estava no exercício da função o presidente da câmara municipal, José de Lima, no momento em que os militares anunciaram a intervenção. Em 17 de outubro de 1966, antes, portanto, do decreto em Duque de Caxias, foi nomeado como interventor Joaquim de Freitas, que deveria permanecer nas funções até as novas eleições (que já haviam sido convocadas) a partir dos novos critérios partidários estabelecidos pelos atos institucionais.

As eleições foram realizadas e venceu o candidato da oposição (MDB), Ary Schiavo, que tomou posse em janeiro de 1967. Poucos meses após a posse, enquanto viajava à Alemanha, a câmara de vereadores, por maioria de votos, cassou seu mandato em condições peculiares:

*“Durante toda a noite anterior à cassação, os vereadores da cidade permaneceram na 1ª Companhia de Polícia do Exército, cujo comandante, capitão José Ribamar Zamith, articulava pessoalmente o processo de afastamento. Dos 19 vereadores, 18 votaram seguindo o combinado com o capitão.”*¹⁰

⁹ ALVES, J. C. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias-RJ, APPH-CLIO, 2003.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 101. Informações sobre esse encontro vazaram, e foram publicadas pelo Jornal do Brasil em 16 de agosto de 67.

Como atesta em entrevista Artur Messias, havia se tornado um hábito os encontros de vereadores e chefes de partidos na Vila Militar.¹¹ O vice-prefeito, numa manobra para tentar garantir sua permanência à frente da prefeitura, ingressou na Arena e acenou com a possibilidade de governar como aliado dos militares. Uma guerra de interesses, entretanto, entre ele e vereadores no município, provocaria um verdadeiro rodízio entre o vice-prefeito e o presidente da câmara na direção das funções da prefeitura. A estabilidade somente seria alcançada em fevereiro de 1969, quando a intervenção definitiva é anunciada e assume as funções de prefeito Ruy Queiroz.

A intervenção em 69 ocorre, conforme vimos em capítulos anteriores, durante um momento de ascenso dos protestos populares contra a ditadura. O objetivo dos militares era encerrar a disputa legalista na política do município e dispor de alguém de confiança no momento de endurecimento do regime e aumento da violência na repressão aos movimentos sociais. Essa diretriz política fica evidente ao se analisar o discurso do prefeito “biônico” Ruy Queiroz proclamado ao 1º de maio de 1970:

“A vegetação mais daninha e cheia de parasitas foi arrancada pela raiz, para que não sobreviva com a primeira chuva; entretanto, o jardim terá que ser observado, podado, desinfetado e cuidado para que na vegetação que ficou, possamos ter a certeza e a tranqüilidade de nosso espírito. (...) E este jardineiro zeloso e devotado são as nossas Forças Armadas.”¹²

O arranjo político com os setores dominantes da região e a política de repressão lograram garantir a estabilidade ao poder executivo na região. Em 1972, seriam realizadas novas eleições municipais e a chapa da Arena, composta de dois ex-interventores, sairia vitoriosa – Joaquim de Freitas e João Lubanco. As eleições de 76 seguiram o mesmo compasso, com a vitória do próprio “jardineiro” Ruy Queiroz. Seu mandato, todavia, traria de volta a instabilidade política diante das denúncias de corrupção veiculadas pelo vice-

¹¹ Entrevista de Artur Messias ao Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense – CEMOBA.

¹² Diário de Notícias, 3 de maio de 70, apud Alves, op. cit.

prefeito, Rubem Peixoto, que envolviam deputados federais e a Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (Condeni).¹³

O trabalho já mencionado de José Cláudio Alves apresenta ainda uma interpretação valiosa sobre as conseqüências desses arranjos institucionais: eles são operados e servem às mesmas frações dominantes da região, que, através dos militares, redimensionaram os mecanismos de cerceamento aos movimentos populares. Nos cenários políticos do pré-64, a contenção ao crescimento da esquerda (ainda que apenas sua fração legalizada) lançava mão de expedientes como o clientelismo e o controle sobre a polícia, instrumentos ampliados a essa burguesia pelos novos dispositivos “legais” criados pela ditadura.¹⁴ É por essa razão que a ousadia do MAB, e deve-se mencionar a militância em particular do bispo D. Adriano Hypólito, em denunciar esses arranjos políticos seria severamente punida com o terror de Estado. Em 76 (em plena campanha eleitoral, que terminaria com a vitória de Ruy Queiroz), D. Adriano seria seqüestrado e torturado; e os cada vez maiores passos em direção à organização do MAB seriam respondidos com:

“Várias ameaças de explosão de bombas, casos de espancamentos, violações de correspondência e visitas com interrogatórios estranhos passaram a atingir as principais lideranças tanto dos movimentos de bairros como da Igreja Católica. Em vários desses casos, um autodenominado Comando Delta assumia a responsabilidade.”¹⁵

Durante esse conturbado mandato de Ruy Queiroz ocorreria a ascensão das manifestações populares típicas do final da década de 70, que atingiriam fortemente a vida política em Nova Iguaçu. Neste clima de insatisfação crescente contra a ditadura, os militares adiaram o ano das eleições municipais e implementaram a já comentada estratégia do voto vinculado. As eleições seguintes ocorreriam apenas no ano de 1982, sob a influência da reforma partidária e do, até certo ponto inesperado, sucesso da candidatura de Leonel Brizola (PDT) ao governo do Estado.

¹³ ALVES, op. cit., p. 105.

¹⁴ Certamente essa interpretação, embora José Cláudio não cite diretamente, se relaciona com a tese de René Dreifuss, pois é evidente a articulação do golpe com os setores dominantes da Baixada – e até seus aparelhos privados de hegemonia.

¹⁵ ALVES, op. cit, p.107.

Os resultados eleitorais no município acompanharam o fenômeno geral da Baixada: dos 33 vereadores da cidade, o PDT elegeu 15, havendo um empate entre os outros dois grandes partidos – o PDS, herdeiro da Arena e seus interventores, e o PMDB – ambos com 8 vereadores. Mais importante, porém, é o fato do prefeito eleito em 82, Paulo Leone, também ser membro do mesmo partido (PDT). Os mais fortes sucessos eleitorais do PDT na região seriam verificados justamente nesta cidade e em São João de Meriti, pois Duque de Caxias permanecia sob a insígnia de “Área de Segurança Nacional” (tendo Hydekel de Freitas como interventor) e Nilópolis conviveria com um prefeito, Miguel Abraão, membro do PDS e de uma família de antigos colaboradores do regime militar.

Os movimentos sociais da Baixada enxergaram nessa novidade representada pelas eleições de 82 uma oportunidade nova de obter conquistas, intensificando as mobilizações e as pressões sobre os governos municipais e estadual. Segundo o trabalho de José Cláudio Alves, esses embates revelariam a essência contraditória do governo Brizola, que acenava com iniciativas que correspondiam parcialmente a esses anseios, ao mesmo tempo em que firmava composições políticas com os setores mais atrasados e clientelistas da Baixada.¹⁶

É significativo apontar que, em termos gerais, a ditadura sofrera uma derrota em âmbito estadual, e que uma de suas causas foi a rearticulação dos movimentos populares na Baixada. É possível também verificar a força dessas iniciativas no caso de Nova Iguaçu, pois, além da massiva votação do PDT, este foi o único município da Baixada Fluminense onde o PT conseguiu eleger um vereador. Mais que isso, o trabalho se consolidaria nas eleições seguintes, com a bancada do partido aumentando para 2 vereadores. Não por outra razão, em 1984, dois anos após a eleição do governador, ocorreu um ato conjunto em frente ao palácio do governo coordenado pelos movimentos de bairro de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti exigindo do governo obras de saneamento na região da Baixada.¹⁷ Essa essência contraditória do primeiro mandato de Brizola, associada às lutas políticas dos anos 80, estariam na raiz da derrota do candidato “brizolista” nas eleições de

¹⁶ Id., *ibid.*, pp. 108-109. Há um interessante artigo que versa sobre as transformações no trabalhismo brasileiro, e na personalidade de sua principal figura – Leonel Brizola –, onde o vetor principal que explicaria as contradições descritas acima seria uma influência do pensamento social-democrata europeu nos tempos do neoliberalismo. TRINDADE, Hélio. *Ensaio: o brizolismo e seu legado*. Fundação Perseu Abramo, 2004. Um trabalho integralmente dedicado ao fenômeno político do “brizolismo” é: SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo. Estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

¹⁷ ALVES, *op. cit.* Esse ato ficou documentado pelo *Jornal do Brasil*, publicado em 20 de novembro de 1984.

1986, Darcy Ribeiro (PDT), com a condução de Moreira Franco (PMDB) ao cargo – candidato que tinha como vice-governador em sua chapa o iguaçuano Francisco Amaral.

4.2 MAB e organismos políticos.

Um momento importante, apontado tanto por Percival T. Silva como por Scott Mainwaring,¹⁸ para se compreender o reinício dos movimentos associativos em Nova Iguaçu, é o ano de 1974. A Igreja Católica dispunha de uma agência voltada para os trabalhos de caridade em regiões desassistidas, a Cáritas Diocesana, que passou a ser profundamente influenciada pelo pensamento católico de esquerda irradiado pela diocese da cidade. Bem no início dos anos 70, quando o município se transformava numa espécie de abrigo clandestino para a militância de esquerda, era uma política da diocese e de D. Adriano procurar uma colocação para essas pessoas que procuravam auxílio na Igreja. É assim que em 74 começa a se consolidar o trabalho de um grupo de médicos ligados ao MDB, alguns pertencentes a correntes revolucionárias no seu interior (MR-8, PCB, PCdoB), que atuavam com saúde preventiva através da Cáritas.¹⁹

Esse grupo chegou à entidade por meio da indicação do Padre Paiva, que procurava, no Centro Social de Cabuçu, executar uma experiência coletiva que ultrapassasse o simples trabalho assistencialista. Em entrevista para a pesquisa de Percival T. Silva, ele afirma em perspectiva que essa iniciativa:

“foi fundamental para o surgimento do MAB, porque a Igreja abriu espaço para que esses fundadores do MAB trabalhassem na Baixada, não só legitimando a presença deles que estava condenada pelo Governo na época, que perseguia, não permitia. A Igreja, vamos dizer assim, deu estatuto social, legitimou a presença deles: eram agentes que trabalhavam ali na Cáritas. E com isso podiam se apresentar à população.”²⁰

¹⁸ MAINWARING, S. “A Igreja católica e o movimento popular: Nova Iguaçu 1974-1985” In KIRSCHKE, P. e MAINWARING, S. *A Igreja nas bases em tempos de transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L e PM editores, 1986.

¹⁹ Além do trabalho associativo, essa política consolida um coletivo de médicos sanitaristas, entre os quais se tornariam conhecidos Sérgio Arouca e Lúcia Souto.

²⁰ Entrevista de Ugo Paiva à pesquisa de Percival T. Silva.

É certo que essa iniciativa da diocese de Nova Iguaçu não pode ser explicada satisfatoriamente sob um ângulo estritamente religioso, afinal os próprios padres sabiam que a grande motivação dessa militância que resolveu trabalhar na região era de matiz ideológica. Por outro lado, o ambiente criado pela aproximação da Igreja, talvez aí com sua respeitabilidade construída em torno do aspecto religioso, com uma população vivendo em condições de extrema exploração e sob um regime autoritário, ao lado da colaboração de militantes de esquerda que passavam por um processo de revisão de sua estratégia política, são a soma de fatores que catalisaram a grande explosão de associações pela cidade nos anos subseqüentes.

Não bastassem esses elementos, apesar de uma afinidade com a plataforma progressista, muitos padres e lideranças religiosas na cidade não dispunham de longo tempo de militância. A consequência disso é que, para as ambições políticas do próprio corpo do catolicismo de esquerda, o convite aos militantes perseguidos era oportuno, no sentido de impulsionar e acelerar o processo de formulação política das bases da Igreja. Embora recorrendo a uma visão um pouco mecânica da formação das subjetividades humanas, a entrevista do Pe. Matheo Vivalda explicita muito bem a dimensão que queremos destacar:

“De certa maneira, foi providencial (...) a vinda dessas pessoas de fora que tinham certo conhecimento, certa liderança, uma certa abertura mas não tinham bases. De certa maneira, podemos dizer que a Igreja entrou com a base, e essas lideranças vindas de fora entraram com a cabeça deles, com o trabalho deles, o projeto deles.”²¹

Percival, inclusive, sintetiza bem a questão que envolve o trabalho da Cáritas em Nova Iguaçu:

“Evidentemente, esses médicos sanitaristas são portadores de um projeto político. Por isso, encontram desde o início resistências na Diocese, tanto da parte do clero progressista, mais ‘esclarecido’ politicamente (...), como do clero conservador. No entanto, a sua franqueza, ao explicitar que não são católicos e que suas contribuições serão apenas de ordem médica e política, leva-os a manter boas relações com D. Adriano e o clero progressista.”²²

²¹ Entrevista de Matheo Vivalda a Percival T. Silva.

²² SILVA, op. cit., pp 38-39.

Consideramos, por essa razão, que a principal motivação desse esforço coordenado no trabalho da Cáritas tem um caráter primordialmente político, cuja força ultrapassa a superfície da caridade religiosa. O trabalho médico ambulatorial, que se iniciou em abril de 1975, não se restringiu apenas ao atendimento da população que recorre à Cáritas, uma vez que nas “consultas” os médicos superpunham as enfermidades que chegavam ao posto com as condições de habitação da população da cidade. Os estudos terminavam registrados num “Diário da práxis dos sanitaristas”,²³ elaborado pelos militantes em coordenação com a diocese. Aos poucos, o programa começou a se desdobrar, realizando trabalhos de assistência à maternidade, cursos de educação para a saúde, sempre reforçando em suas iniciativas as questões de caráter político. A consequência principal dessas ações é:

“Existiam muitas lideranças populares por aí, como o Laerte Bastos. À nível teórico, que ajudavam o movimento a refletir, foram chegando, engrossando, o Nelson Nahon, a Dilcéia Nahon, pessoas que também foram presas, perseguidas. E o Sinval, falecido, líder sindical que também foi preso. Nessa de discutir esse negócio, começaram a aparecer lideranças que tinham tido um trabalho, tido suas prisões, já tinham uma noção de organização popular, até de uma luta.”²⁴

As iniciativas dos sanitaristas funcionaram como um amplificador do processo de aglutinação da militância em dispersão iniciado pela Igreja, sob a influência de D. Adriano. O trabalho dos ambulatórios nos diversos bairros de Nova Iguaçu, com participação de representantes de Nilópolis e São João de Meriti, se transformou num movimento coordenado a partir do 1º Encontro dos Ambulatórios da Cáritas, em 8 de novembro de 1975. Esse encontro, partindo do acúmulo de debates, decidiu pela convocação, com regularidade, de novas reuniões dos que atuavam nessa frente, além de condensar uma publicação contendo as resoluções do encontro. O elemento central da política aprovada nas primeiras reuniões é a conclusão de que o tratamento ambulatorial atuava apenas nas consequências sanitárias das péssimas condições de habitação da cidade, e que, dessa forma, a única rota para uma solução definitiva da crise de saúde na Baixada seria a luta organizada da população por melhorias urbanas.²⁵

²³ Idem, ibidem, p. 40.

²⁴ Entrevista de Azuleicka Sampaio a Percival T. Silva.

²⁵ Resolução do 2º encontro, de março de 76.

Ficou estabelecido que as reuniões ocorreriam a cada dois meses, e que suas decisões se transformariam num boletim batizado de *Encontro*. A cada encontro, a quantidade de pessoas a participar das reuniões aumentava, assim como cresciam as ações descentralizadas, organizadas por cada bairro e em cada um dos ambulatórios da Cáritas. Essas iniciativas variavam muito, com a realização de cursos e palestras abertos à população; passando por mutirões de trabalho, como para remoção de lixo; e, finalmente, atingindo lutas políticas de pressão sobre o poder público.

O acolhimento de militantes perseguidos e as ações da Igreja em Nova Iguaçu causaram reações violentas por parte dos militares, que em setembro de 76 seqüestram e torturam D. Adriano Hypólito, abandonando o Bispo numa estrada nu e pintado de vermelho (numa alusão aos movimentos de esquerda). O episódio teve repercussão nacional, provocando um reforço da linha pastoral adotada pela diocese da cidade e a adesão de um número maior pessoas aos encontros promovidos pela Cáritas. É curioso que a repulsa popular a um ato de crueldade por parte dos militares tenha causado o empurrão necessário para o lançamento da idéia de um grupo de “Amigos do Bairro”, debatida no encontro de outubro do ano de 1976.²⁶

O mesmo ano, todavia, ainda seria marcado pela vitória da Arena nas eleições municipais, que reconduziram à prefeitura Ruy Queiroz. O crescimento dos encontros e a situação política do país e da ditadura embasariam um documento produzido pela Cáritas, onde é nítida a prioridade concedida a temas políticos, sobretudo em relação à conjuntura nacional. Esses são sinais das mudanças que se avizinhavam, com uma crescente busca por autonomia de parcela significativa dos movimentos de bairros frente às instituições da Igreja:

“No relatório do 6º encontro, janeiro de 77, pela primeira vez, não há referência aos ‘Grupos de Saúde’. (...) Aos poucos, nota-se um caminho para a autonomia trilhado pelos participantes dos encontros. A partir de então, a preparação e a coordenação de cada encontro começa a ficar sob a responsabilidade de um bairro. Até então estivera restrita à equipe de saúde da Cáritas.”²⁷

²⁶ SILVA, op. cit., p. 45.

²⁷ Idem, ibidem, p. 47.

O movimento, formalmente, se transformaria em Amigos do Bairro no encontro de maio de 1977. Essa autonomia do movimento frente a Cáritas não significou, prontamente, um afastamento dos Amigos do Bairro de suas origens. Ao contrário, as pastorais católicas continuaram mobilizando para suas atividades programadas, assim como permaneceu ativa a participação dos militantes da área de saúde, embora existisse, sim, um salto qualitativo – a construção de um espaço específico para as discussões e lutas referentes aos problemas dos bairros. Os encontros continuaram se realizando durante todo o ano de 77 e a participação popular se ampliava, acolhendo representantes de bairros da capital e de outras cidades vizinhas, como Duque de Caxias.²⁸ Isso significa dizer que, na ocasião da retomada das mobilizações populares no Rio de Janeiro, o “pioneirismo” do MAB se tornava uma referência capaz de contagiar ações em outros municípios.

Essa nova fase do MAB receberia a seguinte avaliação da pesquisa de Percival T. Silva, referente ao encontro de novembro de 77:

*“Em suma, nessas conclusões avaliativas profundas do Movimento em 1977, vemos indicativos fundamentais para um movimento orgânico, democrático e autônomo, independente de ‘políticos’ e da Igreja. O movimento está preocupado em motivar e apoiar os moradores para se organizarem em seus bairros e também preocupado em canalizar, reforçar e articular os Amigos do Bairro existentes.”*²⁹

Um segundo salto de qualidade importante de ser assinalado é a decisão, tomada no processo de expansão do movimento, de criar uma coordenação geral. Isso representa uma diferença pois tornava o movimento capaz de apresentar lutas gerais, ao invés de ações fragmentadas ligadas às questões específicas nos bairros. O mais importante, contudo, é quando essa coordenação deixa de ter um caráter federativo, assumindo as suas funções quadros politicamente escolhidos para dirigir o movimento. Essas alterações, que ocorrem ao longo dos encontros do ano de 78, introduzem entre os problemas debatidos pelo MAB as questões de ordem política geral, como o posicionamento frente a governos, partidos, participação do movimento nas manifestações contra a ditadura, etc. Essas mudanças

²⁸ BERNARDES, Júlia. *Espaços e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983, p. 18.

²⁹ SILVA, op. cit., p. 54.

também se encontram refletidas no novo jornal do MAB, que ao mudar de nome também deixa de ser apenas um informativo dos encontros.

“A partir deste número, nosso jornalzinho entre numa nova etapa. Ele deixa de ser um simples relatório dos Encontros dos Amigos do Bairro para se transformar num informativo geral do Movimento. Sai agora trazendo mais informações e notícias daqui e de outros lugares.”³⁰

Nessa etapa, representada pelas mudanças de 78, *“as associações continuaram sendo o principal instrumento para a organização dos bairros. O MAB coordenou esses esforços, transformando-os num projeto mais coeso, capaz de pressionar o Estado a ser mais receptivo às necessidades da população.”³¹* A partir desse salto de qualidade, o MAB começou a ter visibilidade, a aparecer nos jornais, não podendo mais ser ignorado pelas forças conservadoras que ocupavam a prefeitura. Além disso, o tratamento de temas mais diretamente ligados a questões políticas começaria, dentro do movimento, a promover as primeiras divergências. Elas, no entanto, não chegaram a criar obstáculos às lutas encaminhadas pelo MAB durante os anos 78 e 79 – que continuaram avançando e conquistando adeptos. Nesta fase, é nítido um aumento da participação dos membros da Pastoral Operária da Igreja nos fóruns do MAB, organização que mantinha uma postura crítica frente à linha política defendida pelos sanitaristas do MDB.³²

As variações efetuadas pela conjuntura e na estruturação do MAB levaram-no a uma ousadia, quando, a partir da estratégia de pressionar o poder público, o prefeito foi convidado a uma assembléia do movimento marcada para outubro de 78. A prefeitura enviou apenas um assessor, o que desagradou os organizadores do MAB, fazendo com que o movimento retornasse com vigor às estratégias de mobilização e pressão sobre a prefeitura. É interessante notar que o MAB procurava quebrar a cadeia clientelista reinante na Baixada Fluminense, a partir da qual as reivindicações de caráter popular passavam pelo gabinete de um vereador (coisa que, aliás, tem voltado a se tornar hegemônica) ou por uma secretaria da prefeitura, que transformava em interlocutores os agentes da política dominante.

³⁰ Movimento Amigos do Bairro, maio de 78.

³¹ MAINWARING, op. cit., p. 215.

³² Entrevista de Ivo Lesbaupin a Percival T. Silva.

A insistência da militância do MAB acabou conseguindo dobrar a prefeitura no ano de 1979, que se comprometeu a marcar audiências semanais com o prefeito. Nesses encontros, o movimento adotava a rotina de entregar um relatório (escrito ou oral) com os principais problemas identificados pelas bases do MAB nos diversos bairros. É necessário enfatizar que essa política só se tornava viável pela pressão da conjuntura política no país, que em 78 assistiria a uma votação massiva no MDB, ao início das greves do movimento sindical, além, especificamente, da fragilidade da prefeitura de Ruy Queiroz – denunciado por seu próprio vice-prefeito por corrupção – e da crescente representatividade do MAB. Segundo um dos coordenadores do movimento, Nelson Nahon, essa conquista trouxe consigo responsabilidades que punham em primeiro plano as opções estratégicas do movimento. Dessa forma, a expansão do MAB também significou a experiência da convivência de diferentes concepções de organização e luta:

“Nesse sentido, uma das características dos grupos é a existência de diferentes e até divergentes concepções; diferentes maneiras de enxergar o próprio grupo. É, portanto, um instrumento de natureza ampla, que comporta no seu interior desde um cabo eleitoral, até aqueles que enxergam um pouco além da luta imediata por melhorias no bairro.”³³

Os traços de independência, organicidade e enraizamento popular se acentuaram nos anos seguintes, consolidando também algumas frações na disputa interna, e dispondo o MAB, como acentuou Percival T. Silva, na trilha da sociedade civil contra-hegemônica.³⁴ São muito numerosas as lutas encaminhadas pelo MAB, o que foge ao propósito de nosso trabalho estudar, tornando-se necessário apenas acrescentar que o principal desafio do movimento eram as audiências com a prefeitura. Segundo Percival,

“A rotina das audiências torna-se, desde o princípio, uma contenda permanente entre dois pólos opostos – Movimento e poder municipal –, ambos inexperientes e necessitando urgentemente estruturarem-se para enfrentar a nova situação.”³⁵

³³ Entrevista de Nelson Nahon em BERNARDES, op. cit.

³⁴ SILVA, op. cit., p. 79.

³⁵ Idem, ibidem, p. 87.

Esse desafio fez com que a capacidade organizativa do MAB oscilasse muito, ora se aproximando de um ativismo disperso, ora alargando as responsabilidades da coordenação geral. É evidente que essas diretrizes também eram consequência das disputas internas entre as diferentes concepções de estratégia política, que a partir de 79 ganham um novo elemento: o decreto de reforma partidária. O que procuramos destacar até aqui, é que existe certo embasamento na afirmação de que o MAB era o mais importante movimento social em Nova Iguaçu durante o processo de crise da ditadura. Não nos interessa reforçar, especificamente, esta imagem de hierarquia estabelecida por alguns dos estudos consultados, mas apenas constatar que o movimento era indiscutivelmente forte e pioneiro na estratégia de pressão sobre os governos locais, na defesa de melhorias das condições de vida da população pobre. Isso se confirma com a notável influência que a experiência do MAB teria para movimentos correlatos no Rio de Janeiro, em Duque de Caxias (MUB) e em São João de Meriti (ABM).

Movimentos sociais e Partidos.

O confronto constante com o poder de Estado e a crescente importância política do MAB o aproximou de outros movimentos populares da época. O MAB cada vez mais trabalhava em conjunto com a pastoral operária e alguns sindicatos, participando também do fórum de entidades que inauguraram a campanha pelas eleições diretas. Essas questões fizeram também com que o MAB desempenhasse um importante papel na organização de federações em nível estadual, como no processo de criação da FAMERJ e da FAFERJ no início dos anos 80.³⁶ Como reflexo desse amadurecimento do movimento em direção às questões políticas de natureza geral, no jornal do movimento de setembro de 1981 se encontra:

“Hoje sabemos que para resolver o problema da saúde, da educação, dos transportes, da carestia, do desemprego temos que mudar o regime que governa nosso país. Temos que lutar por um regime democrático com a participação de todos os trabalhadores e

³⁶ Id., *ibid.*, p. 110. O congresso de fundação da FAMERJ ocorreu em maio de 1983 na UERJ, reunindo mais de 1250 delegados. A direção foi eleita em chapa única e dela participavam três diretores do MAB: Nelson Nahon, Antônio Ivo e Maria José. Ver: Silva, *op. cit.* p. 147.

democratas. E hoje esta luta passa pela defesa das eleições sem casuísmos em 1982, para escolhermos o Governador, os deputados, o Prefeito e os vereadores de forma livre, partindo, também, para as eleições diretas para Presidência da República em 1984.”³⁷

A partir dessas novas ações do MAB e das pastorais na cidade, apesar da política de “distensão” e “anistia”, a direita insistia nos atos de intimidação e perseguição política às lideranças do movimento, e as denúncias dos conservadores contra o MAB chegaram aos discursos parlamentares em Brasília. Essas ações somente reforçavam uma conclusão a que o movimento já tinha alcançado: era necessário aprofundar os vínculos dessa militância com os debates de ordem política geral. Isso ocorria por uma conjunção de fatores, onde se observa: a) o pertencimento de parcela da militância do MAB a correntes e organizações de expressão nacional (incluindo-se aí a equipe da Cáritas); e b) os desdobramentos das lutas nos bairros, já que cada vez mais o êxito de suas lutas dependia de mudanças sensíveis na composição da sociedade política.

O problema é que o próprio caráter do movimento o impedia de ser o veículo criador dessas diretrizes políticas estratégicas, pois se tratava de uma frente de massas com ampla participação popular. Além disso, já figuravam divergências sobre esse tema na órbita de ação do MAB. Dessa maneira, a consolidação do MAB ao longo dos anos 80 se deu mediante a vinculação crescente de sua militância às organizações político-partidárias, mesmo que clandestinas ainda, num movimento que se justifica pelos próprios desafios postos pela conjuntura ao MAB.

Nesse sentido, algumas poucas lideranças foram cooptadas pelos partidos da ordem, com os militantes mais expressivos participando do PT, do PMDB (frações de esquerda) e, em menor escala, do PDT. “*Entre os membros da Coordenação original, 11 optaram pelo PMDB e 8 pelo PT.*”³⁸ A vinculação com o PMDB, além de resultado da atuação dos médicos sanitaristas (a maioria vinculados ao MR-8), ocorreu também por uma afinidade da militância mais antiga com o PCB e pelo processo de reconstrução do PC do B – todas organizações que ainda permaneciam em parte abrigadas no PMDB. Já o PT aparecia como fruto de um trabalho mais próximo às pastorais da Igreja e à atuação de pelo menos uma

³⁷ Encontro, nº30, setembro de 1981.

³⁸ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 217.

corrente revolucionária importante na Baixada, a Ala Vermelha, que mais tarde daria origem à corrente Força Socialista no interior do PT.³⁹ É necessário ressaltar que a essência política desse deslocamento está, como frisou Gramsci, num paulatino amadurecimento em direção às questões universais, à necessidade de avançar do patamar das lutas econômico-corporativas para ambições mais amplas, ou, em outros termos, para um projeto de classe. Foi aí que se impuseram as principais diferenças de leitura estratégica atravessadas pela esquerda no país, assunto a que nos detivemos no capítulo 2.

Há uma série de ligações muito fluidas e dinâmicas que ficariam mal expostas numa abordagem esquemática, e que por outro lado precisariam de uma abundância de fontes para serem mapeadas a contento. Há pelo menos três grandes campos tratados por nós até aqui: 1- militantes da estrutura do catolicismo progressista (pastorais e Igreja); 2- militantes do MAB; 3- membros dos organismos estritamente políticos. As dificuldades aparecem, por exemplo, ao se constatar a possibilidade de que simultaneamente uma só pessoa poderia ser membro da Pastoral da Juventude (organização católica), participar do MAB no seu bairro e ainda se encontrar filiado ao PT numa de suas tendências internas.

Apesar dessa ressalva, seguir adiante este estudo sem melhor equacionar essas questões poderá prejudicar a argumentação pretendida. Para este problema posto, destarte, serão feitas algumas considerações baseadas na documentação observada com o intuito de procurar entender, da forma mais clara possível, nosso objeto de estudo. Assim, nos parece que as alterações provocadas pela conjuntura dos anos 80 definiram o MAB como sendo um dos movimentos sociais e, conseqüentemente, um espaço amplo onde se apoiaram algumas lutas da classe trabalhadora. De outro turno, o veículo formador das “vontades coletivas”, criadores, em última instância, do combate contra-hegemônico e ideológico, estaria mais bem localizado entre as organizações partidárias (clandestinas ou não) e da Igreja. Acreditamos que os trabalhos pastorais leigos, a partir do núcleo central da teologia da libertação, constituíam um corpo doutrinário ideológico capaz, sim, de engendrar uma práxis a seus militantes, se aproximando, portanto, das funções coletivas de um “partido”.

Essas observações implicam numa série de outras questões que, presentemente, não temos condições de abordar com a profundidade necessária. A primeira é uma contradição

³⁹ Informações cedidas em entrevista por Percival T. Silva.

inerente à situação dos militantes católicos que ingressam nas novas organizações políticas dos anos 80. Afinal, que espaço teria maior influência sobre a formação de sua práxis política individual – a Igreja ou o partido? Bem, se formos procurar a resposta isolando os casos singulares, seria necessário enveredar por outras ciências e dispositivos teóricos que não se encaixam em nossa proposta. É mais coerente procurar uma lógica que incluísse movimentos coletivos, situando a questão em seus aspectos gerais e a partir das relações de classe. Nessa perspectiva, o bloco PT-CUT se tornaria a principal alavanca das lutas do proletariado brasileiro durante os anos 80, e vimos que sua composição era uma síntese parcial que abarcava grupos de origens muito diferentes, entre eles parte dessa militância que forjou sua identidade no meio religioso. Esse fenômeno geral da grande política transferiu significado ao partido e crescentemente polarizou os militantes, que passaram, como *tendência geral*, a priorizar cada vez mais a instância “partido” em lugar das instâncias católicas para os debates políticos. Note-se que “partido” aqui não se refere especificamente aos fóruns organizativos do PT, pois é necessário incluir aí as frações ou “tendências” intra-PT (uma vez que a trajetória do partido comporta experiências variadas), mas faz alusão, sobretudo, aos espaços orgânicos especificamente dedicados à elaboração política.

A atuação da Pastoral Operária, segundo Ana Maria Doimo⁴⁰, se dedicou durante toda a década de 70 à crítica do controle da estrutura sindical pelo Ministério do Trabalho. De forma semelhante, ela acompanhou a trajetória dos demais organismos de base da Igreja no país, que travavam outras importantes lutas na virada dos anos 70/80. Esse ambiente, de retomada das mobilizações populares com participação direta de pessoas das comunidades de base da Igreja, inaugurou, como nota a autora, um período de intensos debates no seio do catolicismo progressista.

Segundo o trabalho citado, prevaleceu, em meio às disputas, a tese defendida por um artigo de Frei Betto, também semelhante a um texto aprovado pela CNBB, onde, em síntese, se sustenta que os militantes das comunidades de base, com o enfraquecimento da repressão, deveriam procurar os canais independentes de manifestação política, como

⁴⁰ DOIMO, Ana M. “Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade” In MAINWARING, Scott e KRISCHKE, Paulo (orgs.) *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre, CEDEC, 1986.

sindicatos e associações, e mesmo organizar seus núcleos de representação partidária.⁴¹ Ou seja, essa questão que trazemos foi objeto de debates intensos entre a militância católica. A Igreja, segundo entrevista com Percival T. Silva,⁴² continuou se dispondo a ser o ponto de encontro de militantes sindicais e das associações, inclusive pautando na comunidade católica eventuais problemas e dilemas de ordem política vividos por essa militância. Contudo, fica evidente que a nova conjuntura implicava, inclusive aos católicos de esquerda, a consolidação de espaços de luta orgânicos mais amplos, que prescindissem dos vínculos diretamente religiosos.

“Com a ‘abertura’ – ou seja, a necessidade de o regime redefinir seus rumos, devido à nova conjuntura internacional e ao avanço qualitativo do movimento popular e operário -, a sociedade civil brasileira adquire uma nova configuração. O movimento popular e o movimento operário se emancipam, prescindindo de seus vínculos com a Igreja.”⁴³

Dessa forma, as pastorais católicas, que haviam impulsionado uma aproximação com as “oposições sindicais”, os movimentos associativos nos bairros, com o MST, etc., se viram diante de dilemas sérios quando surgiu a reforma partidária e o MPT. É evidente que naquelas primeiras lutas sindicais eventualmente surgiriam os problemas da “grande política”, e essa militância enfrentou os debates relacionados com os novos partidos que apareceram no pós-79. Em alguns casos, as discussões foram mais organizadas, como em Caxias – quando a maioria dos católicos em trabalho pastoral decidiu optar pelo PT; em outros, as escolhas ficaram mais ramificadas entre os coletivos ou tomadas individualmente. Apesar dessa multiplicidade, parece-nos claro uma identidade da militância de origem católica com o PT. Foi essa identificação, marcada não por “radicalismo” apenas, mas por uma necessidade de demarcação dos conflitos de classe – incompatível com as estratégias dos grupos ausentes do processo de construção do PT, que levaria Leôncio Rodrigues a simplificar o partido como um partido da Igreja.⁴⁴

⁴¹ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1979-1982*.

⁴² Entrevista de Percival T. da Silva a nossa pesquisa.

⁴³ BETTO, Frei. “Prática pastoral e prática política” in *Cadernos do CEDI*. Suplemento nº 26, Rio de Janeiro, Tempo e presença, março / 1980.

⁴⁴ RODRIGUES, Leôncio M. *Partidos e Sindicatos*. São Paulo, Ática, 1990.

Elementos de interligação entre católicos de esquerda e o PT.

O Congresso do MAB de dezembro de 1981 foi mais um dos momentos importantes em sua trajetória. Neste caso, tratava-se de um grande esforço de mobilização para a legalização da entidade, além de já se encontrarem bastante definidos os vínculos políticos de sua militância. O teor das discussões, segundo algumas entrevistas consultadas, é um tanto decepcionante, pois se prendeu demais às questões ligadas à legalização e esvaziou-se o conteúdo propriamente político do Congresso. De qualquer maneira, é significativo o seguinte quadro:

“A coordenação modifica-se. A hegemonia do MAB passou ao PT-Igreja (linha mais basista), em composição com o PT tendências (Ala Vermelha, MEP) e o ainda ilegal PCdoB com 176 votos. O PMDB (MR-8, PCB, ala progressista do PMDB) e o setor da Igreja sob sua influência ficam de fora com 121 votos.”⁴⁵

É fundamental na avaliação que se faz desse complicado processo político evitar as simplificações e a idealização de modelos. É evidente que a crescente politização do MAB não foi saudada em mar calmo, e nem recebida com euforia por todas as bases do movimento. Sequer o crescente compromisso político das lideranças dos organismos católicos, com a anuência de seus próprios fóruns, ocorreu de forma linear e consensual. Se afirmamos que a politização e a identificação dos militantes católicos com o PT ocorreu de forma tendencial, isso não isenta esse processo de conflitos e eventuais retrocessos. Uma das crises abertas com o ingresso das lideranças do MAB em organismos políticos era a denúncia de “partidarização” e abandono das bases do movimento, fenômeno que ficou conhecido como “basismo”. Era comum à política “basista” insistir na realização de fóruns de ampla participação, denunciar o excesso de responsabilidades das instâncias de direção, e, longe de ser algo restrito às associações de moradores, o “basismo” percorreu o movimento estudantil, sindical e, mesmo, partidos e outras organizações políticas.

⁴⁵ SILVA, op. cit., p 137.

Essa trajetória conflituosa, no entanto, não impede que se verifique nesse congresso do MAB uma substancial participação das organizações políticas e, o que é mais importante para o nosso caso, o fato do PT ter se tornado, com suas subdivisões, o partido dirigente do mais importante movimento associativo de Nova Iguaçu. Essa virada, todavia, também foi responsável pelo início de ferrenhas disputas no interior do movimento, com denúncias de parte a parte, troca de acusações através de documentos públicos, etc.

São justamente as questões políticas de caráter nacional ligadas à constituinte que dividirão o MAB em seu congresso em novembro de 1985. Nele, há a formação de duas chapas: a de número 1 incluindo PCB, PCdoB e PMDB; e a 2 formada pelo PT e ALP (grupo de militantes de base). O resultado é uma vitória apertada da chapa 1, por 305 votos a 280. Desse quadro, é possível notar a cristalização, ao longo dos anos 80, de dois grandes campos nesse movimento, que correspondiam às divisões formadas pela esquerda nos movimentos sociais em geral e às diferenças de estratégia discutidas anteriormente.

4.3 Considerações sobre o PT em Nova Iguaçu.

O ponto de vista da pesquisa de mestrado de Percival T. Silva aponta que foram as disputas entre as frações partidárias dentro do MAB que iniciaram sua desarticulação como movimento de massas, tanto pelo acirramento da luta interna como pelo “aparelhismo” e “vanguardismo” dessas correntes.⁴⁶ Sem entrar no posicionamento valorativo, fica evidente que o MAB, com a importância regional que tinha, se inseria plenamente nas disputas do campo de esquerda – reflexo do estágio dos conflitos de classe no Brasil.

O que também fica claro em boa parte do material analisado é que, desde o nascimento, o MAB teve uma ligação muito próxima com a Igreja Católica e que a maioria dos militantes oriundos desse meio se aproximaram das correntes dedicadas à fundação do PT. Por esse mesmo motivo, no início dos anos 80, o partido conquistaria uma importante influência no seio do movimento. Há alguns documentos que reforçam essa importante base militante apoiada na tríade CEB´s-MAB-PT. Reunimos alguns materiais utilizados em

⁴⁶ SILVA, op. cit., p.283.

discussões coletivas de formação, elaborados por organismos ligados à Igreja ou aos movimentos associativos, onde transparece de maneira clara a inclinação do catolicismo progressista ao PT.

Em 1982, a arquidiocese de Goiás lançou uma série de cartilhas com o objetivo de orientar os participantes das atividades pastorais para as eleições que se aproximavam, e esse material foi muito veiculado em Nova Iguaçu. As cartilhas têm um formato que se preocupa em ser didático e codifica a mensagem de acordo com uma estória elaborada a partir do dia a dia de trabalhadores nas cidades. Nesses contos, tudo o que envolve a política é relacionado com as coisas da vida dos trabalhadores, privilegiando a relação entre a política e o conhecimento comum, através da opinião de pessoas simples e críticas formuladas por elas contra as campanhas conservadoras. As cartilhas nos permitem, no entanto, ir além, percebendo seu claro posicionamento em relação aos partidos políticos, donde é possível inferir que o movimento em direção ao PT protagonizado por militantes dos MAB (e também do MUB em Caxias, e da ABM de São João de Meriti) acompanhou uma tendência nacional.

Sobre o PDS, a cartilha informa:

*“É o partido do Governo. Foi criado para ficar no lugar da antiga Arena. O presidente nacional do PDS é o senador José Sarney, do Maranhão. Em Goiás, seu presidente é o suplente **biônico**, José Caixeta. Todos os atuais governadores de Estados (inclusive Ary Valadão, de Goiás), são do PDS. Foram todos nomeados pelo Governo Federal.”*

Já a respeito do PMDB: *“A campanha eleitoral do PMDB defende a necessidade de um governo com a participação das várias camadas da população e prega o combate à ‘corrupção do atual governo.’”* O PT:

“O programa do PT fala de ‘acabar com a ditadura’ e dar liberdade para todo o povo; permitir que o povo tenha voz na política; que o trabalhador decida o que fazer com a riqueza que produz; a revogação da Lei de Segurança Nacional; autonomia e liberdade sindical; reforma agrária radical; construir uma sociedade sem exploradores e sem explorados. Os membros do PT que forem eleitos em novembro vão entregar de 40 a 60% de seus salários para o partido.”

É absolutamente clara a escolha do documento pastoral pelo PT. E ainda há outra característica importante: não é um documento de uma CEB, mas de um órgão pastoral da Igreja, que conta com a participação de pessoas do corpo eclesial. Apesar da Igreja como instituição manter-se distante das iniciativas partidárias de esquerda (durante os anos 80 ainda iria, inclusive, condenar a teologia da libertação), reforçamos aqui a ligação entre o catolicismo de esquerda e o PT – articulação fundamental para entender o partido em Nova Iguaçu.

É evidente que somente um documento seria pouco para ilustrar essa associação. Recolhemos também uma outra cartilha utilizada para educação intitulada “O cristão e a política”, impressa em 1985 pela regional da CNBB do extremo oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) – também utilizada em processo de formação na base de Nova Iguaçu. A dinâmica seguida por ela acompanha a metodologia da anterior, marcada por uma identidade muito clara com as teorias pedagógicas de Paulo Freire. A fórmula utilizada pela cartilha também privilegia ambientes comuns aos trabalhadores que residem em periferia, com questões que instigam reflexões sobre a realidade política utilizando temas geradores como a própria religião para tratar da política. A cartilha, além disso, deixa explícita a predileção e o estímulo à militância política organizada e ao PT, apesar de se tratar, da mesma forma, de um impresso da instituição católica. Teses socialistas, na mesma medida, estão presentes; como em um quadro que compara a “Sociedade que temos” com a “Sociedade que queremos”, figurando entre “o que se quer”: *“que os bens sejam divididos, que todos tenham igualdade de oportunidades; o poder esteja a serviço da maioria, isto é, dos que trabalham; (...) a terra, as fábricas, os bancos, estejam sob o controle dos trabalhadores e a economia torne os homens mais iguais.”*

O Centro de Educação Popular – Instituto Sedes Sapientae (CEPIS)⁴⁷ imprimiu uma série de apostilas com o título “Caderno de educação popular”, em cada edição tratando de uma temática diferente relacionada com o trabalho político no movimento popular. Na edição que trata do assunto: “O que é política, partido e a atual reformulação partidária”, de

⁴⁷ Instituição católica que também enviava suas publicações às pastorais da Igreja. As cartilhas eram impressas em São Paulo, assinadas pelas Edições Paulinas. A edição mais antiga encontrada é a de número 3, impressa em 1981.

novembro de 1981, é possível reparar um desenho semelhante aos descritos anteriormente. Elas estavam presentes nos cursos de formação, círculos de leituras, CEB's, associações de moradores, etc. A cartilha do CEPIS em questão ainda reforça a afinidade com os partidos de oposição e com o PT em especial.

“PDS - É a Arena com nome novo. (...) Tem maioria no Congresso Nacional e em quase todos os Estados. (...) Sua força vem da pressão governamental, principalmente através do controle de verbas, e vem também da falta de organização (e consciência política) do povo em muitos lugares do país onde ainda não existe um trabalho de conscientização, ou onde esse trabalho ainda está no começo. (...)

PP - Tem uma leva de donos de banco na sua direção. (...) No fundo, o PP representa setores que foram beneficiados (e muito) com o regime militar mas hoje propõem uma certa mudança de rumo, com os militares entregando o governo para a chamada 'classe política'. Querem eleições diretas e jogo político aberto, mas logicamente com a defesa do grande capital e dos grandes lucros. (...)

PMDB - (...) Representa a união de setores bem diferentes, mas que consideraram continuar unidos num mesmo partido até o fim do regime militar. Tem grandes empresários e setores vinculados à luta popular. (...)

PT - (...) No começo, o PT falava em construir um partido só de operários, só de gente que usa macacão, o que deixaria de fora todos os profissionais que, mesmo não sendo operários, lutam por uma sociedade que seja controlada por eles. Depois, essa idéia mudou tornando-se mais aberta, porém defendendo no seu programa a busca de uma sociedade mais justa, igualitária, sem exploradores e explorados.”⁴⁸

As definições não só assumem com clareza uma maior simpatia pelo PT, como também destacam, na história específica do partido, o momento em que ele deixa de ser uma proposta original do círculo de sindicalistas do ABC e passa a envolver os movimentos populares e de origem católica. O que o documento da CEPIS mais chama atenção, em relação às qualidades destas novas agremiações de esquerda, é justamente o compromisso que assumem em relação às organizações populares (há um item chamado “Qual a relação entre os partidos políticos e movimentos populares?”). Um número que merece ser mencionado é o Caderno de Educação Popular nº 12 do CEPIS (setembro de

⁴⁸ Deixamos fora as definições a respeito de outros partidos porque não interferem de modo significativo nas questões interpretativas a serem levantadas.

1988), escrito por Frei Betto e com o título: “10 mandamentos da relação fé e política”, que sintetiza de maneira bastante clara a posição dos setores de esquerda da Igreja e de suas pastorais em relação aos movimentos populares e associativos (incluindo o sindical).

O mais volumoso dos materiais de educação popular encontrados por nós, em meio ao acervo de pesquisa reunido por Percival – com documentos utilizados pela militância do MAB, são as cartilhas impressas pela Pastoral Operária, procedentes de locais diversos. Encontramos cartilhas de Duque de Caxias, São Paulo, São Miguel, Vitória, Caxias do Sul e de muitos outros locais, além dos comunicados e boletins que simplesmente não têm referência de origem, podendo ser de qualquer paróquia.

Os conteúdos apresentam algumas variações de ênfase importantes, mas é mais profícuo ao objetivo da pesquisa perceber algumas linhas mestras que orientam estas publicações. A primeira delas é que os assuntos litúrgicos e bíblicos não se apresentam em nenhum momento por si, mas em articulação com a vida cotidiana dos trabalhadores e sempre em sintonia com as questões políticas que a envolvem. Uma cartilha da pastoral operária de Duque de Caxias, impressa em 1986, com o título: “Uma espiritualidade de luta, a bíblia e o trabalhador” já o demonstra em seu índice, com itens como “A bíblia e o trabalhador hoje” e “Uma espiritualidade do leigo e da luta”.

A parceria entre a pastoral operária e o “novo” movimento sindical está patente também na introdução de outra cartilha chamada “Pastoral Operária, como e para quê”, publicada em 1986 em Duque de Caxias:

“O trabalho que a gente faz é que muda as coisas. O nosso braço, a nossa cabeça, a nossa energia, a nossa vida contróem o mundo em que vivemos. Se hoje esse mundo está cheio de injustiças, se está assim mal dividido, esse mundo está errado. É a gente que deve arregaçar as mangas para consertar, para fazer um mundo do jeito que nós queremos, onde quem manda seja a vontade da maioria.

E as coisas já começaram a mudar. Já existem pessoas que participam das Comunidades de Base, pessoas que criaram a Pastoral Operária, pessoas que estão nos sindicatos brigando para que eles respondam verdadeiramente às necessidades dos trabalhadores.

A gente vai ganhando confiança, vai aprendendo, sabe que pode fazer muito mais. Sabemos, hoje, que existem tarefas urgentes que precisam de nós: organizar Comissões de Fábricas, acabar com a pelegada que trai os trabalhadores, construir uma Central Sindical que possa coordenar as lutas das várias categorias e que seja forte na base, criar uma nova estrutura sindical.”

Essa cartilha além de estar abertamente engajada na construção da CUT, não esconde os pressupostos que orientam o trabalho nas organizações católicas progressistas. A cartilha ainda incentiva abertamente seus membros a se alocarem em sindicatos e participarem das lutas por eles encaminhadas⁴⁹, definindo ainda os limites e as formas de atuar em ambos os espaços:

“O membro da Pastoral Operária se organiza como membro da Pastoral Operária enquanto participa do seu grupo de base lá na comunidade, na diocese, etc. Na luta diária se integra às organizações de sua classe. Aí, na luta, ainda que sua fé lhe dê critérios de prática e de elaboração do projeto histórico-político de libertação da classe operária, não age em nome da Igreja, em nome da Pastoral Operária, mas é a própria classe lutando e fazendo história.”

Esses documentos, dentro do esforço histórico que buscou construir aqui, permitem apresentar uma síntese a respeito do PT na cidade de Nova Iguaçu. Antes de tudo, está patente que a reconstrução feita privilegiou a observação do MAB e isto se deveu a dois motivos: em primeiro lugar, as dificuldades encontradas por nosso trabalho em alcançar fontes de outra natureza; e, ao mesmo tempo, aos indícios bibliográficos e de entrevistas que foram unânimes em insistir no MAB como o principal movimento social da cidade durante os anos 80. O fato deste movimento ter auxiliado os embates sindicais e também contar com uma importante participação de outros partidos reforça a proeminência que tinha nas lutas da classe trabalhadora em Nova Iguaçu.

Contudo, o principal é que os dados reunidos admitem algumas conclusões. A primeira é que o movimento responsável pela organização do PT em Nova Iguaçu não dispunha de uma ampla base sindical, ao contrário do que ocorria em Duque de Caxias. Isto se deve ao fato de Caxias concentrar um parque produtivo mais numeroso que Nova Iguaçu, como foi demonstrado no capítulo anterior, e também à ligação que os operários que residiam em Nova Iguaçu tinham com o Rio de Janeiro, município onde normalmente trabalhavam. Dessa forma, obteve êxito o movimento por local de moradia – a essência do MAB. Essa conclusão, de forma alguma, autoriza a leitura de que não houve greves ou

⁴⁹ Enfatizamos a ressalva feita anteriormente de que isto não implicava necessariamente em um envolvimento desses militantes nos sindicatos. Muitas eram as resistências e conflitos sobre esta questão, mas de qualquer maneira a citação enfatiza a identidade, ao menos, do núcleo dirigente com os novos sindicatos.

movimentos quaisquer de natureza sindical na cidade. Como afirmou Percival, pelo menos três categorias estiveram mobilizadas nesse período e contaram com a solidariedade das CEB's e do MAB – comerciários, bancários e professores, as duas últimas organizadas de forma estadual.

Uma segunda conclusão significativa é a de que a ponte responsável pelo vínculo de parte expressiva da militância de Nova Iguaçu em direção ao PT foram os organismos católicos. A década de 1980 impôs aos movimentos sociais de Nova Iguaçu a necessidade de posicionamento político claro e abrangente, inflexão notada claramente no II Congresso do MAB em 1981. Isso não ocorreria por acaso, o MPT já estava organizado em nível nacional, Brizola lutava pela reconstrução do PTB, e uma série de correntes políticas atomizadas pela repressão militar ensaiavam aproximações e fusões. Era uma época de redefinição das entidades de classe no país, e o MAB estava essencialmente inserido nesse contexto. Estes organismos católicos facilitaram o trânsito de seus militantes para um segundo vínculo, agora partidário, com o PT. Este segmento da Igreja mantinha, pois, uma estreita conexão com a base de militantes, seja através de CEB's ou Pastorais, mas impulsionava-os para uma atuação política mais ampla. Sem constituir um partido próprio, as CEB's (e a parcela da Igreja que as apoiava) disseminavam-se no interior do PT e dos movimentos sociais polarizados pela militância “petista”.

O direcionamento retratado por Eder Sader⁵⁰ dos organismos progressistas católicos em São Paulo no caminho das greves do ABC, a aproximação entre Pastoral Operária e o bloco “cutista” no movimento sindical analisada por Ana M. Doimo,⁵¹ são partes de uma inclinação desse campo católico ao Partido dos Trabalhadores. Esse posicionamento foi importantíssimo para o caso de Nova Iguaçu, pois era justamente este campo político que dispunha de ampla influência no processo de construção do MAB. Os que não aderiram ao PT, passaram a se alinhar com correntes opositoras ao movimento do novo partido, muitos dos quais como fruto da tradição do PCB na região e do trabalho do grupo de médicos sanitaristas; ou simplesmente se abstinham de organizar-se partidariamente. O irremediável foi a ampla politização do MAB.

⁵⁰ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

⁵¹ DOIMO, op. cit.

Essas questões nos levam ao seguinte ponto: a construção do PT, pioneiramente em Nova Iguaçu, acompanhou um processo que se desenvolvia nacionalmente e era dirigido por algumas correntes políticas de esquerda. Porém, seu salto de participação quantitativa seguiu bem de perto o processo analisado acima, que transformou o partido numa das referências políticas da militância do MAB e no principal canal de organização dos militantes de origem católica, na região da Baixada Fluminense e no caso específico da cidade de Nova Iguaçu.

CONCLUSÃO

“Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes; mas nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (e, portanto, a posição relativa de suas classes) no país em questão ou no campo internacional.”¹

Citado diversas vezes ao longo desse trabalho, o historiador inglês E. P. Thompson chama atenção, na introdução de seu livro *Formação da Classe Operária Inglesa*, para as dificuldades inerentes à construção de um exame histórico sobre classes sociais. O impulso mais comum é o de tentar encaixá-las num modelo de linhagem sociológica, tentando perceber números, tipificações, qualidades, que podem até se aproximar, mas que nunca serão capazes de representar a totalidade desse conjunto humano. Isso, porque os homens e mulheres fazem da categoria classe algo contraditório, em permanente mudança, pois se encontra também em permanente luta – avançando e recuando, segundo as diferentes disposições da história.²

Mas se não é possível “dissecar” completamente a estrutura da classe, e afirmar peremptoriamente “a classe é”, de que serve essa categoria para estudos históricos? Apesar de sua, por assim dizer, fluidez, a classe explica não apenas o sentido exploratório e sistêmico do capitalismo, como também parte significativa de suas mudanças. Isso porque os sujeitos históricos são sempre coletivos, e a disposição dessa composição coletiva não é aleatória e nem decorativa, mas parte integrante das determinações sociais típicas do capitalismo. Se dificilmente reuniremos num só mapa, com dados pessoais e endereços, todos os membros de uma classe, esse próprio grupamento social faz questão de demonstrar que existe, pois cria instituições, adota comportamentos culturais e atua politicamente como

¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Edição Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Vol. III, p. 61.

² “A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco do amor ou da submissão.” THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997, vols. I

um ser histórico coletivo. Se esforça, portanto, para produzir uma síntese em meio à fluidez, em meio à diversidade. Perder-se completamente nessa mistura, como fazem historiadores com pose de modernos, pouco revela sobre o eterno transformar-se da realidade humana.

Repetimos à exaustão que a transição da ditadura militar para a democracia liberal foi um processo conflituoso, pondo em choque projetos burgueses de uma “democracia” controlada por sua sociedade civil e os trabalhadores numa ofensiva política que procurava arrancar o máximo de ganhos naquela conjuntura. A “nova república”, dessa forma, é consequência de um relativo êxito dos primeiros, com vitórias parciais do segundo segmento.

O problema é que as classes não são blocos unitários e monolíticos. Em verdade, podem até parecer mais fortes quando se aproximam dessa caracterização, o que só ocorre abstratamente a partir de teorias mecanicistas ou modelos de tipo ideal. De maneira que, em nossa perspectiva histórica, enquanto se desenrola o conflito geral, as frações intra-classe disputam projetos, orientações estratégicas e formas de fazer o movimento avançar de maneira satisfatória. Do mesmo modo, no caso de nosso estudo sobre os segmentos sociais “de baixo”, há também a influência que o pensamento dominante logrou conquistar universalmente sobre o tecido social no processo recente de consolidação do capitalismo em escala planetária, que é dominante em todos os segmentos da sociedade.

Ora, a herança da ditadura militar é a dispersão dos trabalhadores brasileiros e a aniquilação da maioria dos organismos de combate contra-hegemônico à ideologia em voga. Essa realidade gerou dificuldades atroz para a recuperação das iniciativas de luta política por parte dos “de baixo”, que num processo de reaproximação incompleta forjaram, nos embates dos anos 80, o que Gelsom Almeida chamou de bloco PT-CUT.

É claro mencionar nesse momento, após os exames expostos nos capítulos anteriores, que o bloco PT-CUT não era o único entre os trabalhadores do país. Além disso, olhando-se mais de perto, é possível verificar contradições e diferenças internamente a essa própria conformação “PT-CUT”. Todavia, rejeitamos o convite ao aniquilamento de uma leitura de classes diante desse fenômeno. Tratemo-la assim mesmo, contraditória e diversificada.

Em primeiro lugar, se esse bloco não era o único, através dos anos 80 foi, aos poucos, se firmando como hegemônico, posição que dificilmente se pode contestar

observando a história política brasileira na virada dos anos 80/90. Em segundo lugar, ele representou um salto de qualidade enorme para a classe trabalhadora frente à situação de seus organismos após a política de Terror dos militares.

O que pretendemos mostrar, e agora reiteramos esse olhar, é que o PT foi o espaço de elaboração criado pelos segmentos do proletariado brasileiro nessa retomada das lutas populares que marcou a virada dos anos 70/80. O partido foi resultado de um movimento que carecia de um ambiente capaz de fomentar e gerar a intervenção política de classe, superando assim as lutas de caráter meramente econômico ou corporativo. Os três grandes campos estudados da nova “configuração de classe” estiveram representados no partido: os militantes do movimento sindical, as organizações da luta armada contra a ditadura e as pessoas egressas dos movimentos de base da Igreja. Se em cada região do país predominaram equilíbrios diferentes entre esses três campos, ou mesmo se sua configuração foi distinta, é certo considerá-lo como um movimento de caráter geral em direção ao PT. Há autores que desmembraram essa “configuração” em mais frações, embora esse tipo de leitura em nada altere a síntese proposta aqui.

Dessa forma, a construção do PT na Baixada Fluminense teve suas particularidades, o que não representa nenhuma contradição com esse panorama geral que frisamos. Ao contrário, nossa primeira conclusão ao perceber a pertinência dessa análise para o PT da região é defender que ela, a Baixada Fluminense, cumpriu um papel fundamental para a construção da preeminência do bloco PT-CUT sobre os movimentos contra-hegemônicos. Afinal, se se tratasse de um caso periférico, as diferenças em relação à composição geral estariam em situação de maior destaque. De forma que, assim como outros trabalhos citados, reiteramos que o PT não é fruto apenas do sindicalismo de São Paulo apoiado por frações da Igreja Católica, mas uma síntese que inclui experiências bem mais ricas.

Pareceu também ser muito claro que o PT na Baixada deveu-se um pouco menos à militância de origem sindical, estando sua formação mais apoiada na herança de movimentos anteriores às manifestações dos anos 70/80 e nas ações coordenadas pelo catolicismo de esquerda. O movimento sindical combativo, como foi observado, esteve presente na Baixada Fluminense na época em questão. Mas sua força, acompanhando uma situação geral no estado do Rio de Janeiro, estava muito ligada ao campo da “Unidade Sindical” formado pelo PCB. No caso dos petroleiros de Caxias ou dos bancários, o PT

esteve presente no momento de sua fundação mas como campo minoritário, generalização que obviamente conta com algumas exceções (como no caso dos metalúrgicos e professores na Baixada). É necessário mencionar ainda que o PT viria a dirigir esses organismos, mas como fruto de uma paulatina construção partidária ocorrida no decorrer dos anos 80.

No momento, portanto, em que o PT obtém legenda e se prepara para disputar as eleições de 1982, há o seguinte caminho a ser observado: num primeiro momento participam da construção do partido na Baixada correntes de intervenção razoavelmente nacionais, como a Convergência Socialista, MEP e Ala Vermelha (citadas por algumas das fontes consultadas). Com a consolidação do campo criado pelo PT, à medida em que vão aumentando as adesões individuais, percebemos um significativo fluxo de militantes das associações de moradores (MAB e MUB) e também dos movimentos de base da Igreja Católica – coisa que ocorre simultaneamente, pois são movimentos que na Baixada Fluminense possuem vínculos muito próximos, como pudemos examinar. No caso de Duque de Caxias, está documentado que essa atitude foi deliberada e decidida coletivamente nos organismos pastorais, por exemplo. É a partir desse momento, por volta de 1980 e 1981, que o PT conhece um crescimento significativo na região.

Não cabe, nesse momento, uma análise do desenvolvimento do partido durante os anos seguintes. Entretanto, é necessário afirmar que a decisão dos militantes de origem católica, ao ingressarem no PT, não foi pela criação de uma corrente interna de caráter confessional. De maneira diferente, essas bases foram aderindo aos coletivos já existentes, participando da formação de outros, ou simplesmente mantendo sua participação sem vinculação a nenhuma das “tendências” internas. O fato é que, nessa trajetória, as discussões ideológicas atingiram proporções complexas. Sem dúvida, houve quem resistisse à idéia de aderir ao partido político, pois assim se poderia esvaziar a reunião do foro católico. Houve também quem simplesmente abandonasse a Igreja, pois “convertia-se” internamente a uma concepção de mundo de outro tipo. Mas houve também forte militância católica dividida no interior do PT. De maneira que, ao se avaliar movimentos de caráter geral, não se está pondo uma couraça esquemática por cima dos processos históricos, como advertiu Thompson, mas percebendo-se que todo tipo de movimento coletivo humano está repleto de hesitações, dúvidas e incertezas.

Enfim, essa orientação deixada por Thompson faz com que muitos estereótipos caiam por terra. A idéia de que o PT teria sido em sua origem um partido principalmente criado pelo “novo” sindicalismo de São Paulo não se sustenta mais, pois logo ao lado, no estado com a segunda maior economia na época e numa região densamente povoada, não foi essa a imagem predominante.

Tampouco a representação de que o PT seria um partido do sindicalismo de “classe média” resiste, visto que está claramente presa a uma observação restrita a São Paulo, já que se reporta apenas aos sindicatos da região do ABC. Se tomarmos por “classe média” o conjunto social de renda média no país, com a brutalidade das desigualdades já apontadas, dificilmente poderia ser possível encaixar a militância das associações de bairro na Baixada como pertencentes a esse segmento. Aliás, certamente é o pressuposto da “classe média” que motiva boa parte das considerações sobre o PT no estado do Rio de Janeiro, onde, na maioria das vezes, as referências se concentram apenas à formação do partido na capital. A região da Baixada Fluminense, para estes, é um ponto fora da curva ou um local de importância secundária – o que procuramos ao longo do texto contra-argumentar.³ Ademais, caracterizar qualquer partido como representante da “classe média” implicaria reconhecer esse segmento como um universo próprio da luta de classes, ou fora dela, e nenhuma dessas teses desvenda a essência das contradições do capitalismo.

No mesmo sentido está o caso de retratar do PT como sendo o partido da Igreja Católica. É necessário reconhecer que os segmentos católicos progressistas, de fato, enfrentaram o debate partidário e não foi uma tese desprezível a que advogava a criação de um partido social cristão no Brasil. O problema é que o PT estava longe de se resumir a isso. Em primeiro lugar porque a Igreja como instituição jamais se definiu por qualquer forma de organização partidária. Em segundo lugar, porque os setores progressistas, identificados com o processo de criação do PT, sempre foram franca minoria entre o corpo eclesial da Igreja – exceção feita a um interregno de tempo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que não é uma instância formalizada do corpo eclesiástico. Por último, a participação desses militantes no PT, e sua imersão nos debates estratégicos

³ Impressiona que a conceituação do PT como um partido da classe média tenha conseguido a adesão inclusive de militantes do partido. Em algumas das entrevistas consultadas por nós, concedidas à Fundação Perseu Abramo e disponíveis na *internet*, muitos militantes do partido descrevem o surgimento dos núcleos da região da zona sul e da grande Tijuca, e não encontramos uma só referência à força do PT em Duque de Caxias ou Nova Iguaçu.

travados ao longo da década de 80, lentamente dissolveu essa identidade política ligada à religião, o que não poderia resultar diferente em função da natureza do partido, que incluiu segmentos de trajetórias muito distintas desde o início de sua vida.

Dessa forma, não pretendemos criar mais uma tipificação para o PT. Que ele fique assim, como organismo superior de uma classe que se “reconfigurava” ao mesmo tempo em que travava uma das mais importantes batalhas políticas do país, e também do mundo. Afinal, o partido se tornaria “modelo” para outras organizações no mundo, e a esquerda por inteiro vivia um momento de desafios em função das conseqüências da debacle da URSS e do predomínio do pensamento neoliberal. Sua trajetória, crises e chegada ao governo em 2002 fazem parte de uma segunda fase dessa história, inclusive lá na Baixada Fluminense, fase sobre a qual se dedicou o prodigioso estudo de Eurelino Coelho.

Faltam lacunas a preencher. Queremos sempre dados mais precisos, datas, locais de reunião, mas para um movimento que tem dificuldade de registrar sua memória, e que se resguardava de um possível retorno dos tempos mais sombrios da ditadura, essa documentação era difícil de preservar. Além do mais, há o pouco tempo disponível ao pesquisador para que produza suas próprias fontes, como através de arquivos orais. Do material localizado, todavia, foi possível, com método e aplicação, tirar conclusões e contribuir de maneira analítica à historiografia desse precioso objeto de estudos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Gelsom R. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2000
- ALVES, José Cláudio de S. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, USP, 1998.
- _____. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias-RJ, APPH-CLIO, 2003.
- _____. *Igreja Católica: opção pelos pobres, política e poder. O caso da paróquia do Pilar*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia e Política, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. *Crise e poder*. São Paulo, Cortez, 1984.
- _____. *Classe operária, sindicato e partido no Brasil*. São Paulo, Cortez Ed., 1990.
- AZEVEDO, Clóvis B. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo, Ed. Entrelinhas, 1995.
- BATALHA, Cláudio H. M. "Thompson diante de Marx" in BOITO JR., Armando, TOLEDO, Caio N., RANIERI, Jesus, Trópia, Patrícia (orgs.) *A obra teórica de Marx, atualidades, problemas e interpretações*. São Paulo, Xamã, 2002.
- BERNARDES, Júlia. *Espaços e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*, Brasiliense, 1981.
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.
- BOSI, Antônio de P. *Os "Sem Gabarito". Experiência de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970/1980*. Cascavel, Unioeste, 2000.
- BRAZ, Antônio Augusto. *Vidas em transição: a cidade e a vida em Duque de Caxias (RJ) nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX*. Vassouras-RJ, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Severino Sombra, 2006, mimeo.

- CARDOSO, Ciro “História e paradigmas rivais” In CARDOSO, C. E VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da história*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1997.
- _____. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Ensaios. Bauru-SP, Edusc, 2005.
- CARONE, Edgard. *O PCB 1964 a 1982*. São Paulo, Difel, 1982. Vol. III.
- _____. *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, Difel, 1984.
- CARVALHO, Apolônio. *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2005, mimeo.
- COSTA, Rui de A. *A trajetória de formação do Partido dos Trabalhadores em São João de Meriti*. São Gonçalo-RJ, Monografia de Conclusão do Curso de História, UERJ-FFP, 2005, mimeo.
- DELLA CAVA, Ralph. “A Igreja e a Abertura” in KIRSCHKE, P. e MAINWARING, S. *A Igreja nas bases em tempos de transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L e PM editores, 1986
- DOIMO, Ana M. “Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade” In KIRSCHKE, P. e MAINWARING, op. cit.
- _____. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- DREIFUSS, R. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe.*, 3^a ed., Petrópolis, Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- _____, F. *O PT em movimento*. São Paulo, Cortez, 1991.
- FERNANDES, Romildo. *Tensões do pensamento educativo da esquerda brasileira nos anos 70 e 80 e a construção do ideário pedagógico*. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação, 1999, mimeo.
- FOSTER, J. e WOOD, E. (orgs.) *Em defesa da história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.
- FIORI, J. L. “Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal” In *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 12, nº. 1 (45), jan-mar/1992.
- FONTES, Virgínia. “História e modelos” In CARDOSO, C. e VAINFAS, R. *Domínios da história*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997.
- GADOTTI, M. e PEREIRA, O. *Pra que PT – Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Edição Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Vol. I e III.
- GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas. PT: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro, Papagaio, 1989.
- GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1960)*. Rio de Janeiro, 1987, p. 37. Dissertação de Mestrado pelo Museu Nacional.
- HOBBSAWM, E. J. “História operária e ideologia” In *Mundos do trabalho*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- KECK, Margaret. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991.
- LACERDA, Stélio. *Uma passagem pela Caxias dos anos 60*. Duque de Caxias-RJ, Edição do Autor, 2001.
- _____. *A fábrica de tecidos do “Corte Oito”*. Duque de Caxias-RJ, Portal Literário, 2007.
- LÖWY, M. *O marxismo na América Latina*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MAINWARING, S. “A Igreja católica e o movimento popular: Nova Iguaçu 1974-1985” In KIRSCHKE, P. e MAINWARING, S. *A Igreja nas bases em tempos de transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L e PM editores, 1986.
- _____. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- MATTOS, Marcelo B. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- _____. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- MARQUES, Alexandre dos S. “Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas.” In *Pilares da História*. Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, ano 4 – número 6, abril 2006.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

- MENDONÇA, Sônia R. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT. A formação de um partido – 1979-1982*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- MOISÉS, José Álvaro. “Partido de massas: democrático e socialista” In SADER, Emir (org.) *E agora PT?* São Paulo, Brasiliense, 1986.
- NORONHA, E. “A Explosão das Greves na Década de 80.” In: BOITO JR., Armando (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- _____, F. “Qual é a do PT” In SADER, Emir. *E agora, PT?* São Paulo, Brasiliense, 1986.
- OLIVEIRA, Cíntia A. Q. da Rocha. *A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; lutas conquistas, contradições (1964-1980)*. Niterói, UFF, 2003, mimeo.
- PAIVA, Eduardo N. *A FNM e a indústria automotiva no Brasil: uma análise antitética do ponto de vista da teoria ator-rede*. Rio de Janeiro, COPPE-UFRJ, Tese de Doutorado, Nov. 2004.
- PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo, CHED Editorial, 1980.
- QUEIROZ, Leda. *Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu: o povo exige passagem*. Rio de Janeiro, UFRJ-COPPE, Dissertação de Mestrado, 1981.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária – o caso da FNM*. São Paulo, Paz e Terra, 1983.
- RENOU, Tereza das Graças. *A Diocese de Nova Iguaçu e a questão da educação e saúde nos movimentos sociais de 1970-1990*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, .
- RODRIGUES, Leôncio M. *Partidos e Sindicatos*. São Paulo, Ática, 1990.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo, Kairós, 1979.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (org.) *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro, LPP e Boitempo, 2006.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo, Cia. das Letras, 2005.

- SEMERARO, Giovanni. “O marxismo de Gramsci” In BOITO JR. et alii (org.) *A obra teórica de Marx. Atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo, Xamã – IFCH (Unicamp), 2000.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo. Estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.
- SILVA, Francisco Carlos. “A modernização autoritária.” In LINHARES, Maria Y. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004.
- SILVA, Francisco J. da. *Reforma agrária de Duque de Caxias: 1952-1992*. Duque de Caxias, Gabinete do vereador José Zumba, 1998.
- SILVA, Percival Tavares. *Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974 / 1992*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1994, mimeo.
- SOUZA, Ana Cristina A. *A política getulista e seus reflexos na região da FNM – Fábrica Nacional de Motores*.
- SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 2004.
- TORRES, Rogério. “A morte do estudante” In *Pilares da História*. Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, ano 6 – número 7, maio 2007.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001. NEGRO, A. L. E SILVA, S. (orgs.)
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997, vols. I e II.
- TRINDADE, Hélio. *Ensaio: o brizolismo e seu legado*. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- WOOD, Ellen M. e FOSTER, John B. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed. 1999.